

Cadernos IHU em formação

Política econômica.

É possível mudá-la?

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

Vice-reitor

Aloysio Bohnen, SJ

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Diretora adjunta

Hiliana Reis

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU em formação

Ano 2 – Nº 9 – 2006

ISSN 1807-7862

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta - Unisinos

Prof. MS Dárnis Corbellini – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Gilberto Dupas – USP - Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS - Doutor em Psicologia Social e Comunicação

Responsável técnico

Laurício Neumann

Revisão

Mardilê Friedrich Fabre

Secretaria

Camila Padilha da Silva

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.unisinos.br/ihu

Sumário

“Quem traça o rumo é a política, não a teoria econômica” <i>Entrevista com Tânia Bacelar de Araújo</i>	5
O Brasil e seus desafios <i>Por Tarso Genro</i>	9
As conseqüências de governar para o mercado <i>Entrevista com Fernando Jose Cardim Carvalho</i>	13
A opção de Lula: dar adeus ao desenvolvimento <i>Entrevista com João Sicsú</i>	16
A política econômica do governo Lula <i>Entrevista com Pedro Paulo Zahluth Bastos</i>	20
Mudará a política econômica do governo Lula? <i>Entrevista com Leda Maria Paulani</i>	24
O governo entregou ao setor privado o desenvolvimento nacional <i>Entrevista com Gentil Corazza</i>	32
Uma economia para os próximos anos <i>Entrevista com Márcio Schweig</i>	36
“A opção do governo foi acomodada ou até medrosa, para não dizer covarde” <i>Entrevista com Ivo Poletto</i>	38
“A política tornou-se irrelevante” <i>Entrevista com Francisco de Oliveira</i>	41
Quadro político atual: um resultado das opções econômicas e das alianças do governo Lula <i>Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio</i>	50
“O Brasil está na fase de doente terminal, achando que vai dar tudo certo” <i>Entrevista com Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo</i>	53
Um governo sem rumo? <i>Entrevista com Pedro Cezar Dutra Fonseca</i>	57
Não esperávamos do governo tão poucas e pouco ousadas ações <i>Entrevista com Gláucia Campregher</i>	59

A tragédia do governo Lula <i>Entrevista com Reinaldo Gonçalves</i>	61
“O ponto de partida é definir o novo projeto nacional” <i>Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio Jr.</i>	63
“Devemos passar do financeirismo ao produtivismo” <i>Entrevista com Ricardo Ffrench-Davis</i>	69
O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista- desenvolvimentista <i>Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho</i>	72
Um projeto de país para o Brasil em eleição <i>Entrevista com Gilberto Dupas</i>	76
Políticas econômicas e sociais devem dialogar com políticas ambientais <i>Entrevista com Luciana de Almeida</i>	82
“O Brasil só cresceu quando teve coragem para marchar sem o FMI” <i>Entrevista com Dércio Garcia Munhoz</i>	86
A ortodoxia leva ao calote <i>Entrevista com Guilherme Delgado</i>	89
O Brasil regido por um “novo” padrão de desenvolvimento capitalista <i>Entrevista com José Carlos Braga</i>	92

“Quem traça o rumo é a política, não a teoria econômica”

Entrevista com Tânia Bacelar de Araújo

Tânia Bacelar de Araújo, economista e socióloga, também não vê “mudança à vista” na política governamental. Acredita que isso “tem a ver com a herança e com a fragilidade da base de apoio do governo. Elegeu-se o presidente, mas não uma base de apoio, e ele precisa negociar a todo o momento. Agora está em outro momento de negociação. Há uma fragilidade política que pesa”. Tânia Bacelar concedeu uma entrevista exclusiva à **IHU On-Line**, por telefone, em 29 de novembro de 2004. Ela atuou durante trinta anos na Sudene, especializou-se em Economia Regional, porém com um pensamento multidisciplinar, transitando pela geografia, pelo urbanismo e pela política. Colabora com distintos movimentos sociais, participando hoje da Consulta Popular. Severa crítica do neoliberalismo, com suas reflexões sobre reforma agrária, planejamento econômico e desenvolvimento regional, tem contribuído para a formulação de alternativas para o Nordeste e para o País. Professora nos departamentos de Economia e Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Tânia Bacelar é bacharel em Ciências Sociais pela UFPE, em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e doutora em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço pela Université de Paris I/Panthéon-Sorbone. A economista também lecionou nos cursos de Economia da UNICAP, foi diretora de Planejamento Regional da Sudene, secretária do Planejamento, secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco e diretora do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco. É diretora da Consultoria Econômica de Planejamento (Ceplan) e atua como consultora de várias entidades nacionais e internacionais.

A economista exonerou-se do cargo de secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério do Trabalho do Governo Federal, em janeiro de 2004. O ministro Ciro Gomes a considera “uma das mais brilhantes inteligências da academia brasileira”. Tânia Bacelar é autora de **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – Heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

IHU On-Line – No que diz respeito à política econômica, parece-lhe que o governo está assumindo definitivamente o seu perfil ortodoxo ou ainda resta alguma alternativa?

Tânia Bacelar – Não. Acho que tem muita firmeza na posição do governo. Não vejo mudança à vista.

IHU On-Line – E a que a senhora atribui essa posição?

Tânia Bacelar – Eu acho que tem a ver com a herança e com a fragilidade da base de apoio do governo. Elegeu-se o presidente, mas não uma base de apoio, e ele precisa negociar a todo o momento. Agora está em outro momento de negociação. Há uma fragilidade política que pesa.

IHU On-Line – Além de adotar essa postura pragmática o governo não teria abdicado de uma aliança com os movimentos populares e com a classe média?

Tânia Bacelar – São coisas diferentes. A classe média está perdendo o poder de compra. Sua renda está diminuindo, e ela está sentindo esse peso, principalmente a classe média que compra mais do que ganha, que tem que pagar juros. Como os juros estão muito altos, a médio prazo, o poder de

compra vai sendo corroído, porque se deixa de comprar para pagar juros. Na classe média, o problema é mais econômico. Ela está mais afetada pela política econômica do que a maioria pobre que, ao contrário, está até recebendo mais transferência de renda. Passou-se de dois milhões e pouco de pessoas com cobertura desses mecanismos de transferência para seis milhões de pessoas. Lá embaixo, na pirâmide social, até cresceu a cobertura. O problema é nos estratos médios. A classe média tinha uma expectativa muito mais alta e está vivendo uma realidade dura. É normal que a sua reação seja de insatisfação.

IHU On-Line – Na classe baixa, na sua opinião, está havendo uma melhor distribuição de renda...

Tânia Bacelar – Eu não diria distribuição de renda, porque o tamanho da concentração no Brasil é tão grande que esses programas assistenciais não são suficientes para falarmos em distribuição de renda. Entretanto, eles amenizam a vida do dia-a-dia lá embaixo, na pirâmide. Podemos ver que onde o PT se saiu pior [nas eleições] foi onde está mais a classe média.

IHU On-Line – E a ampliação desse apoio distributivo na classe mais baixa não se reverte em apoio político?

Tânia Bacelar – Não necessariamente. São pessoas também vulneráveis a outro tipo de ação política, de clientelismo imediato na hora da eleição. Elas continuam vulneráveis apesar de receberem uma renda adicional.

IHU On-Line – A senhora atribui essa permanência da política ortodoxa a uma armadilha que prendeu o governo?

Tânia Bacelar – Foi uma escolha. Resta ver quais serão as conseqüências políticas dessa escolha. As conseqüências econômicas são mais fáceis de ver. As conseqüências políticas é que são mais difíceis de avaliar no médio prazo. Tanto foi uma escolha que ela continua firme. Não foi um acaso. Foi uma escolha estratégica de fazer uma transição lenta, custe o que custar.

IHU On-Line – A senhora acredita que estamos em transição?

Tânia Bacelar – Na estratégia deles, eles pensam em uma transição, que é lenta. Vai diminuindo a relação dívida *versus* PIB... é o discurso do governo. O problema é que, na campanha eleitoral, até um certo momento, projetava-se uma mudança mais rápida. Esta é a contradição. Desde a metade de 2002, já se via uma opção por uma transição lenta, mudanças lentas. É isso que está sendo implementado.

IHU On-Line – Há uma alternativa a essa ortodoxia econômica?

Tânia Bacelar – Há, claro, sempre há alternativas. Alternativas técnicas sempre existem. E nesse caso também existem várias possibilidades. Só que a escolha política por enquanto está sendo essa. A alternativa técnica sempre se submete à escolha política. Quando o presidente entregou o Banco Central a Meirelles, ele fez uma escolha política, não foi uma escolha técnica. Existem alternativas a Meirelles.

IHU On-Line – Ao governo, além de base política não lhe faltam também alguns instrumentos para oferecer uma opção diferenciada?

Tânia Bacelar – Instrumentos técnicos sempre existem. Quando não existem, criamos. Quem traça o rumo não é a teoria econômica. Quem traça o rumo é a política. Para cada momento de escolha política, combinam-se os instrumentos que a teoria econômica nos ensina. Há instrumentos para uma outra política. Isso é inegável. Por isso, há o debate, porque não existe só essa solução, existem outras. O problema é que, conforme a análise política do governo, essa ainda é a melhor solução. Ou muda-se na política, ou não se muda. Não é apenas o debate técnico dos economistas que ocasionará a mudança, porque, embora haja discussão técnica quanto ao assunto, mantém-se a situação como estava. O debate econômico é bom, ele deve florescer. Estimular é educativo para a população também, para que ela veja que não existe só uma possibilidade, existem várias. Há outras composições de política econômica possíveis. A pergunta é: elas são politicamente

viáveis neste momento? Tem-se revelado que não. Eu estou convencida de que não haverá mudança de rumo nos próximos meses.

IHU On-Line – Politicamente não é viável uma mudança de rumo?

Tânia Bacelar – Seria viável com outras condições políticas, mas não nessas que estão aí. A política econômica está tendo apoio político no Palácio do Planalto. Não tem ainda forças políticas para mudar. O que não significa dizer que não é preciso criá-las. Os movimentos sociais e a sociedade podem mudar esse quadro. Estou fazendo uma análise fria. Quando eu olho para o cenário e vejo o que está acontecendo, não vejo sinal de mudança.

IHU On-Line – A senhora localiza, no governo, algum nicho de resistência?

Tânia Bacelar – Sim. O ministro José Dirceu, de vez em quando, mostra que ele gostaria que mudasse mais. Alguns ministros, internamente, falam, externamente, não. Não há essa homogeneidade favorável à ortodoxia, no governo. Só que, no debate interno, quem pressiona por mudar a política macroeconômica tem perdido. Por isso, digo que não vejo sinais de mudança.

IHU On-Line – A senhora acredita que a diferenciação entre capital nacional e estrangeiro deve ser ainda bem demarcada, como defendia o presidente demitido do BNDES?

Tânia Bacelar – Acho que sim. O Lessa teve posições muito importantes. Ele era um foco de resistência interno. A diferença é que ele externalizava isso, por isso caiu. Os outros não externalizam, ou externalizam bem suavemente. O Lessa foi mais explícito e aí gerou uma situação em que se desestabilizou.

IHU On-Line – A senhora acredita que a instituição de plebiscitos ou consultas populares para o debate de alguns temas mais relevantes poderia mudar essa situação?

Tânia Bacelar – Acho que sim. Esse é outro problema. Em 2003, principalmente, um pouco menos em 2004, houve um momento de perplexida-

de dos movimentos sociais, da facção mais da esquerda do próprio PT. E aí não se teve uma movimentação que ampliasse o debate. Um presidente administra as pressões, e a pressão que vem dos movimentos sociais tem sido modesta.

IHU On-Line – A que a senhora atribui isso?

Tânia Bacelar – Eu atribuo a uma certa perplexidade. Esperava-se um governo mais ousado na área econômica, ele não veio com essa característica, e os movimentos viveram um momento de perplexidade. A postura política, para a oposição de esquerda, é muito delicada. Se bater com muita força, nivela-se à direita. E a direita tem meios para faturar isso politicamente. Tem grande parte da mídia, tem muito poder de verbalização, de formar opinião. Não estou criticando os movimentos. Estou dizendo que também para eles é difícil, porque não se pode jogar tudo fora. Bem ou mal, qual é a alternativa? Pode ser uma volta a uma composição de força muito pior. E essa alternativa não está descartada.

IHU On-Line – Então o destino do País está nas mãos dos movimentos sociais?

Tânia Bacelar – Sempre esteve. Nunca acreditei que as elites brasileiras mudassem o Brasil. Quem muda o Brasil é a população brasileira, de baixo para cima, a duras penas, e ela sabe que é um processo lento. Não vai ser fácil mudar o Brasil, mas é preciso insistir, porque o que se conseguiu foi com muita luta. Portanto, quem desistir de lutar e esperar que o governo faça, está em uma posição equivocada.

IHU On-Line – Nessa atual onda neoliberal e de globalização, o papel do Estado ainda tem uma importância significativa?

Tânia Bacelar – Acho que sim. Os grandes estados mostram isso. Eles fazem um discurso liberal para nós, mas defendem seus interesses com unhas e dentes. Temos que olhar primeiro para eles e depois temos que ver que liberalismo em um país desigual como o Brasil só vai dar em mais desigualdade. O liberalismo pode até dar algum resultado em sociedades mais homogêneas. Em uma sociedade profundamente desigual como a

nossa, vai resultar em mais desigualdade sempre. Os grandes Estados nacionais dos países poderosos do mundo defendem seus interesses com todas os instrumentos de que eles dispõem. Não tem nada de liberalismo. Então para um país como o Brasil, o Estado nacional ainda é fundamental. Enfraquecê-lo foi um dos nossos problemas. Esse é um dos nossos dramas. Nas últimas décadas, ele se enfraqueceu muito. Houve uma desmontagem, uma destruição de muitas conquistas que tinham sido feitas. E os neoliberais ainda querem mais.

IHU On-Line – O governo vem trabalhando para fortalecer o Estado? A parceria público-privada¹ contribui para isso?

Tânia Bacelar – A parceria público-privada não fortalece o Estado, embora ela responda a uma situação concreta. O Estado não tem condição de fazer muitos investimentos. Se os investimentos tiverem retorno, o capital privado pode até se inte-

ressar. No entanto, a parceria público-privada é um instrumento muito limitado para responder às necessidades que eu considero mais importantes, exatamente aquelas que não são rentáveis, onde é necessário o Estado. Na minha região, em Pernambuco, tem um exemplo. Há o projeto de construção de uma ferrovia importante que ligaria o Nordeste ocidental ao Nordeste oriental, a transnordestina, só que não dá retorno. Cadê a parceria público-privada? Ela só será construída, quando o Estado bancar um investimento maior.

IHU On-Line – O governo vem conseguindo apresentar algumas medidas que fortaleçam o Estado?

Tânia Bacelar – É muito lenta ainda a reconstrução. Faz parte da ideologia do governo, mas, na prática, é muito lenta ainda. Essa é uma das conseqüências ruins da política econômica. Ela também bloqueia essa recuperação de um instrumento que é importante.

¹ Projeto de lei do Governo Federal que institui normas de licitação e contratação de serviços e obras, oferecendo à iniciativa privada novas modalidades de participação (Nota da ***IHU On-Line***).

O Brasil e seus desafios

Por Tarso Genro

*Tarso Genro é ministro de Estado chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. No texto a seguir, escrito especialmente para a **IHU On-Line**, no dia 26 de junho de 2006, o ministro analisa os desafios que o Brasil deverá enfrentar nos próximos cinco, dez ou quinze anos.*

O tema “O Brasil e seus desafios” exige um desdobramento a partir de alguns eixos: a situação econômica global; a situação política estrutural do Brasil; os pressupostos que devemos encarar para enfrentar esses desafios; a identificação dos obstáculos a serem removidos; e, finalmente, como responder a estes desafios.

As propostas devem ser mediadas por uma visão determinada do processo político. Governamos num regime democrático e dentro do Estado de Direito, "contabilizando" conflitos de classe, interesses de grupos e reconhecendo o processo de descoesão social que ocorre no país.

Em São Paulo, por exemplo, esta situação atingiu o paroxismo, através da crise de segurança pública, que resultou em dois ou três dias de anomia, embora saibamos que a questão de segurança pública não é um problema circunscrito àquele Estado.

Há uma certa visão economicista, normalmente “liberal”, que apresenta sempre um conjunto de propostas aparentemente “científicas”, como se elas pudessem ser implementadas só através de um voluntarismo exercido a partir do poder de Estado. É um método que funcionou de forma autocrática, por exemplo, na época de Stalin, quando a União Soviética chegou a crescer 20% ao ano. Funcionou também no nazismo. Tudo, porém, é diferente num país democrático, onde devemos fa-

zer as modificações sociais e políticas preservando o Estado de Direito e a democracia.

A primeira referência que faço é quanto à globalização do capital financeiro, que tem duas conseqüências. A primeira: a globalização oportunizou um verdadeiro engodo, de caráter teórico-metodológico autoritário, que tentou desautorizar a idéia e o projeto de Nação. Essa globalização do capital financeiro, de uma parte, “globalizou a demanda” e, de outra, internacionalizou radicalmente a disputa por recursos energéticos. Tal situação provocou uma situação econômica global orientada para um aumento crescente nos preços dos combustíveis fósseis. A segunda conseqüência, portanto, é o surgimento de uma situação em que as crises de energia passaram a se disseminar rapidamente.

Tal fato, porém, fortalece as possibilidades de um bom futuro para um país como o nosso, que tem um contingente populacional pequeno (se considerarmos a proporcionalidade em relação ao seu vasto território) e que tem muitos recursos energéticos disponíveis. Este aspecto da globalização, portanto, oferece grandes possibilidades a um país como o Brasil, para a constituição do seu projeto nacional.

Paralelamente a essa situação global, temos uma situação política estrutural, no país, muito difícil. Ela poderia ser representada por duas constatações, feitas por José de Souza Martins, em artigo publicado na grande imprensa: parte das lutas sociais pela construção de direitos, que conhecemos na modernidade, foram substituídas por lutas por privilégios grupais e corporativos. O problema não reside no fato das categorias e corporações quererem salários melhores. Isso faz parte da disputa pela renda. O problema é o grau de legiti-

dade política alcançado por tais movimentos e a força que tiveram nos últimos quinze anos, com distorções brutais no setor público e com a plena “corporativização” das lutas sociais.

Há outra constatação: as lutas sociais que tradicionalmente visavam à construção dos direitos na modernidade - lutas para reduzir a desigualdade dos incluídos - foram substituídas por novos conflitos sociais (“novos” conflitos de classe) que se apresenta hoje na forma de um conflito pré-moderno: a luta pela inclusão na sociedade de classes. Enquanto nos seus primórdios o capitalismo “classificava”, no estágio atual ele “desclassifica”.

A desestruturação da sociedade de classes tradicional leva a um conjunto de movimentos “inclusivos”, que são constituídos pelos chamados novos e novíssimos movimentos sociais. A direita autoritária vê tais movimentos com uma ótica repressiva. Para o centro democrático e para a centro-esquerda, porém, a questão é outra: como incorporar plenamente tais movimentos no diálogo democrático permanente e na construção de políticas públicas não meramente “setoriais”?

Passo para o terceiro eixo mencionado no início, dos pressupostos a encarar, para enfrentar os desafios: quais são as condições concretas a serem criadas, para que as respostas não sejam simplesmente respostas formais (ou meramente “críticas”, como faz uma certa parte da academia, que substituiu a proposição por uma constatação analítica)? É preciso compreender a necessidade imediata de uma política industrial de longo prazo, que promova a aceleração dos processos de transferência produtiva, que só as forças de mercado podem operar, mas que o fazem com lentidão. Significa que o Estado deve ter uma capacidade de planejamento e indução sobre as forças do mercado, orientando a política industrial num sentido racional, compreendendo o mercado mundial como integrante desta dinâmica industrial.

A segunda urgência é relacionada com o desenvolvimento regional, que no Brasil, tem alguns impedimentos a serem superados no próximo período, como a guerra fiscal entre os estados. Por outro lado, é necessária a implementação de uma forte política de compras governamentais, orientada para o desenvolvimento das regiões. Proce-

der assim é usar a capacidade de gasto da União, combinando-a com um conjunto de políticas de maior ou menor complexidade, relacionadas diretamente com um espaço geoeconômico.

Cito, agora, três obstáculos que devem ser removidos para o enfrentamento dos desafios. O primeiro é a redução drástica das despesas supérfluas do Estado inclusive quanto aos salários abusivos pagos pelos entes federados, como uma medida exemplar. Isso só pode ser feito a partir de uma ótica em que se corte privilégios, não direitos. Vou dar exemplos concretos: há carreiras da União em que rapidamente o salário vai para quase de R\$ 19 mil e o de “fim de carreira” chega a R\$ 21 mil. Ou seja, praticamente não há carreira.

Para mudar isso, só através de uma Emenda Constitucional, ou talvez uma Constituinte específica para alguns capítulos da Constituição Federal. Poderíamos, assim, remover a interpretação arcaica e reacionária, que foi construída pelo bacharelismo privilegiado no Brasil, do direito adquirido. A valer este tipo de “direito adquirido”, os antigos senhores de escravos ainda poderiam ter escravos, pois tinham “direito adquirido” sobre os descendentes dos cativos, considerados como “coisas”.

A melhor possibilidade é fazer um corte, presente ou futuro, que balize os maiores salários pelo do Presidente, Governador ou Prefeito. A dificuldade é que há sempre uma união corporativa dos que percebem salários mais elevados com aqueles que dizem representar o setor mais “revolucionário”, mais combativo da sociedade. É a união da elite assalariada com os supostos revolucionários da ultra-esquerda, como já ocorreu em algumas oportunidades. É preciso, assim, criar condições políticas para dizer à sociedade o que vai ser feito. Para mostrar por onde começa a verdadeira sanidade fiscal do Estado.

Depois, são necessárias medidas para drenar recursos para os “de baixo”, para os salários, aposentadorias e pensões miseráveis, reequilibrando-os através de uma diferenciação menor entre o topo e a base.

O segundo obstáculo é o desbloqueamento do sistema político, que tem dois pontos incontornáveis a serem resolvidos: a fidelidade partidária e

a verticalização das alianças. Há outros obstáculos, mas sem resolver estes dois, não haverá desbloqueamento do sistema político, já que só as alianças entre partidos vão dar conforto e governabilidade. O que temos hoje, no Brasil, é um pacto de governabilidade a partir de um conjunto de compromissos e de relações contratuais dispersas, sem vocação de unidade e sem capacidade de pensar a Nação.

Se nós evoluirmos para uma democracia de partidos, com responsabilidades partidárias definidas, internas ao governo e externas à sociedade, vamos permitir que a “instituição-partido” possa enquadrar a sua base parlamentar para dar coerência ao governo. Assim, a reforma política deverá ser prioritária no próximo governo que emergirá, com legitimidade, do atual processo eleitoral.

É preciso aprofundar as políticas sociais imediatas que mantêm uma mínima coesão social no país. Quando ocorre descoesão social, e ela emerge sem um sentido revolucionário, com perspectiva de poder e com capacidade de enunciar programaticamente seus objetivos (como teoricamente acontecia até o esvaziamento político do Leste), o que resulta desse processo é a barbárie, não é a revolução. O que vem da barbárie é o fascismo.

Uma parte desse sentimento fascista, ou “fascismo societal”, pode resultar da ira dos setores médios, principalmente daqueles que não têm condições de morar nos condomínios fechados e que tem de enfrentar a realidade das ruas para sobreviver na sua profissão, na sua atividade. Essa é uma questão de grande dramaticidade no país e que nos obriga a ter políticas de coesão social mínima, permitindo que os agentes políticos tenham capacidade de interlocução nos conflitos, para que uma descoesão social grave não redunde em barbárie.

Tenho a Revolução de 30 como ponto de partida da Revolução Democrática, no Brasil. Foi em 30 que começou o processo de modernização do Estado brasileiro e de modernização política do país. As suas idas e vindas hoje têm uma grande síntese, que é a Constituição de 88 e o pacto político que ela conseguiu organizar.

Seguiram-se um conjunto de governos, com sinalizações diferentes, às vezes até contraditórias, mas que conseguiram reordenar a vida política

brasileira e nos permitiram pensar em questões como essas que estamos colocando aqui, que, em última análise, propõem a retomada da idéia e do projeto de Nação.

Evidentemente tal projeto não tem o mesmo sabor dos projetos nacional-democráticos revolucionários da década de 50 ou 60. Hoje, a soberania só pode se dar pela integração cooperada entre nações, portanto nem pela submissão nem pela ruptura. Esse é o sentido estratégico da idéia de Nação, que também significa disputar uma nova ordem global.

Vou mencionar o que entendo sejam os desafios de médio prazo, que foram colocados como tema central do nosso debate. Alguns desses desafios começaram a ser encaminhados no início da década de 90, às vezes de forma contraditória, às vezes mais coerente.

Mas são desafios que ainda permanecem. Primeiro desafio: formar suporte tecnológico adequado para manter e/ou renovar a nossa base produtiva histórica e revolucionar a nossa base energética. Isso está vinculado ao ponto que havia colocado inicialmente: a questão energética se torna cada vez mais importante e comunica-se integralmente com os próprios padrões de acumulação que essa idéia de desenvolvimento vai orientar no próximo período.

O segundo desafio é reformar o Estado brasileiro. Esta questão tem como pressuposto combater privilégios e poderia ser sintetizada no seguinte: buscar dissolver as barreiras burocráticas e autoritárias que separam o cidadão comum do Estado. Constituir o controle público do Estado, utilizando inclusive os meios da revolução tecno-digital, que podem determinar até mesmo, em 10 ou 15 anos, a possibilidade de um permanente “recall” universal. Ele seria processado através de terminais, nos quais as pessoas possam interagir com uma pergunta que o Estado faça – em determinadas circunstâncias – para aferir, para escutar, com caráter vinculativo ou não, a opinião da cidadania. Esta reforma do Estado pressupõem a necessidade de combinar a idéia de Nação com a questão da democracia e do desenvolvimento.

Esta refundação, ou reconstituição do contrato político do país, não poderá ser feita contra as classes trabalhadoras. Assim como não será feita

ta só pelas classes trabalhadoras, porque elas, hoje, estão cada vez mais dispersas e com muitos diferenciais internos: parte dela jogada na informalidade, quase na marginalização sócio-política, e a outra parte em profunda mutação social e técnica. Evidentemente a refundação desse contrato político não será feito só por um sujeito “classe” determinado, ou um sujeito “partido” determinado. Será feito por um consenso político entre os partidos mais democráticos e mais avançados, que possam responder os pontos centrais da “crise” da globalização. Nada poderá ser feito – porém - sem a concordância, sem a assimilação do que significa esse projeto pelas classes trabalhadoras. Tanto as novas, quanto aquelas informais, como as parcelas tradicionais. Significa que esse concerto hegemônico deve ser compartilhado.

O terceiro ponto que me parece importante é possibilitar que as famílias possam consumir. Para alguns, isso é “populismo”, mas a formação de um forte mercado interno é essencial para viabilizar a idéia de Nação, para integrar as pessoas na legalidade do progresso, onde os sujeitos se reconhecem como capazes de trocar. É algo tão elementar que chega a ser surpreendente que, em determinados períodos, falar de um “mercado interno de massas” era um pecado ou um atraso.

A quarta questão é a necessidade de intervenção forte do governo no mercado de trabalho, através de grandes programas de obras públicas, para construção, reconstrução e reorganização de infra-estrutura. Esse é um poderoso instrumento de intervenção no mercado de trabalho e de formalização das relações trabalhistas, especialmente num país como o nosso. Aqui no Brasil há toda uma infra-estrutura para construir e reconstruir, ao contrário dos países desenvolvidos, em que essa questão está resolvida e as modificações na infra-estrutura são muito mais escassas. No Brasil, isso significaria uma demanda enorme de mão-de-obra não qualificada e semiquificada, que nos permitiria integrar milhões de pessoas no mercado de trabalho e, portanto, na formalidade.

O quinto ponto: é preciso manter a inversão do fluxo da balança comercial para gerar reservas

capazes de, gradativamente, nos libertar da necessidade de capitais de curto prazo. A inversão que está ocorrendo hoje na balança comercial já é importante. Teremos, assim, um processo de acumulação interna pública e privada, capaz de fazer com que racionalizemos as nossas relações com a dívida e, portanto, potencializemos o Estado brasileiro para promover um forte programa de investimentos.

Talvez sejam estes os desafios para os próximos cinco, dez ou quinze anos. Eles não poderão ser superados se não constituirmos um conjunto de enunciados estratégicos, que possam coesionar todos os setores democráticos do Brasil, mantidas as diferenças e, evidentemente, a luta política que caracteriza o processo democrático. Defendo que tenhamos algumas cláusulas políticas pétreas para afirmação das instituições do Estado democrático, e assim possamos projetar o futuro de maneira menos fragmentária.

Um exemplo do que pode ser convencionalizado nesse processo de “concertação” para produzir uma agenda, seria agir sobre o superávit primário, sobre a política de juros e a política cambial, e assim fazermos um acordo entre todas as forças democráticas no Brasil, inclusive com a direita democrática, para definir quanto, por ano, o Estado deveria aplicar em infra-estrutura. É possível chegar a um acordo, e depois verificar os instrumentos necessários, para fixar um teto de inflação e um piso de crescimento? Eu acredito que é possível.

Em relação à reforma de Previdência, por exemplo, seria possível criar um conjunto de normativas que drenassem recursos de cima para baixo, que aumentassem o poder de consumo dos “de baixo”, cortando privilégios para os quais algumas pessoas não contribuíram?

A disposição de debater tais temas é o que, em última análise, dará conforto e governabilidade ao próximo período, seja quem for o presidente da República. A necessidade de buscar enunciados para um acordo de concertação, que não extinga as divergências entre os partidos, mas que possa coesionar, minimamente, um forte campo hegemônico no processo democrático brasileiro, é o que vai dar legitimidade e possibilidade de governar.

As conseqüências de governar para o mercado

Entrevista com Fernando Jose Cardim Carvalho

*Fernando Jose Cardim de Carvalho é professor titular no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em Economia pela Universidade de Nova Jersey. Escreveu um capítulo no livro **Adeus ao Desenvolvimento: A Opção do Governo Lula**. Belo Horizonte, 2005, organizado por J. A. de Paula intitulado, FHC, Lula e a desconstrução da esquerda. No texto, o professor diz que nem PSDB, nem PT deram qualquer ênfase real aos objetivos da esquerda democrática. Ambos governaram para o mercado e nos estreitos limites fixados por ele. Segundo o pensamento do professor Cardim de Carvalho, o governo de Lula herdou um programa econômico desenhado pelo Fundo Monetário Internacional. Na entrevista concedida à **IHU On-Line** em 10 de abril de 2006, Cardim avalia a atual situação política e econômica do País.*

IHU On-Line – O modelo político econômico do governo Lula desgastou-se ou já começou mal?

Fernando Cardim Carvalho – O governo Lula deu continuidade a um programa econômico herdado do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e que tinha sido desenhado, em suas linhas gerais, pelo Fundo Monetário Internacional, quando concedeu financiamento ao Brasil para que atravessasse a crise cambial de 1999. Este programa consiste na conquista da confiança dos “mercados”, palavra que designa os mercados financeiros locais e internacionais, na expectativa de que a aprovação do governo pelos mercados estimule empresas produtivas a fazer investimen-

tos, aumentar a produção, expandir o mercado de trabalho etc. Na prática, o pagamento de taxas de juros, excepcionalmente altas, a dívida pública e a priorização absoluta das despesas financeiras sobre todas as outras na alocação orçamentária ganham a confiança dos mercados financeiros. Tem-se assim uma combinação de políticas monetária e fiscal altamente perversas e com impactos perversos sobre a taxa de câmbio também do ponto de vista do crescimento. Nos governos FHC, a postura liberal deixou o País à mercê de movimentos desestabilizantes de capitais financeiros, como durante a crise mexicana, as crises asiáticas e depois a crise russa, até o colapso de 1999². No governo Lula, essa mesma postura fez o Brasil crescer as menores taxas do mundo em um período em que a economia internacional esteve excepcionalmente favorável.

IHU On-Line – Qual sua avaliação em relação às divergências entre o grupo do ex-ministro Antonio Palocci e do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos?

Fernando Cardim Carvalho – A queda de Palocci não se deveu à sua política econômica, já que o próprio Presidente insiste que não conhece outra, mas a escândalos de corrupção, favorecimentos e, ao final, de abuso de poder no episódio da violação do sigilo bancário do caseiro. É exasperante como neste país grupos que se alimentam por anos a fio da retórica moralizante entregam-se aos vícios de sempre quando chega a sua vez. Entretanto, francamente, mais exasperante ainda é a falta de idéias substantivas para o futuro do

² Colapso do Real. Houve uma alta na dívida pública e nos juros. (Nota da **IHU On-Line**)

País. É difícil imaginar uma quebra de confiança mais grave do que ver o próprio Presidente referir-se ao seu discurso de vinte anos como “bravatas”. FHC pediu que esquecessem o que escreveu. Lula simplesmente afirmou que o que disse antes era “balela”.

IHU On-Line – Muitos nomes estão sendo anunciados para a candidatura à Presidência da República. Que propostas econômicas podemos esperar deles?

Fernando Cardim Carvalho – Havia grande expectativa de que uma candidatura do José Serra, por mais paradoxal que isso possa soar, considerando-se que Serra foi ministro de FHC, abrisse a possibilidade de discussão de alternativas efetivas de política. Serra, afinal, foi um crítico público das políticas econômicas de FHC, mesmo na qualidade de ministro da Saúde. A escolha do PSDB, no entanto, parece ter sido pela reafirmação de sua face mais conservadora. Alckmin é uma incógnita fora de São Paulo, mas os sinais que dá, de aproximação com a equipe de FHC, promete o pior. O ex-presidente Itamar Franco está sendo cogitado, mas parece pouco provável que consiga a indicação de um partido fragmentado como o PMDB. De qualquer modo, não há ainda qualquer indicação do que seria seu possível programa de governo. Apesar de sua personalidade mercurial, seu curto governo não foi ruim, sendo responsável pelo plano de estabilização que FHC espertamente tratou de dar seu nome. Garotinho seria, muito provavelmente, um enorme desastre. O estado em que está o Rio de Janeiro é prova viva da capacidade administrativa da família Garotinho. Além disso, o governo de sua esposa tem patrocinado desastres inacreditáveis, como o ensino da visão criacionista nas escolas do Estado. Só não nos tornamos uma piada mundial como no caso de Kansas porque poucos prestam atenção no que faz o governo do Rio. Seria inimaginável o que estas pessoas fariam com um ministério da educação nas mãos.

IHU On-Line – Com toda essa crise política, o mercado brasileiro parece inalterado. É verdade?

Fernando Cardim Carvalho – Até agora, sim. As alternativas eleitorais que apareceram não representam nenhuma ameaça à continuidade das políticas implementadas nesses últimos doze anos. Com Lula ou com Alckmin o mercado está tranquilo. Com Itamar, quem sabe? Com Garotinho seria além da imaginação.

IHU On-Line – Aparentemente, na América Latina, as políticas econômicas de esquerda e direita não apresentam grandes diferenças. Exemplo disso é Lula no Brasil, Vázquez no Uruguai e Bachelet no Chile. O senhor concorda? O que aconteceu com a esquerda?

Fernando Cardim de Carvalho – Bachelet acabou de assumir, é difícil dizer o que será seu governo. No entanto, há diferenças importantes, como, por exemplo, o caso do Presidente Kirchner, na Argentina, para não falar de experiências populistas como a de Chávez. Eu tenho a impressão de que o contraste entre Kirchner e Lula é mais interessante que a similaridade deste com Vázquez. O Uruguai não tem muito espaço de decisão autônoma, prensado pela convivência com dois vizinhos enormes, como o Brasil e a Argentina. Já a Argentina se confrontou com o FMI, por exemplo, e impôs seu ponto de vista. Manteve as políticas de juros que achou melhores e com isso conseguiu uma disciplina fiscal semelhante à do Brasil sem sacrificar seu crescimento. Suas políticas sociais têm uma natureza mais de apoio ao emprego do que a de Lula, mais abertamente assistencialista. No aspecto político, de forma ainda mais visível, Kirchner tem sido muito mais afirmativo no trato com seu próprio passado. Na Argentina de hoje, é impensável que o comandante do Exército lançasse uma nota como a lançada aqui em 31 de março, expressando orgulho pelo golpe militar.

IHU On-Line – A América Latina vive um momento de mudanças. O que podemos esperar de, por exemplo, Evo Morales? Haveria uma possibilidade de alianças entre Brasil, Venezuela e Bolívia potencializando diversas fontes energéticas?

Fernando Cardim Carvalho – As relações com a Bolívia são sempre muito delicadas devido às diferenças de desenvolvimento e poder político entre Brasil e Bolívia, um dos mais pobres países do continente. O conflito atual com a Petrobras, por exemplo, parece de difícil solução, porque do lado brasileiro o problema do gás é principalmente comercial, enquanto do lado boliviano é de soberania nacional. É possível que se chegue a uma solução aceitável para ambos, mas alianças com países de desenvolvimento similar, como a Argentina, mesmo que fora da região, como no caso da Índia e da África do Sul, são muito mais promissoras.

IHU On-Line – O senhor escreveu um artigo intitulado *FHC, Lula e a desconstrução da esquerda*. Quais as idéias fundamentais?

Fernando Cardim Carvalho – O PSDB e o PT apareceram como propostas de renovação da esquerda, substituindo a sua tradição revolucionária por uma tradição democrática. Assim, apesar de o PT não gostar do rótulo, ambos nasceram com planos próximos ao do socialismo e da social-de-

mocracia européias. Incidentalmente, ambos também nasceram com ambições éticas mais notáveis, o PSDB de um grupo do PMDB que rejeitava o “quercismo”, e o PT recusando toda a política partidária do Brasil. Como alternativas socialistas (no sentido europeu) e social-democratas, a retórica de ambos os partidos deveria privilegiar o pleno emprego, o crescimento e a distribuição de renda e riqueza, por meios estruturais e não apenas assistenciais, como, por exemplo, pela reforma tributária que desse efetiva progressividade aos impostos. Chegados ao poder, no entanto, nem PSDB, nem PT deram qualquer ênfase real aos objetivos da esquerda democrática. Ambos governaram para os mercados e nos estreitos limites fixados pelos mercados. A esquerda brasileira chega falida em meados da primeira década do milênio não porque se mostrou tão ou mais corrupta que todos os outros, por mais grave que isso possa ser, mas porque chega desprovida de idéias e propostas. Deste revés, a esquerda democrática (porque aos poucos, é verdade, remanescentes da esquerda revolucionária dirão que a democracia “burguesa” é inócua) brasileira não se recuperará tão cedo.

A opção de Lula: dar adeus ao desenvolvimento

Entrevista com João Sicsú

João Sicsú é professor no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense e doutor em Economia pela UFRJ. O professor é organizador de, entre outros, **Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o keynesianismo**. São Paulo: Manole, 2003 e **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole, 2005. Na entrevista concedida à **IHU On-Line**, no dia 3 de abril 2006, Sicsú disse que o Brasil precisa ter esperança novamente. “Precisamos ancorar nossas esperanças não só em promessas genéricas, mas em métodos específicos, particularmente em políticas econômicas. Temos que ter garantia de que determinadas políticas econômicas sejam implementadas. E esperamos como resultado a realização de promessas bastante conhecidas”.

IHU On-Line – Qual a análise que o senhor faz da saída de Palocci? O que significa a escolha de Lula por Mantega?

João Sicsú – Essa troca não muda muito. A política econômica vai continuar a mesma, e isso já foi declarado pelo Presidente e pelo novo ministro. O que houve foi apenas uma substituição de nomes, porque o nome de Palocci já era insustentável, não pelos erros de política econômica que ele cometeu, mas sim por problemas que estão no campo da ética, da moral. Seria positivo e motivo de alegria se Palocci tivesse sido retirado do cargo ou tivesse pedido demissão, pelos erros que cometeu. Erros que são claros, porque o crescimento do País nesse período em que ele dirigiu a economia foi muito baixo. Não vejo nenhum significado especial na escolha de Mantega. Ele seguirá a política econômica do governo, patrocinada por Lula: a política de taxas de juros

elevadas, de corte de gastos públicos basicamente em infra-estrutura e gastos correntes também em segmentos essenciais. Seguirá com a política de câmbio flutuante e volátil, em que o câmbio está profundamente valorizado, prejudicando muito as exportações, principalmente as manufaturadas. Não há nenhuma novidade em relação a mudanças conceituais, embora tenha havido mudanças de nomes.

IHU On-Line – O que podemos esperar de Mantega?

João Sicsú – Podemos esperar somente uma pressão para ter uma taxa de juros mais baixa e de longo prazo também: a TJLP, a taxa de juros que serve de orientação para o BNDES cobrar os seus empréstimos. Talvez nós tenhamos uma taxa de juros menor. Isso, porém, não muda o modelo, só muda a intensidade de uma das variáveis, a variável da taxa de juros. Seria importante para o País se nós tivéssemos uma mudança mais completa de política econômica, uma mudança deste conjunto todo de políticas: política fiscal, política monetária, política cambial. As políticas vão continuar as mesmas, talvez só a política monetária seja menos restritiva que no período anterior. Então as coisas se mantêm como estão, exceto os juros, o que eu poderia dizer que já é algo positivo, mas ainda muito limitado.

IHU On-Line – O período pós-Palocci significa uma atitude antiPalocci? O governo Lula muda suas orientações centrais sem o único homem forte que de fato teve até o momento?

João Sicsú – O governo poderia mudar agora sem Palocci, porque quem indica o ministro é o Presidente, que é o patrocinador de qualquer polí-

tica econômica em última instância. Se desejasse, Lula mudaria. Entretanto, ao indicar Mantega, antes de o novo ministro tomar posse, o próprio Presidente já disse que a política econômica não mudaria. Isso significa dizer que o ministro foi convocado para manter a mesma política econômica. Então, esse período certamente não é um período antiPalocci. É um período de continuação da mesma política de Palocci. É um período pós-Palocci somente no sentido cronológico, ou seja, Palocci acabou, vem Mantega. Quanto ao conteúdo, contudo, representa simplesmente e tão-somente continuidade.

IHU On-Line – Como o senhor vê a possibilidade de mudanças na política econômica no caso de um segundo mandato de Lula?

João Sicsú – No caso de um segundo mandato, não haveria por que mudar. Não há nenhum sentido em se pensar em mudança. O Presidente parece convicto da orientação que este modelo econômico tem e considera que, desde o início, desde três anos atrás, esse modelo poderia levar o País ao desenvolvimento. Não há nenhum sentido em se fazer um modelo, como esse foi feito, para se mudar num segundo mandato. O segundo mandato, se existir, será também de continuidade. O

problema do campo da política é que estamos diante de duas possibilidades iguais: Alckmin e Lula. O modelo econômico do PT é exatamente igual ao modelo econômico do PSDB. A possibilidade de mudança num segundo mandato de Lula, ou num primeiro mandato do Alckmin, é basicamente nula. Tudo continuará como antes.

IHU On-Line – E se, na sua política econômica, Alckmin for assessorado por Luiz Mendonça de Barros, Nakano e Bresser Pereira?

João Sicsú – Se de fato ele for assessorado por esses economistas, aí vão existir grandes mudanças. Eu não acredito, contudo, que esses economistas sejam os preferidos de Alckmin. Ele tem dado declarações, tem feito explicações, conferências, em que expõe idéias econômicas bastante diferentes das idéias do Yoshiaki Nakano³ e do Bresser Pereira⁴. Entretanto, se ele seguir o caminho ou as proposições de Bresser na câmara, nós teríamos um outro modelo de política econômica. Isso já foi tentado no governo Fernando Henrique, quando o Malan⁵ e o Armínio Fraga⁶ comandavam a economia e existia um contraponto interno feito por Bresser, por Serra e pelo próprio Nakano em São Paulo. Era um contraponto apenas de fachada, não era efetivo, porque quem manda-

³ Yoshiaki Nakano é professor de Economia, diretor da Escola de Economia e chefe do Departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP). Foi secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (1995 a 2001), diretor do Centro de Economia Política, secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda e consultor do Banco Mundial. Foi também secretário-adjunto do Estado de São Paulo (1985 a 1987) e ocupou o mesmo cargo na Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, em 1987. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ Luiz Carlos Bresser-Pereira é economista e cientista social. Foi ministro da Fazenda, (1987), ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-98) e ministro da Ciência e Tecnologia (1999). É mestre em Administração de Empresas pela Michigan State University, doutor e livre-docente em Economia pela Universidade de São Paulo. É professor, desde 1959, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, onde ensinou inicialmente Administração e hoje ensina Teoria Econômica e Teoria Política. Cursou a Faculdade de Direito da USP. Foi, por 20 anos, executivo dos Supermercados Pão de Açúcar. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ Pedro Sampaio Malan é engenheiro. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Malan foi o ministro da Fazenda (Economia) durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003. Atualmente, é presidente do conselho de administração do Unibanco. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ Armínio Fraga Netto foi presidente do Banco Central do Brasil de março de 1999 a dezembro de 2002, na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Anteriormente, ocupou durante 6 anos o cargo de Diretor Gerente da Soros Fund Management LLC em Nova York. Nos anos de 1991 e 1992, Fraga ocupou o cargo de membro da Junta de Diretores. Foi diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil. Fraga também trabalhou na Salomon Brothers em Nova York e no Banco de Investimentos Garantia, no Brasil. Lecionou na Escola de Assuntos Internacionais da Universidade de Colúmbia, na Escola Wharton e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, além da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. É doutor em Economia pela Universidade de Princeton. Obteve seu mestrado em Economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1981, onde também se graduou. Atualmente, Fraga é o principal acionista de um grupo de investimentos chamado Gávea Investimentos, além de ser membro do conselho de administração do Unibanco. (Nota da **IHU On-Line**)

va na economia verdadeiramente eram Malan e Armínio Fraga. Não acredito que o PSDB mude de linha nesse momento, passando a condução da política econômica a esses economistas. Acho que poderia ter havido mudanças se de fato Serra fosse o candidato do PSDB. Isso o próprio PT tem expressado. O presidente do PT, Berzoini, chegou a declarar que Serra era temido por segmentos empresariais. Isso mostra que o prefeito de São Paulo tinha, de fato, uma proposta diferente da de Lula. Chego a essa conclusão porque o Presidente da República não era temido pelos segmentos empresariais. Se um era temido e o outro não, é porque eles têm propostas diferentes. Serra seria uma alternativa a Lula. Não acredito que o Alckmin seja.

***IHU On-Line* – Quem poderá ser o ministro da Fazenda num segundo governo Lula? Que características ele deveria ter?**

João Sicsú – Para Lula, não tenho a menor dúvida de que, o melhor ministro da Fazenda seria aquele que fosse mais amigável aos olhos do mercado. Para ser coerente, Lula deveria colocar no Ministério da Fazenda alguém com o mesmo perfil do presidente do Banco Central atual, que ele indicou. Ele colocou no setor público pessoas que têm idéias do setor privado, financeiro. Para não haver conflito em seu governo e para ser coerente com seu modelo, acho que ele deveria escolher um economista ou banqueiro do setor privado. Encaixaria muito bem no modelo de Lula no segundo mandato.

***IHU On-Line* – E em que sentido essa crise abala a busca pelo desenvolvimento e pela distribuição de renda?**

João Sicsú – A crise só enfraquece eleitoralmente o PT, mas não enfraquece esse modelo, que é o modelo dos adversários de Lula também, do PSDB. Dizer que, no segundo mandato, teremos desenvolvimento, distribuição de renda e crescimento econômico, é apenas promessa. Promessa que Lula fez durante 20 anos e quando teve a

oportunidade de executá-las, não realizou. Por que agora, nos próximos quatro anos, ele faria aquilo que prometeu? Não vejo nenhuma coerência nisso. A coerência é continuar as coisas como estão. Prometer crescimento, desenvolvimento, igualdade social, não diferencia esquerda de direita. A direita também concorda com isso, nenhum economista de direita vai ser contra o crescimento, contra a distribuição de renda. O que diferencia são os caminhos para atingir esses objetivos. Lula e PSDB têm os mesmos métodos para atingir esses objetivos.

***IHU On-Line* – Em que sentido o livro *Adeus ao Desenvolvimento: A opção do governo Lula*⁷ pode contribuir para a compreensão do cenário político e econômico atual do Brasil?**

João Sicsú – Esse livro é importante, embora seja muito heterogêneo. Existem artigos nele que descrevem a trajetória do Partido dos Trabalhadores, e isso nos permite compreender com detalhes o mundo da política brasileira. Existem artigos nesse livro sobre economia, que mostram que o modelo de política econômica de Lula é o modelo do Fernando Henrique, mas isso não é a grande novidade. A novidade do livro é indicar políticas econômicas que poderiam ser adotadas e que, de fato, levariam o Brasil ao crescimento, ao desenvolvimento, a ter uma melhor distribuição de renda. É um livro de diagnóstico da sociedade e da economia brasileira, que contém propostas além das críticas. E as propostas que ele apresenta mostram que a saída dessa estagnação que estamos vivendo não seria com solavancos, tropeços, possíveis crises cambiais, até sociais, e atritos políticos. Seria uma saída possível desse modelo liberal para o modelo desenvolvimentista, uma saída processual, que teria tensão, mas também calmaria, ou seja, é possível transitar desse modelo para um outro sem que isso represente uma grande descontinuidade no plano político e social, mas que provocaria uma grande descontinuidade na política econômica. Esse livro deve ser lido. O título

⁷ João Antônio de Paula (Org.). *Adeus ao Desenvolvimento – A opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Nota da *IHU On-Line*)

lo expressa bem o conteúdo do momento, ou seja, Lula deu adeus ao desenvolvimento. O País cresceu nesses três anos exatamente a média dos últimos 20 anos. Crescemos 2,5% em média, talvez até um pouco menos. Um governo que abraça a bandeira do desenvolvimento não pode comemorar como seu ponto forte o modelo de política econômica que adota. Quem fez opção pelo desenvolvimento não comemora taxas de crescimento tão baixas. Não diz que o ponto forte da administração do governo foi a administração da economia. Na verdade, o que o governo fez foi dar adeus ao desenvolvimento. Essa foi a opção do governo Lula.

IHU On-Line – O que podemos esperar das eleições deste ano?

João Sicsú – Espero muito pouco em relação aos debates, porque a mídia está contaminada pela polarização dos dois grandes partidos, PT e PSDB, que vão discutir apenas a ética. Um vai acusar o outro de ser corrupto, e talvez os dois estejam com a razão. Um vai acusar o outro de ter um modelo que não leva ao desenvolvimento e ambos estão com a razão também. A polarização ficará entre dois grandes partidos que não oferecem uma alternativa de crescimento, desenvolvimento e melhor distribuição de renda para o País.

Acho que teremos dificuldades, pelo menos aqueles que, como eu, gostariam de ver o País em outra situação, para escolher um candidato que tenha viabilidade eleitoral e propostas desenvolvimentistas para o País. Eu gostaria de ter um nome que tivesse densidade eleitoral e um programa que levasse o País àqueles objetivos com que todos concordam: desenvolvimento, crescimento, distribuição de renda, mas que tivesse também no seu programa políticas econômicas de taxas de juros baixas, de investimento público em infra-estrutura e de um câmbio bem mais desvalorizado, mais estável, que favorecesse as exportações e a formação de reservas por parte do Banco Central. Não basta ter o objetivo genérico do crescimento, é necessário dizer como vai chegar lá. É mais do que isso, é necessário se comprometer com este *como*, ou seja, o candidato tem que dizer como vai fazer e depois que ganhar as eleições tem que fazer aquilo que prometeu quanto ao método, não quanto a afirmações genéricas. A favor do crescimento todo mundo é. Uns acham que vão distribuir renda melhor aumentando a taxa de juros. Eu acho que é baixando as taxas de juros. Os candidatos têm que se comprometer com os métodos sugeridos durante o período de campanha eleitoral.

A política econômica do governo Lula

Entrevista com Pedro Paulo Zahluth Bastos

*Pedro Paulo Zahluth Bastos é graduado em Ciências Econômicas e mestre em Ciência Política. Bastos é doutor em Ciências Econômicas pela Unicamp. Sua tese intitula-se Dependência em Progresso: Fragilidade Financeira, Vulnerabilidade Comercial e Crises Cambiais no Brasil, 1890-1954. O professor foi um dos coordenadores do Encontro Nacional de Economia Política realizado em Campinas em maio de 2004 pela Sociedade de Economia Política, que elaborou a Carta de Campinas. Na entrevista à **IHU On-Line**, em 17 de junho de 2005, Pedro Paulo Bastos afirmou que “o governo Lula realizou um contrato de credibilidade com os mesmos interesses que eram favorecidos ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, reforçando características institucionais da política econômica que eram favoráveis a esses interesses”.*

IHU On-Line – Como o senhor vê a saída de José Dirceu do Ministério?

Pedro Paulo Bastos – A saída do José Dirceu faz parte de uma estratégia mais geral do governo de, em primeiro lugar, ter uma figura mais forte no Congresso. Desde a substituição do João Paulo Cunha, o Congresso está completamente desgobernado no que tange à agenda do governo federal. É lógico, contudo, que esse não é o único significado da saída do José Dirceu. Isso está articulado a outras duas coisas. A primeira: tirá-lo do executivo, porque não sabemos ainda o grau de envolvimento que ele pode ter com todas essas denúncias, então é melhor que ele esteja no Congresso do que no Executivo. E a segunda, é vincular a saída dele a uma reforma ministerial mais ampla, que vai ter o sentido de trazer partidos

maiores para a base de apoio do governo de uma maneira mais consolidada. Eu posso estar enganado, porque tudo ocorre com uma velocidade tão grande que não sabemos o que pode aparecer nos jornais de domingo [a entrevista foi concedida na sexta-feira, dia 17 de junho de 2005] sobre novas denúncias. Essa reforma ministerial vai abrir espaço para o PMDB entrar mais no governo de maneira que o PT não fique tão dependente desses pequenos partidos, que foi basicamente a estratégia política que o José Dirceu tinha constituído desde o início do governo. Ao contrário do governo Fernando Henrique, que tinha também relação com partidos menores, mas podia negociar mais concentradamente, porque tinha a seu lado o PFL e, às vezes, o PMDB. Acredito que o PT vá partir para essa estratégia mais concentrada de sustentação política com a aliança privilegiada com um grande partido. Isso vai modificar a base de sustentação política do governo, desde que recupere o mínimo de estabilidade política, repetindo um pouco o estilo de sustentação característico do governo Fernando Henrique Cardoso.

IHU On-Line – Como se deu o contexto da elaboração da Carta de Campinas, bastante crítica ao governo Lula?

Pedro Paulo Bastos – É preciso esclarecer que, em geral, a Sociedade de Economia Política não é uma sociedade política, uma ONG, ou uma organização partidária, nem está vinculada a nenhum partido político em particular, e não tem como principal finalidade influenciar o debate político no País. É uma sociedade de cunho acadêmico e científico, que realiza congressos anuais sobre temas diferenciados, em que são apresentados pa-

pers científicos. Desde o ano passado, considerou-se que havia a necessidade de um maior posicionamento político da entidade, porque há um número muito grande de economistas que está na entidade que foram petistas, muita gente do PSDB, mas que comunga uma visão muito crítica da política econômica. Esse posicionamento foi feito na Carta de Uberlândia, em 2004, que já trazia algumas críticas à repetição reforçada pela mesma política do regime macroeconômico herdado do governo FHC pelo governo Lula. Só que ainda existia, no ano passado, um certo compasso de espera, porque o argumento do governo, pelo menos para a sua base, que criticava esse tipo de adesão ao pensamento único, era de que se passava por uma primeira fase, vinculada à necessidade de superar a crise cambial e financeira que tinha sido levantada no processo sucessório em 2002, pelos escândalos nas bolsas americanas, pela crise argentina, e que posteriormente seriam criadas as condições para uma virada estratégica em que finalmente a proposta de desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, em uma aliança ampla, teria condições de se efetivar. Depois desse encontro, ficou muito claro que nada disso é verdade. Do ponto de vista político, pessoas vinculadas a essa proposta alternativa saíram. Aí, o caso mais emblemático é o do Carlos Lessa. O movimento de redução das taxas de juros, que tinha ocorrido com base na idéia de que já se tinha superado a crise inicial que legitimou o aumento muito forte da taxa de juros, não apenas foi interrompido, como foi revertido por nove meses. Com isso, aumentou a pressão da base do executivo para garantir a independência do Banco Central, e para amarrar também futuros governos, votando um projeto plurianual, que define superávits primários muito elevados, que preservam esse superávit atual e até abre possibilidades de aumentá-lo. Além disso, foram eliminadas do foco de decisão político do Presidente a definição de qual vai ser a política fiscal e a meta de superávit que o futuro governo vai buscar alcançar. Isso porque o projeto plurianual tenta pré-definir quais serão as metas de superávit nos próximos cinco anos. Então, isso tudo mostra que não ocorre apenas uma repetição dessa política, que é incapaz de

permitir o crescimento sustentado da economia brasileira, mas que também proporciona uma consolidação da coesão política do governo no sentido de garantir a sustentação da mesma política, não apenas ao longo desse governo, mas para os próximos governos. Ficou claro que foi por água abaixo a idéia de que uma primeira fase seria depois substituída por um outro projeto. É por isso que, na Carta de Campinas, o posicionamento desses economistas, que não são apenas petistas, muitos são ex-petistas, que, em geral, não compartilham dessa visão de política econômica que o governo federal tem, foi muito mais agressivo e aberto do que aquele que foi realizado em Uberlândia no ano passado.

IHU On-Line – Quais as críticas mais pontuadas feitas ao governo que aparecem na carta?

Pedro Paulo Bastos – A crítica fundamental que se faz a essa política é a seguinte: a idéia é a de que basicamente o governo Lula realizou um contrato de credibilidade com os mesmos interesses que eram favorecidos ao longo do governo Fernando Henrique, reforçando características institucionais da política econômica que eram favoráveis a esses interesses. Por exemplo, preservou e reforçou a livre mobilidade internacional de capitais, a possibilidade dos especuladores entrarem e saírem dos mercados de capitais do Brasil, quando bem entenderem, não em função de objetivos políticos e estratégicos do País, mas em função de seus interesses de curto prazo de realização de lucros. Essa finalidade estava clara antes ainda de o governo assumir e tinha o objetivo muito claro de apreciar a taxa de câmbio. Por que a apreciação do real? Porque essa é a outra parte do contrato de credibilidade que o governo resolveu realizar, que é um contrato de credibilidade com empresas locais endividadadas em dólar, muitas delas que aproveitaram a privatização de ativos públicos do governo Fernando Henrique, e que geram receita em moeda local, mas que tem passivos em moeda externa. Esse desequilíbrio patrimonial, social, esse descasamento de moeda entre ativos e passivos, é um elemento fundamental existente por trás da crise financeira e cambial de 2002. A maneira de o

governo reverter essa crise é não impondo controle de capitais ou induzindo um processo de renegociação dos compromissos externos ao que era até esperado pela banca internacional, mas basicamente reforçando o câmbio, a mobilidade de capitais e sinalizando às empresas e aos bancos também, que terão plenas condições de gerar receita em reais para pagar dívidas que vão ser depreciadas por conta da apreciação do real. As dívidas são externas. Então, evidentemente, quanto mais apreciado está o real, mais barata é essa dívida externa. E essas empresas terão garantia de geração de receita em reais para sustentar o seu patrimônio, porque elas compraram ativos públicos com endividamento externo, por meio de uma política de preço de tarifas administradas fortemente favorável a elas e desfavoráveis aos consumidores. Não haveria nenhum tipo de quebra de contrato, mesmo que as empresas desses setores não cumprissem suas metas de expansão do sistema, mesmo que elas precisassem renegociar dívidas com o BNDES, utilizando subsídios públicos fiscais, mesmo que elas precisassem renegociar os pontos que lhes eram desfavoráveis. O governo não realizou nenhum movimento de, por exemplo, alterar regras de formação de preços desses monopólios privados de serviços públicos, muitos deles constituídos em condições extremamente suspeitas do ponto de vista da legalidade da transferência patrimonial que foi realizada. O governo não realizou nenhum movimento de, por exemplo, substituir a regra de correção do IPA ou do IGP, pelo IPCA. A estabilidade monetária vai ser garantida por um regime de metas inflacionárias e não por qualquer tipo de controle cambial que, de fato, garanta a estabilidade cambial.

Economia brasileira x economia mundial

É preciso entender que, devido a diversas circunstâncias, a economia brasileira só cresce quando a economia mundial puxa. Não foi por causa do governo Lula que tivemos esse crescimento de 5% no ano passado. Não foi apenas porque a base do ano anterior era baixa, mas porque a economia mundial puxou, mesmo que o Banco Cen-

tral e o governo federal, por meio da política fiscal e cambial, fizessem tudo para que esse crescimento não fosse multiplicado aqui no Brasil, para que, quando a economia mundial puxasse o Brasil pelos cabelos, a economia brasileira não reagisse tanto e não se acelerasse demais. A política para o exterior foi exatamente de tentar desacelerar esses recursos de crescimento determinados pela economia mundial. Isso porque, como esses impulsos provocam aumento dos custos das *commodities* importadas, vinculados também não só ao impulso da economia mundial, mas à inflação do preço das *commodities*, e por causa desses contratos absurdos, ocorre a inflação dos preços de serviços não-vendáveis. A reação do governo para evitar que as metas inflacionárias não sejam realizadas, cumpridas, é não questionar essa estrutura de custos, mas evitar que os empresários dos setores competitivos possam transferir pelo menos parte dessa expressão de custo para os seus preços finais. Como? Reduzindo suas margens de lucro. O governo faz isso elevando sua taxa de juros, reduzindo o crescimento prospectivo dos mercados competitivos e forçando as empresas a cortarem preços, cortarem margens de lucros e demitirem trabalhadores ou diminuïrem os custos do trabalho para que elas consigam preservar a parcela de mercado sem transferir a expressão de custo que essa política econômica produz. A única maneira de fazer a economia caber na meta é desacelerar o seu crescimento, jogando todo o prejuízo e o custo do ajuste da preservação da meta ao setor competitivo, ao setor de empresas competitivas e aos trabalhadores que estão empregados nesses setores. A meta de inflação no Brasil não é ambiciosa, em geral. Cinco por cento não é muito, é muito apenas dados os instrumentos que o governo mobiliza. Se o governo não faz nada para garantir a estabilidade cambial, ela vai produzir uma elevação do preço das *commodities*. Quando a taxa de juros aqui começar a cair porque o governo conseguiu jogar o setor competitivo na lona e foi incapaz de rebaixar a pressão de custos e os preços ficaram dentro da meta de inflação, a taxa de juros vai cair. É como se o governo tivesse dito assim: “Olha, vocês dizem que eu não tenho credibilidade. Como não? Eu vou mostrar que não apenas

vou fazer o que o Fernando Henrique fez, como vou fazer ainda mais. Vou aumentar o superávit fiscal, vou aumentar as taxas de juros, vou reduzir as metas de inflação, só vou usar a política de juros para combater a inflação, não vou dar reajustes salariais exagerados para os servidores públicos, inclusive vou resolver finalmente a questão previdenciária contra os aposentados. Estou dando para vocês um cheque em branco, vocês têm que acreditar que eu sou crível, serei mais crível ainda do que o Fernando Henrique Cardoso”. O governo Lula pagou para que acreditassem nele, para que ele assumisse, sentasse na cadeira, e fizesse as mesmas coisas que o governo FHC. Ele pagou só que não foi com o dinheiro dele, foi com o dinheiro do povo brasileiro, dos aposentados, dos que necessitam dos serviços públicos e dos que pagam essas tarifas absurdas para os monopólios privados.

IHU On-Line – O senhor considera que há outros interesses que “conspiram” contra o governo na conjuntura atual? Pode estar em curso um golpe ou um movimento capaz de inviabilizar o atual governo e sua sucessão?

Pedro Paulo Bastos – É possível, porque o governo desenvolveu uma estratégia que punia sua base de apoio e não executou políticas que aumentassem a sua popularidade, não só do Lula, mas de todo o governo, e que sustentasse uma política que não precisasse tanto desse jogo parlamentar inescrupuloso que aparentemente o governo veio fazendo. Como ele prejudicou sua base de apoio e perdeu a popularidade perante a população, ele precisa recorrer a esses mecanismos parlamentares, às bases de sustentação que não são as históricas do Partido dos Trabalhadores. Isso mostra o grau de dependência do governo dessa base absolutamente inorgânica e de direita. Mesmo que Lula esteja se dizendo uma pessoa crível e capaz de defender os interesses dessa base de direita com a presteza maior que a do Fernando Henrique, é evidente que ele, e particularmente o PT, continua não sendo confiável. É como o novo domador que chega ao circo. Ele

precisa domar o leão enorme que está na frente dele. O que ele faz? Ele dá mais carne do que o outro domador dava. Depois de um tempo, ele ganha a confiança do leão e decide diminuir a quantidade de carne. Ele dá menos carne para o leão, que come o braço dele. É mais ou menos isso que está acontecendo. O governo Lula está completamente dependente dessa base de apoio inorgânica, que não confia muito nele e vice-versa. Se houver possibilidade de jogar Lula aos leões de vez, vai ser jogado aos leões, o governo vai ser desestabilizado mesmo, e a sua base de apoio completamente nocauteada pelo conhecimento dos tipos de método que esse governo fazia para cooptar essa nova base.

IHU On-Line – O que a sociedade civil, movimentos sociais etc., podem e devem fazer neste momento?

Pedro Paulo Bastos – Os movimentos sociais que têm base de apoio no PT, vão tentar estimular as esquerdas do partido para fazer alguma coisa. A tendência é a de que não somente os movimentos sociais se revoltam com o estado dos fatos, mas também a opinião pública. O tipo de solução organizada que isso pode ter é pequeno. Quem vai colher os frutos dessa falência política do governo não vai ser a sociedade civil, mas os interesses que estão na oposição do governo Lula, muito provavelmente. De qualquer forma, sem controle de capitais, sem mexer no direito dos monopólios privados de colocar os preços monopolistas onde queiram, sem garantir estabilidade cambial por meio desses controles do movimento de capitais, sem redução da taxa de juros, sem redução do superávit fiscal, é evidente que as bases para um crescimento sustentável, para um governo que seja sustentavelmente popular, do ponto de vista da popularidade, ficarão enfraquecidas. Sem isso, sem essas modificações estratégicas e econômicas de geração de emprego, de controle da inflação etc., muito dificilmente qualquer outro governo vá ter condições de estabilidade política, porque o grau de crise, de herança maldita que o governo Fernando Henrique deixou, de fato, é muito grande.

Mudará a política econômica do governo Lula?

Entrevista com Leda Maria Paulani

Leda Maria Paulani, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), é doutora em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP com a tese intitulada *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. Paulani também obteve livre-docência pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, com a monografia *Modernidade e Discurso Econômico*. Signatária do Manifesto dos Economistas dirigido, em 2004, ao governo federal, Leda Maria Paulani assevera que o título do referido documento – *E Nada Mudou* – expressa, concretamente, a percepção dos seus idealizadores sobre a política econômica brasileira. É autora de diversos livros, entre os quais **A Nova Contabilidade Social** São Paulo: Saraiva, 2000 e o recém-lançado **Modernidade e discurso econômico**, Boitempo Editorial, livro no qual analisa as raízes filosóficas e ideológicas do que chama de doutrina neoliberal. A professora Leda Maria esteve na Unisinos, convidada pelo IHU, participando do **I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, no dia 23 de junho de 2005. Na ocasião, ela falou sobre **O Capital** de Karl Marx. O título da sua palestra é *A utopia de um novo paradigma para a economia*. A economista concedeu duas entrevistas à **IHU On-Line**, uma no dia 19 de junho de 2005, de sua residência, por telefone, e outra no dia 29 de novembro de 2004.

IHU On-Line – Como a senhora vê a saída do ministro José Dirceu? Ela vai reforçar a política econômica ortodoxa do ministro Palocci?

Leda Paulani – A saída em si era um desdobramento previsível da crise política. As consequências para a política econômica são especulações, mas, evidentemente, há uma expectativa de fortalecimento do ministro Palocci, uma vez que, no Planalto, até agora, as duas maiores figuras eram o ministro Palocci e o ministro Dirceu. Com a saída deste, Palocci fica como estrela solitária. Não diria que isso provoque um aprofundamento da política ortodoxa, mas que ele vai ter muito mais espaço político agora não resta dúvida. Será um espaço político para continuar a fazer a política econômica do jeito que está fazendo e aprofundá-la, se for preciso.

IHU On-Line – A imprensa, hoje, publica a notícia sobre o projeto entregue pelo deputado Delfim Neto ao Presidente Lula e ao ministro da Fazenda, de zerar o déficit nominal do País num prazo de seis anos para poder reduzir a taxa de juros. O que significa tudo isso? Como a senhora vê esse projeto ou as informações que se levantam sobre ele?

Leda Paulani – É um projeto de inspiração ortodoxa. Ele parte do princípio de que o déficit público é uma espécie de mau passo que precisa ser punido com a penitência, esquecendo que isso faz parte das economias capitalistas do mundo. Inclusive, a dívida pública foi uma das primeiras formas de acumulação primitiva de capital, nos inícios do sistema capitalista, mas há uma interpretação disso que puxa para o senso comum e que faz parecer que deve ser assim mesmo. Se o País tem um déficit muito grande, ele tem que fazer um grande esforço na economia para acabar com o déficit, então aí vem o paraíso. Eu lembraria que 80%, no

mínimo, desse déficit, deve-se a esse próprio modelo. Não é um déficit originado em um enorme gasto do Estado sem controle, não tem nada disso. O déficit cresceu substantivamente pela própria política de juros. Desde a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, vem sendo utilizada como única ferramenta da economia. Assim, quando houve a crise asiática em 1997, a taxa de juros chegou a quase 50%. Depois, em 1998, quando houve a crise russa, de novo houve uma enorme elevação da taxa de juros. Em 1999, houve a crise cambial, antes disso, houve uma manutenção forçada e artificial da taxa de câmbio em um patamar muito baixo que redundou na crise cambial e, logicamente, em um aumento da dívida pública. Depois da crise cambial, quando se adotou o regime de taxa de câmbios flutuantes, continuou sendo utilizada a taxa de juros fundamentalmente. Então, faz-se um enorme esforço fiscal, com superávit para reduzir o tamanho da dívida de um lado, mas de outro lado, aumenta-se a dívida com uma taxa de juros real injustificadamente elevada. Há que desmitificar um pouco esse processo. Agora, *stricto sensu*, a política de fazer um aperto fiscal maior do que já é, para, em princípio, ter espaço para reduzir a taxa de juros, do ponto de vista da economia é trocar seis por meia dúzia. Pensando nas variáveis que determinam o comportamento do produto, de um lado, consegue-se partilhar os juros e, em princípio, incentivar os investimentos, mas, de outro, contrai-se ainda mais os gastos públicos. Muito mais do que já estão contraídos, porque o Estado arrecada muito, mas paga muito de juros da dívida.

IHU On-Line – A senhora acha que o projeto de Delfim Netto, de fato, vai ser implantado?

Leda Paulani – Acho que é possível, sim, porque como há um grito geral em relação à taxa de juros, então politicamente, ainda mais no meio dessa crise, pode ser interessante reduzir a taxa de juros sem afetar o modelo. Pode-se fazer essa redução, ou pelo menos uma manutenção da taxa de juros e que ela produza o efeito político desejado e aumentar o aperto fiscal. Em função do cenário político mais complicado e dada a reclamação, tanto por parte das posições mais a esquerda como dos

próprios empresários sobre as altas taxas de juros, acho que esse modelo tem grandes chances de ser implantado. Agora há as especulações de Delfim Netto voltar a ser ministro.

IHU On-Line – Embora ele negue...

Leda Paulani – Exatamente. Se for, porém, adotado um modelo proposto por ele, fica uma certa obrigação do governo de colocá-lo no Ministério. Colocar alguém que foi ostensivamente ministro da ditadura como ministro de um governo do PT seria muito complicado. Se bem que o governo do PT já não tem mais nada do que se esperava e do que prometeu, mas, para todos os efeitos, é um governo do PT, ou seja, politicamente não é muito fácil admitir alguém como Delfim Netto como ministro do governo Lula. Esse fato pode se tornar um empecilho para adotar, de forma direta ou imediata, essa proposta.

IHU On-Line – Que outras propostas o governo poderia adotar, considerando o patamar ao qual chegou?

Leda Paulani – O governo Lula, do ponto de vista da política econômica e em vários outros aspectos, tocou o governo como Fernando Henrique já vinha fazendo. Queimou-se um capital político muito grande que teria permitido espaço para mudanças no início do governo. Nessa altura do campeonato, tentar mudar, tem um custo, mas ainda assim, acho que é um custo que deveria ser avaliado, porque se essa direção for mudada, de fato há perspectiva de crescimento mais sustentável. São rumos que diversas pessoas estão comentando por aí e que nós resumimos na Carta de Campinas. Uma delas é o controle de fluxo de capitais, a outra é acabar com o regime de metas de inflação, porque ele realmente não funciona numa economia com taxas de câmbio flutuantes e com preços administrados com muito peso nos índices. Precisamos lembrar que esses preços são de serviços cuja propriedade são de não-residentes, de empresas estrangeiras. Elas são muito dependentes do comportamento do câmbio. Toda vez que o câmbio sobe há uma grande pressão sobre o governo para autorizar aumentos, mas quando o câmbio cai, como está ocorrendo agora, não há

a atitude contrária, evidentemente, ficando o País na mão dos interesses desses grandes grupos, do ponto de vista de serviços essenciais, como energia elétrica, comunicações etc. Na realidade, haveria que alterar a política de determinação de preços, que passa pelos acordos desses grandes grupos com o Estado. Se isso acontecer, estaria colocando sob o arbítrio do Estado, se houvesse vontade política, uma parte substantiva dos índices de preços. Havendo controle dos fluxos internacionais de capitais, a taxa de câmbio se torna mais estável. O que desestabiliza a taxa de câmbio é a balança de capitais. Hoje, apesar de nós termos um equilíbrio na balança de transações correntes, continuamos externamente vulneráveis por conta dessa liberdade de fluxos de capitais. Com essas duas medidas, se realizaria uma mudança de modelo. Haveria outras coisas como uma reforma tributária que, de fato, seja reforma e não o que foi feito. Uma reforma que penalize e tribute mais a propriedade, tribute também a renda de um modo mais progressivo. Precisa tributar mais fortemente as faixas mais altas de renda. Hoje quem ganha mais de dois mil e cem reais é milionário, porque paga 27,5% de imposto de renda. A partir daí tanto faz quem ganha 2 mil e cem reais ou cinquenta mil reais por mês, pagam o mesmo imposto proporcionalmente. Existem algumas questões importantes que devem ser revistas: os impostos que recaem sobre a sociedade, a reforma agrária, entre outras.

IHU On-Line – Quais foram as repercussões da Carta de Campinas?

Leda Paulani – Como sempre, a grande imprensa ignorou completamente. Já no ano de 2004 com a carta de Uberlândia, houve uma pequena repercussão na grande imprensa, porque ela faz questão de ignorar. Repercutiu mais na Internet, e o único veículo da grande imprensa que deu espaço foi a revista Carta Capital. Este ano, porque o encontro foi na Unicamp, uma instituição importante, a imprensa esteve muito presente no evento na época, mas depois, quando saiu a carta mesmo, ninguém publicou. Foram publicadas informações do encontro, mas não a carta. Nossa intenção não é escrever a carta e mandar para o go-

verno, e sim que a sociedade brasileira tenha acesso a ela e quem tem obrigação de divulgar é a grande imprensa. Nós somos absolutamente marginais a esse pensamento econômico que domina o governo Lula. Nossas vozes serão sempre abafadas, mas achamos que é nossa obrigação falar.

IHU On-Line – Olhando para a crise atual do governo, qual pode ser seu andamento. Há quem pensa que se trata de uma conspiração contra o governo e até chegou a falar-se em possível golpe. Como a senhora vê essas afirmações?

Leda Paulani – Essa história do golpe, na realidade, só pode vir do próprio PT, dos grupos mais ligados ao governo. A idéia de que tudo isso seria fruto de uma conspiração que está sendo articulada pelo PSDB e a mídia é uma hipótese absolutamente inaceitável, porque o PSDB não tem nada a ver com as confusões que o PT arrumou, fazendo alianças com PTB e outros partidos. Quem fez as denúncias maiores são aliados do próprio governo. O próprio governo está interessado nessa versão para diminuir o peso dos problemas de corrupção. É evidente que a versão de que um golpe da direita está querendo tirar Lula do governo acaba tirando o foco da corrupção em si. Até acho que, para o PSDB, o grande inimigo político (somente político, não de projeto, o projeto dos dois partidos para o País é o mesmo) é o poder, de ver quem vai comandar o projeto: se o PT ou o PSDB. Não interessa roer a corda até arrebentar. Interessa para ele manter esta situação de crise até 2006. E se não vem daí, vem de onde? Dos militares não, porque não há mais condições históricas para isso. O governo Lula não está ofendendo interesses constituídos no Brasil. Quando esses interesses são atacados é que a perspectiva de golpe aparece. Pelo contrário, a política do governo Lula tem privilegiado os interesses dos que sempre dominaram o País.

IHU On-Line – Como está sendo refletida esta crise no PT, haverá novas rupturas?

Leda Paulani – No início do governo, quando ele começou a adotar aquelas medidas muito ortodoxas, houve uma interpretação diferente. Vá-

rios pensavam que se tratava de uma estratégia de início de governo, apenas para evitar que a crise se aprofundasse, mas que depois o verdadeiro projeto do PT seria implementado e outros, como eu, falamos, desde o início, que esse modelo é sem volta e que seria muito difícil qualquer alteração de curso. Nesse meio tempo, houve a expulsão de alguns parlamentares e, no interior do PT, permaneceu um grupo de 15 a 20 parlamentares, que vêm criticando o governo, mas não saem do PT, como Ivan Valente, Walter Pinheiro e outros. Os que saímos do PT, há muito tempo, os questionamos, perguntando o que estão fazendo ali ainda. Eles sempre dizem por que continuam no partido. Agora está cada vez mais difícil a situação deles. Se eles são, de fato, pessoas honestas que ainda acreditam e lutam por uma mudança efetiva do País não podem compactuar com esse nível de corrupção. Se, por um lado, se acaba de destruir o PT na forma como ele se colocou na história brasileira, de outro, o PT vai ficar como outro partido qualquer, aliás já é como outro qualquer, tudo o que diferenciou o PT já foi jogado fora. De qualquer maneira, a permanência desse grupo faz barulho, para todos os efeitos é um grupo do PT que está criticando o que o governo está fazendo. Talvez o resultado desta crise faça o PT ficar mais homogêneo no pior sentido. No sentido de um partido político qualquer no qual o que fala mais alto são os interesses mais espúrios, e não os interesses do País.

IHU On-Line – A decepção política que o governo provocou em muitos dos que esperavam mudanças seja no Brasil, seja no exterior, deixa sem esperanças políticas? Onde há alguma força política diferenciada que resulte em mudanças efetivas?

Leda Paulani – Se pensarmos na América Latina, temos, pelo menos um governo que, de fato, tem enfrentado os interesses que sempre dominaram o Continente. O presidente Chávez, com todas as críticas que possamos fazer a ele, tem tido coragem de enfrentar esses interesses. Não estou dizendo que ele tenha um modelo perfeito que possa ser copiado por qualquer país latino-americano e será bem-sucedido, porque a vida não é tão simples assim. No entanto, quanto à postura,

pelo menos, ele tem uma postura que esperávamos ver no governo Lula, e não vimos nem sombra. Com a reforma agrária, por exemplo, ele simplesmente disse: “Vamos fazer” e está fazendo. Não por acaso, ele foi objeto de um golpe. Como falei antes, quando se atacam os interesses fortes é que surge a perspectiva do golpe. Tentou-se tirar Chávez do poder, porque ele estava enfrentado esses interesses, mas não deu certo o golpe, houve um plebiscito, ele ganhou, seus inimigos não tiveram mais o que fazer. Ele tem essa postura mais honesta de alguém que se elegeu para fazer mudanças, o que ele está fazendo. Metade da postura dele no Brasil já teria feito um estrago bom, no melhor sentido da palavra. Eu gostaria de ir para a rua agora para defender o governo Lula da possibilidade de um golpe, mas por essas razões que acabo de levantar, eu não vou para a rua defender Lula e o governo do PT, mas nem sob tortura. E eu fui do PT desde o início, mas hoje não tenho a menor ilusão.

IHU On-Line – A senhora apresentará na quinta-feira, no I Ciclo de estudos Repensando os Clássicos da Economia o tema A utopia de um novo paradigma para a economia, com base nas idéias de Marx. Quais serão os principais aspectos que irá desenvolver em relação ao tema?

Leda Paulani – Eu estou pensando em fazer um resumo das críticas que Marx faz ao que ele chama de modo de produção capitalista. Recentemente, tive um debate com Francisco de Oliveira, sobre um livro que acabei de lançar, e alguém da platéia fez uma pergunta em relação à utopia, às características do mundo utópico. O prof. Francisco de Oliveira disse que utopia é sempre, em primeiro lugar, uma grande crítica ao estado atual das coisas. É importante difundir essas críticas, mostrar que pontos de vista, por exemplo, Marx via como principais problemas desse modelo de vida capitalista. Agora, sobre como seria construído um *outro* mundo, o Marx não falou. Seria uma falácia, um equívoco não-casual, dizer que a queda do socialismo real ou a queda das economias, que eram tão ligadas à União Soviética, foi uma demonstração do equívoco das idéias de Marx. É absurdo,

porque Marx nunca escreveu como seria o mundo pós-capitalista, ele sempre escreveu uma crítica ao capitalismo. É um absurdo dizer que aquelas experiências de socialismo foram experimentos marxistas que deram errado.

IHU On-Line – Como o pensamento marxista poderia iluminar a situação atual brasileira?

Leda Paulani – O pensamento marxista é importante principalmente por alertar para algumas características dessa forma de organização social que não são tão evidentes. Muitas vezes, aquilo que aparece como sendo objetivo do sistema, na verdade é o oposto. Parece que o sistema é feito todo para a produção de bens e coisas úteis que satisfaçam às necessidades humanas, ou seja, um sistema voltado para a produção e o consumo de bens. Marx diz que isso não é verdade. A produção e o consumo de bens, e, portanto, o atendimento das necessidades humanas é apenas um subproduto de uma lógica cujo objetivo é a busca do lucro, da valorização monetária do capital investido. Trata-se da busca de riqueza de forma abstrata, e não concreta. Então, para o capitalista não importa o que vai produzir. Ele não vai produzir sapatos, porque alguém precisa calçar os pés e não vai produzir pão porque as pessoas não têm o que comer, ele produz, porque isso permite valorar o capital dele. Também pode produzir armas, drogas, o que for necessário para valorizar o capital dele. Uma forma que temos de perceber a verdade dessa afirmação de Marx no capitalismo de hoje é vendo como a lógica financeira domina completamente a lógica produtiva. Hoje em dia, todos os capitais estão mais preocupados com a valorização do lado financeiro que com a produção propriamente dita. Essa discussão, por exemplo, entre taxas de juros que oporia o capital financeiro ao capital produtivo é também um pouco falaciosa, porque do ponto de vista do grande capital não há essa divisão. Quem é afetado pela taxa de juros elevada? São pequenos capitais, pequenos negócios. O grande capital compõe sua

atuação, dançando conforme a música. No momento em que as taxas de juros reais são elevadas, é evidente que eles vão fazer uma composição de seus capitais de modo a maximizar o seu retorno, tendo em vista as taxas elevadas. Quando a taxa de juros cai, é a mesma coisa, mas o pequeno capital sofre, não tem essa flexibilidade. Portanto, o sistema é movido por uma lógica cuja preocupação não é o ser humano, as necessidades humanas, e sim a valorização monetária do capital.

“Só uma crise de grandes proporções mudará o rumo do governo”

IHU On-Line – Na sua opinião, de fato, nada mudou⁸ no cenário econômico brasileiro?

Leda Paulani – Nada mudou, isto é, mudou no pior sentido. Aprofundaram-se as diretrizes da política liberal e, se tivemos alguma mudança, não foi no sentido de algo diferente do que vinha sendo feito particularmente na última gestão do governo do Fernando Henrique. Do ponto de vista da política econômica, *strictu sensu*, nada mudou mesmo.

IHU On-Line – Essa abordagem do tipo “nada mudou” não contém uma ênfase por demais acentuada na questão macroeconômica?

Leda Paulani – Eu não acredito que seja possível separar as coisas como esta visão faz crer que é. Quem defende esse tipo de postura e, ao mesmo tempo, julga que é possível isso se combinar com uma postura desenvolvimentista ou mais à esquerda advoga o seguinte: política macroeconômica tem que ser assim, tem que ser uma política dura, etc., e a gente faz a diferença na política social. Quer dizer: toda a diferença estaria na política microeconômica. E todos os problemas passam a poder ser tratados na esfera microeconômica. Eu acho essa visão completamente equivocada. Por mais que sejam bem sucedidos os programas do

⁸ A entrevistada foi uma das signatárias do Manifesto dos Economistas, intitulado *E nada mudou*, divulgado recentemente, defendendo um projeto nacional de desenvolvimento e criticando a condução da política econômica nacional. (Nota da **IHU On-Line**).

tipo renda compensatória como o Fome Zero, Bolsa Família – que estão sendo conduzidos de uma forma muito atrasada, muito antiga, com uma visão muito paternalista do Estado e do próprio Presidente –, o que temos são milhões de famílias dependendo de uma espécie de esmola que vem do Estado. Seria muito diferente a situação dessas famílias se arrumássemos um emprego para o pai ou a mãe de cada uma delas. Isso é dar cidadania, horizonte de vida, perspectiva. Do contrário, o problema imediato é minorado, mas permanece o problema, propriamente dito, não muda a questão orgânica da sociedade. Que futuro tem essa gente? Com a política econômica atual, esses problemas continuam absolutamente sem resolução.

IHU On-Line – O ambiente internacional seria favorável para uma mudança de rumos do País ou isso pouco importa?

Leda Paulani – Se o governo Lula tivesse utilizado o capital político que tinha no início, para fazer mínimas mudanças, hoje teríamos uma autonomia maior para deliberar internamente sobre os nossos rumos sem ficar dependendo tanto do que acontece no panorama da economia mundial. Cito os dois exemplos de sempre, China e Índia, que deliberam sobre as suas políticas. E por quê? Porque têm uma política externa, do ponto de vista das relações econômicas, que os protege. Esses países têm uma espécie de escudo protetor. Então eles ganham autonomia para deliberar sobre a condução das suas economias internas. Hoje nós não temos essa condição, mas isso é resultado do fato de termos perdido a oportunidade histórica, que tivemos em mãos, para justamente criar essa condição.

IHU On-Line – Essa oportunidade histórica foi perdida devido ao pragmatismo político ou por uma convicção teórico-política da elite dirigente?

Leda Paulani – Eu diria que isso se deve mais ao pragmatismo político. Julgou-se que o caminho

menos conflituoso e doloroso, o caminho para a manutenção do poder, que custou tanto a chegar, (foram quatro eleições), o caminho que exigia menos esforço fosse esse. É mais fácil conciliar do que enfrentar os conflitos, isso é evidente. Então se optou por isso. Eu não sei se o Lula acredita de fato nisso, se o [Carlos] Lessa⁹ tem razão ao dizer que ele está sendo enganado pelas elites, acho que o Presidente não é nenhum ingênuo. Mas também ninguém pode dizer que ele não possa, de repente, ter chegado à conclusão de que esse é o melhor jeito de fazer as coisas. Também acho que muitas pessoas do governo sabem que não é possível termos uma boa perspectiva para o País com a continuidade dessa política. Contudo, acham que não têm nenhum espaço para fazer algo diferente. Como agora o que importa é manter o poder conquistado, então o governo se mantém nessa linha.

IHU On-Line – A senhora acha possível que ocorra uma reaglutinação dos movimentos sociais, forçando o governo a mudar sua linha?

Leda Paulani – Esse é um outro problema. Nos últimos vinte anos, os movimentos sociais ficaram muito identificados com o Partido dos Trabalhadores. Não por acaso, pois o PT foi um produto da situação ditatorial vivida pelo país e nasceu de baixo, nasceu do movimento operário, dos movimentos sociais. Imediatamente ele ganhou um perfil de partido de esquerda, os intelectuais se alinharam a ele, e a partir de então, por todas essas razões, o partido passa a capturar, a atrair todos os movimentos sociais. Veja-se, para ficarmos em dois casos paradigmáticos, a ligação do PT com o Movimento dos Sem Terra (MST) e com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que seria de trabalhadores autônoma, “não-pelega”... O que acontece hoje? O PT chegou ao poder e não está fazendo a política que se esperava, mas o fato de o partido estar no poder, de o Lula ser o Presidente, isso acaba constringendo um pouco os movimentos sociais. O próprio MST anda falan-

⁹ Ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), demitido no dia 18-11-2004 (Nota da *IHU On-Line*).

do uma coisa aqui e outra acolá, critica a política econômica, mas sempre preserva o Presidente. Com os resultados apresentados até agora, fosse outro o Presidente, o MST estaria bem mais bravo do que está. O professor Francisco de Oliveira¹⁰ chama essa situação de “o seqüestro da sociedade civil”. Ele fala justamente dos movimentos sociais, das associações de classe, dos sindicatos, que ficaram meio aprisionados. Muitos militantes de base do MST se recusam a acreditar que Lula não vá fazer aquilo que prometeu. Não se pode falar com eles e criticar o Presidente, eles não aceitam. Então não há um espaço político-ideológico completamente aberto para uma aglutinação e uma pressão para que o governo mude.

IHU On-Line – A sua perspectiva para o futuro do País é pessimista?

Leda Paulani – Sim. Se considerarmos como otimismo a possibilidade de mudança, eu sou completamente pessimista. Acho que daqui para o final do governo, o que aconteceu nos últimos dias demonstra isso cabalmente, vimos Lula declarar que a política econômica não mudará, que vai ser isso mesmo, reafirma duramente a política adotada. Como eu não acredito que se possa separar as coisas, não se pode fazer um governo ortodoxo na política econômica e de esquerda no resto, isso é uma ficção, então eu acho que nada vai mudar. A menos que qualquer evento inesperado, uma grande crise, faça com que o governo reavalie a situação e decida por alguma mudança, mas essa mudança só virá ao preço de uma crise de grandes proporções. Uma crise externa, ou social, ou política, alguma coisa que não está no cenário ainda. Com o cenário atual, eu acho que tudo permanece como está até 2006.

IHU On-Line – A manutenção desse rumo não se deve também a uma certa fragilização do ideário desenvolvimentista?

Leda Paulani – Sem dúvida. Desde o começo dos anos 1990, temos um ambiente muito arisco às idéias desenvolvimentistas, temos um ambiente agressivamente contrário a elas. Temos não só uma desqualificação das políticas keynesianas¹¹ de um modo geral, como temos, particularmente nos países do Terceiro Mundo, e mais particularmente ainda na América Latina, a idéia de que o desenvolvimentismo foi uma coisa errada, burra. O ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco dizia isso com todas as letras. Dizia que era preciso apagar a Era Vargas – considerando a Era Vargas como o rótulo de um período que começa com Getulio Vargas em 1930 e vai até os governos militares, período em que ao Estado era atribuído um papel substantivo na evolução econômica. Gustavo Franco definia o desenvolvimentismo e a Era Vargas como produtos da burrice. Esse era exatamente o termo que ele usava. Depois de cinquenta anos de “burrice” quanto à política econômica, os iluminados iam fazer a política correta. Ele quebrou o País, que perdeu 45 bilhões de dólares por causa da sua política, mas quem é burro são os outros... Criou-se um ambiente onde, em determinados circuitos de economistas, por exemplo, falar em política desenvolvimentista é falar palavrão, a pessoa é imediatamente marginalizada, considerada incompetente, atrasada, burra e outras coisas mais. Logicamente, isso tudo acaba influenciando as possibilidades concretas desse tipo de idéia voltar a ter espaço.

IHU On-Line – A opção ortodoxa também está impedindo o governo de fortalecer o

¹⁰ **IHU On-Line** entrevistou o sociólogo Francisco de Oliveira, na 123ª edição, de 16 de novembro de 2004, sobre o impacto das eleições de outubro no cenário político nacional. Esse foi o tema de um artigo de Chico de Oliveira, intitulado “Quem derrotou Marta? O governo Lula”, que publicamos na edição n.º 122 do **IHU On-Line**, de 8 de novembro de 2004. O sociólogo Francisco de Oliveira, 70, é professor aposentado da USP e fundador do PT, com o qual rompeu em 2003. Ele é autor do famoso livro **O ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003. Sobre a obra, os leitores podem conferir uma entrevista com Francisco de Oliveira na **IHU On-Line** n.º 77, de 29 de setembro de 2003, e outra concedida à **IHU On-Line** na edição n.º 80, de 20 de outubro de 2003, por ocasião de sua vinda à Unisinos, no dia 17 de outubro de 2003, em que participou do **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, abordando o tema *Perspectivas do Brasil com o novo governo* (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ John Maynard Keynes (1883-1946), economista inglês. Suas idéias propunham a intervenção estatal na economia com o propósito de obter o pleno emprego. (Nota da **IHU On-Line**)

Estado em algumas áreas ou algo está sendo feito nesse sentido?

Leda Paulani – Precisamos distinguir duas coisas. Por um lado, é preciso desmistificar a idéia corrente até no discurso da esquerda de que hoje o Estado é fraco, não tem capacidade, não tem condições, se enfraqueceu e se reduziu. Não é verdade. O que houve é que o Estado mudou de cara. No caso brasileiro, como se pode dizer que o Estado enfraqueceu diante do aumento cavalari da carga tributária? Isso é contraditório. O Estado brasileiro, diferentemente do Estado argentino, por exemplo, ainda detém instrumentos poderosos. Um deles é o próprio BNDES. Há algumas estatais poderosas como a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal. Alguma coisa se salvou do vendaval privatizante. São instrumentos poderosos, mobilizam uma parcela da renda nacional bastante substantiva. Fora isso, temos o sistema de Previdência que, com todos os ataques que sofreu ainda é o responsável pelo programa social mais abrangente, acho que um dos maiores do mundo, que é, por exemplo, a previdência dos trabalhadores rurais. O Estado brasileiro é muito forte, muito estruturado. O que acontece é que se pode fazer uso desse Estado de um jeito ou de outro. Dizer que o governo está sem instrumentos para fazer uma política mais adequada ao desenvolvimento do País é algo que não se pode aceitar. Como a política econômica é determinante e todas as demais ações de política, em qualquer esfera, acabam se subordinando às decisões da área econômica, então se diz que o Estado está falido. Mas estruturalmente o Estado teria todas as condições de fazer um trabalho melhor. Como o Lessa, por exemplo, tentou fazer no BNDES, recuperando a capacidade do banco de ser de fato um banco de desenvolvimento, finalidade para a qual ele foi criado.

IHU On-Line – Para sairmos dessa situação, a senhora apostaria mais nos partidos políticos ou nos movimentos sociais?

Leda Paulani – Apostaria mais nos movimentos sociais. Eles estão constrangidos, como vimos. Mas a forma “partido”, particularmente com este desdo-

bramento da eleição de Lula, ficou muito fragilizada. Votou-se maciçamente em Lula e no PT, na esperança de que se mudasse alguma coisa de modo substantivo e não mudou coisa nenhuma. Então a própria idéia da política, essa que deriva da representação democrática por meio do parlamento, dos partidos, ficou muito fragilizada. Para a grande maioria das pessoas ficou parecendo que não há diferenças, pode-se votar em qualquer partido. Eu estou apoiando a criação do PSOL¹² mas acho que a forma “partido” e a própria idéia da democracia está fragilizada. Podemos manter uma democracia formal sem que isso represente mudança. A história da ascensão dos partidos de esquerda mostra que o resultado é a continuidade. Nesse sentido, aposto mais nos movimentos sociais.

IHU On-Line – A senhora gostaria de acrescentar outros comentários?

Leda Paulani – Temos um fato simbólico recém-ocorrido que foi a morte do professor Celso Furtado. De uma certa forma, ele morreu junto com o enterro das idéias desenvolvimentistas que tanto defendeu ao longo da sua vida. Celso Furtado foi uma espécie de símbolo do desenvolvimentismo. Não só teoricamente, porque construiu o conceito de subdesenvolvimento, mas também porque ele tinha muito claro quais eram as providências que o Estado brasileiro deveria tomar para tirar o País do subdesenvolvimento. Elas nunca passaram apenas pelo desenvolvimento econômico *strictu sensu*, pela industrialização, por exemplo. Ele acrescentava a isso o planejamento, a participação ativa do Estado como organizador da economia, a absoluta necessidade de redução das disparidades de renda e das disparidades regionais. A isso também acrescentava a necessidade do fortalecimento da sociedade civil e da democracia. Nada disso foi feito, os rumos do mundo depois dos anos 1970 foram em direção contrária. E o Brasil é uma boa expressão desse movimento contrário ao que ele pensava. Essas idéias foram simbolicamente enterradas, com estes dois eventos: a demissão do Lessa na quinta-feira [18-11-2004] e a morte de Celso Furtado no sábado [20-11-2004].

¹² Partido Socialismo e Liberdade, que está em processo de fundação.

O governo entregou ao setor privado o desenvolvimento nacional

Entrevista com Gentil Corazza

Gentil Corazza não está muito surpreso com os rumos do governo. Lamenta, todavia, que o desenvolvimento nacional tenha sido entregue ao setor privado, na medida em que as políticas desenvolvimentistas estejam sendo postas de lado. Doutor em Economia e professor da UFRGS, ele lembra que mesmo antes da vitória eleitoral os então futuros governantes já acenavam com a adoção de uma política ortodoxa. Daí porque não considera que estejamos vivendo uma fase de transição. “O governo nunca deixou dúvidas de que o rumo era esse”, afirma, acrescentando que nunca foi emitido qualquer sinal de adoção de políticas alternativas. Corazza é professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹³. Ele foi entrevistado pela **IHU On-Line**, por telefone, em 29 de novembro de 2004. Graduado e mestre em Economia pela UFRGS, sua dissertação de mestrado intitula-se Teoria Econômica e Estado. O professor é também doutor em Economia, pela Unicamp, e sua tese leva o título A Interdependência dos Bancos Centrais entre o Governo e os Bancos Privados. Atualmente, Gentil Corazza desenvolve o projeto de pesquisa *Relações Financeiras Externas da Economia Brasileira*. O professor é autor de **Teoria Econômica e Estado – de Quesnay a Keynes**. Porto Alegre: FEE, 1986 e **A Junta Comercial no contexto da economia do Rio Grande do Sul** (com Pedro Cezar Dutra Fonseca). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Entre outras, também organizou a obra **Métodos da ciência Econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

IHU On-Line – Como o senhor vê a situação atual do País, onde aparentemente há um embate entre desenvolvimentistas e monetaristas?

Gentil Corazza – Eu vejo isso com muita preocupação. A saída do professor Carlos Lessa do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) significa uma definição importante nos rumos da política macroeconômica e da política de desenvolvimento do País. Parece-me que houve uma definição de governo, na medida em que foi afastada uma pessoa como o Carlos Lessa, com toda a sua trajetória e a sua visão, e com tudo o que ele representava no governo Lula. Parece que, no BNDES, ainda se concretizava um resto desse espírito, desse projeto de desenvolvimento que tem todo um passado, uma visão construída com base nas idéias da Cepal¹⁴, e que tem toda uma história que deixou um resultado importante nos anos 1950 a 1980. No governo, concretiza-se, com isso, uma definição, uma dominância total do que já existia.

IHU On-Line – Mas essa dominância era apresentada como fase de transição, não?

Gentil Corazza – Ela nunca foi apresentada como fase de transição. Na realidade, o governo nunca deixou claro isso. Apareceu como uma grande surpresa, mas o governo nunca deixou dúvidas de que o rumo era esse. Causou perplexidade no início, porque se esperava que o governo conseguisse materializar seu projeto, que veio sen-

¹³ Gentil Corazza participou do **1º Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, no dia 14 de abril de 2005, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos, em que apresentou o tema *Analisando o pensamento econômico de Malthus e Ricardo*. (Nota da **IHU On-Line**).

¹⁴ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Órgão das Nações Unidas (Nota da **IHU On-Line**).

do construído junto com o Partido dos Trabalhadores e com o que ele representava. A definição da política econômica do governo Lula causou perplexidade por todos os lados. Da parte daqueles que o elegeram foi uma decepção; da parte daqueles que eram contrários, uma surpresa. Ele nunca apresentou essa política como uma transição. Sempre deixou claro que essa era a única alternativa e não tentou uma alternativa diferente, nem sequer sinalizou alguma possibilidade de mudança. Apenas abriu algum espaço, em algumas áreas, para a discussão do projeto de desenvolvimento nacional. Parece-me que essa porta, esse espaço se fechou com a saída do professor Lessa do BNDES.

IHU On-Line – Definiu-se, portanto, o papel do governo para a área do desenvolvimento econômico e social...

Gentil Corazza – Isso já estava bastante claro na definição da política macroeconômica, estruturada com base em alguns dogmas, que dizem caber ao governo estabilizar a economia, que a estabilidade é uma condição necessária e também suficiente para o desenvolvimento, que a abertura comercial e financeira é sempre benéfica, que ao Estado não compete mais atuar nessa área. Essa posição foi construída nesses pressupostos e ela não deixava dúvidas quanto a isso.

IHU On-Line – Essa visão está, necessariamente, ligada a uma idéia diferenciada do papel do Estado?

Gentil Corazza – Ela está claramente definida sob uma filosofia. Ela pode dizer que ao governo não cabe mais promover o desenvolvimento, que isso é um problema do mercado. Ao adotar-se uma política dessas está implícita toda uma concepção de desenvolvimento econômico. Ao governo cabe garantir a estabilidade monetária. O desenvolvimento passa a ser um problema do mercado. Os investimentos são os privados. Ao governo não compete mais esse papel. Isso já estava claro. Apenas se abriu um espaço, e havia uma certa contradição. A saída do professor Lessa não deixou mais dúvidas quanto a isso. O governo tem um projeto de desenvolvimento, que não

compete mais ao Estado definir. É o setor privado que vai promover o desenvolvimento nacional. O governo se restringiu aos papéis mais clássicos, de fazer a política monetária e fiscal. Isso significa uma mudança, uma visão monetarista do processo. Entre a discussão do desenvolvimento e a estabilidade, venceu a estabilidade. Aqueles que pensavam e ainda pensam diferente, na possibilidade, ainda, de lutar, de construir um projeto de longo prazo, que acreditam ainda na necessidade de o governo ser um ator estratégico nesse processo, eles não estão mais no poder, no governo, perderam a importância.

IHU On-Line – Como se chegou a esse estágio, uma vez que, durante anos, intelectuais, pesquisadores e militantes da área da economia elaboraram um projeto de desenvolvimento diferente do adotado?

Gentil Corazza – Na forma como o projeto veio se desenvolvendo nos anos 1950 a 1980, ele entrou em crise, porque o Estado se endividou muito, enfraqueceu-se como ator estratégico. E o Estado enfraquecido, endividado, perde a força e a capacidade de articulação e tem que se voltar um pouco para o saneamento fiscal. Essa mudança não é só um problema de lutas de idéias. Existe toda uma situação, uma conjuntura de crise do Estado, principalmente pelo endividamento. A dívida interna e o compromisso de pagá-la se torna uma prioridade da política econômica. A dívida externa e a necessidade de pagá-la faz a economia do País ser direcionada para essa finalidade. Sobre isso, constrói-se toda uma ideologia, uma filosofia. São idéias internacionais que vieram se consolidando, e os organismos internacionais que monitoram a economia, como o FMI e o Banco Mundial, também, de certa forma, condicionam sua ajuda à adoção dessa política de saneamento. É isso que acontece. Talvez ainda haja espaço para adotar um plano de desenvolvimento diferente. O baixo crescimento econômico, e as dificuldades de retomar-se um crescimento estão mostrando isso. Os investimentos privados são insuficientes para manter um crescimento dos empregos. Isso está ficando claro. O governo precisa acreditar que ele pode se dedicar a promover o

desenvolvimento. Em primeiro lugar, precisa ter idéias claras e convicções quanto a isso. Precisa assumir que, apesar da crise, o Estado ainda é um ator importante, cabendo ao governo buscar recursos, definir políticas, prioridades. No entanto, no momento em que o governo, que veio com uma outra orientação, uma outra finalidade, uma outra ideologia, abandona tudo isso, não acredita mais, quando fica evidente que ele não tem essas idéias nem as convicções políticas necessárias, o que está associado a uma dificuldade conjuntural de endividamento, de crise do Estado, é nesse momento que as coisas tomaram esse rumo que estamos vendo. Não foram só as idéias que mudaram. A realidade mudou significativamente.

IHU On-Line – Pode-se dizer que o modelo desenvolvimentista padece de uma indefinição?

Gentil Corazza – Ele se esgotou. As condições internas e externas que impulsionaram e deram força àquele modelo se esgotaram. Não podemos mais voltar a ter aquelas condições. Isso não significa que nada possa ser feito. Uma coisa é ver que as condições mudaram, que mudou o papel do Estado, que ele está em crise, mas isso não significa que não podemos fazer mais nada. Precisa ser debatido qual é esse papel. O Estado não pode ficar reduzido a fazer política macroeconômica. Tem que procurar um saneamento fiscal, é evidente que sim, mas isso vem sendo feito, de certa forma, porque há um esforço fiscal grande no sentido de arrecadar mais. O governo aumentou sua arrecadação de forma espantosa nos últimos sete, oito anos. A carga tributária em 1994, estava em 27%; hoje está em 38%. E há uma contenção de despesas, de investimentos públicos. Há um sucateamento generalizado das instituições, universidades, escolas... Verbas para a educação e a saúde estão sendo contidas para gerar superávit. Está se formando um superávit extraordinário, que, em parte, vem reduzindo o endividamento, mas os juros que são pagos para conter a inflação vêm corroendo, absorvendo esses recursos que são gerados pela política fiscal. Entretanto, há um espaço para o governo flexibilizar a política monetária e a fiscal e criar as condições de devolver ao Esta-

do um papel mais importante nos investimentos, na infra-estrutura. Mal o País começa a engatinhar no crescimento e já vem o pé no freio, que está muito acentuado agora, porque nós não temos investimentos. Qualquer pequeno crescimento de 3% ou 4% já faz pressão sobre os recursos. Esse é o impasse, a camisa de força em que o governo está metido. Para ele mudar a política macroeconômica e retomar o crescimento do País, ele tem que investir.

IHU On-Line – Esse crescimento econômico paralelo ao controle da moeda é uma reinvenção de um projeto desenvolvimentista...

Gentil Corazza – Em escala menor, mais modesto. Aí tem um problema de concepção. A concepção monetarista acha que é possível estabilizar a moeda de qualquer forma, por essas medidas. Na realidade, o que vemos é que estamos em uma luta de mais de dez anos de estabilização, com baixo crescimento econômico e uma estabilização que ainda não está garantida, não está sustentada, porque não se criaram as condições de uma estabilidade verdadeira. Ela só vem com o crescimento e as duas coisas têm que andar juntas. Só estabilidade ou só o crescimento representa um falso dilema. Naturalmente, os desenvolvimentistas também querem a estabilidade.

IHU On-Line – O senhor aponta no mundo, nas economias assemelhadas ao Brasil, alguma iniciativa ou modelo que possa ser estudado?

Gentil Corazza – O que serve de modelo, considerando as experiências todas, mas ainda sinaliza a possibilidade de que algo diferente pode ser feito, são os países asiáticos, como a Coreia, a Malásia, Singapura, que passaram por uma crise, mas não abandonaram o antigo projeto, trataram de redefini-lo. Para eles, o Estado tem um papel importante. Eles estão nos dizendo que é possível fazer algo diferente e têm tido sucesso nisso. Eles estão crescendo, reduziram a fragilidade externa. Há muita coisa a ser discutida. A questão toda é que, quando as idéias cristalizam, elas viram dogma, doutrina e, se tornam hegemônicas, dominantes, tirando o espaço da discussão, e o gover-

no não dá espaço para discussão. Então as portas se fecham, e ficamos pensando que só temos essas possibilidades, o que não é verdade.

IHU On-Line – O espaço para discussão hoje é menor do que há alguns anos?

Gentil Corazza – O espaço para a discussão é menor. Não há dúvida nenhuma. O governo não aceita discutir a política econômica dele, mesmo dentro do Partido dos Trabalhadores, em novembro de 2004, em que as posições críticas, mesmo dos dirigentes do PT, não tiveram voz. O espaço para o debate é restrito. A mídia também tem criticado aqueles que não estão de acordo. Cria-se uma mentalidade, uma ideologia, uma corrente de opinião nacional que domina. Nas universidades, há discussões, mas o espaço público para a discussão é muito mais restrito do que já foi, sem dúvida nenhuma.

IHU On-Line – Hoje as entidades e instituições são menos ouvidas, por que o governo não as escuta e por que a mídia também não dá espaço para essas manifestações?

Gentil Corazza – Forma-se uma espécie de unanimidade nacional de que não há outro caminho. Mede-se o acerto e o erro pelos resultados. Não dá para negar que há algum resultado, mas o verdadeiro resultado da política econômica do governo é o crescimento econômico. Apesar de estar anunciado que vamos crescer 4,5%, é um crescimento abaixo do mundial. E para o ano que vem já está projetado algo bem menor, porque não há nada que o sustente. O que torna o crescimento econômico mais sustentável são os investimentos. E a taxa de investimentos está em 18, 19%. O governo reduziu as suas expectativas de crescimento. Ele acha muito bom crescer 3%. Esse é um cresci-

mento muito pequeno para dar emprego aos novos trabalhadores e para reduzir a massa de desempregados. Lula está se conformando com uma situação que não é nada boa. Nós precisamos crescer 5% em média para poder dar emprego. Se não dermos emprego, temos que estar com um programa de assistência social, fazendo caridade para fazer a população sobreviver. Tem um custo muito grande não crescer. Claro que essas condições não se criam de uma hora para outra, mas já estamos nessa política desde 1994. O rumo é esse, o governo Lula não só deu continuidade a esse rumo, mas tornou-o mais ortodoxo ainda, por incrível que pareça.

IHU On-Line – Qual é sua expectativa com relação ao futuro do governo?

Gentil Corazza – Eu não estou otimista. Falta ao governo uma visão estratégica, de pensar a longo prazo, abrir os horizontes. Ele está preso à conjuntura, fez uma opção de conquistar credibilidade do mercado. Na minha visão de economista, o mercado sozinho não nos leva a lugar nenhum, é instável, precisa ser regulado. O Estado é imprescindível, e não vejo nada dentro do governo que sinalize nessa direção. Alguma coisa melhorou, mas as coisas básicas ainda não foram tocadas. É possível criar alguma estratégia de médio e de longo prazo. Temos que pensar nisso, senão os gargalos não se resolvem. Ou então vai acontecer o que está acontecendo hoje, o governo botou o pé no freio e tenta conter o crescimento econômico, por incrível que pareça, pois ele está preocupado com a inflação. Se não se constroem as bases do desenvolvimento, do crescimento econômico, qualquer problema na conjuntura internacional gera pressão sobre a infra-estrutura. Aí o governo tem que pisar no freio. Então, a perspectiva não é sustentável.

Uma economia para os próximos anos

Entrevista com Márcio Schweig

Márcio Schweig é Mestre em Economia pela Universidade Federal do Paraná, UFP e professor do Curso de Economia na Unisinos. Ele conversou com IHU On-Line, em 30 de setembro de 2002, sobre a proposta econômica de cada candidato.

IHU On-Line – Qual seria a medida econômica mais urgente que o próximo presidente deveria realizar?

Márcio Schweig – As taxas de juros são o principal instrumento para estimular o crescimento da economia. Se elas baixam, aumenta a capacidade de compra das pessoas, as empresas ampliam seus investimentos. Nos últimos quatro anos, o Brasil é campeão em taxas de juros. Todos os candidatos dizem que baixarão as taxas de juros, mas é óbvio que isso vai levar seu tempo. A dívida do setor público cresceu de 30 a 60% desde o início do plano real. Desde abril, houve um significativo crescimento nessa dívida pela instabilidade financeira. Temos um sistema dependente que precisa fazer qualquer coisa para atrair dólares. Então essa vulnerabilidade e a dependência do mercado externo devem ser diminuídas. Para isso deve-se organizar bem a atividade produtiva.

IHU On-Line – Quais as diferentes alternativas dadas pelos candidatos para diminuir essas vulnerabilidades do sistema financeiro?

Márcio Schweig – Todos dizem que ampliarão as exportações, e isso é absolutamente necessário. É uma forma de diminuir a vulnerabilidade. Em relação a isso, Ciro Gomes se contradiz. Ele disse que vai substituir a importação, produzindo aqui aqueles produtos que são importados, mas isso depende de uma forte política de intervenção do

Estado na economia. O assessor econômico de Ciro é dos mais liberais e defende a não-participação do Estado. Como se conciliam essas duas atitudes? Serra diz que ampliará as exportações e as importações ao mesmo tempo. Ele segue uma corrente econômica, com a qual eu não compartilho, a exportação e a importação diminuem o grau de vulnerabilidade financeira. Essa postura é defendida pelos liberais com a perspectiva de uma integração do mercado mundial. Eu acho que daria mais estabilidade fortalecer a exportação e limitar a aceleração da importação.

IHU On-Line – Como aumentar a produção com as altas cargas tributárias existentes?

Márcio Schweig – É necessária a reforma tributária. Em relação a isso, ou seja, a cobrar o imposto no consumo, FHC disse que faria e não fez, porque teria que contrariar certos interesses. Por exemplo, se os produtos da cesta básica não pagassem tributos, talvez a população toda tivesse acesso à alimentação, e o imposto seria cobrado de produtos mais supérfluos. É uma decisão política. Nesse sentido, o Ciro se contradiz. Eu acho que não vai fazer. Garotinho nem sabe muito bem o que é a reforma tributária. Serra pode fazer, sim, uma pequena reforma. Pode ser o Lula quem vai levá-la mais adiante, porque o fato de cobrar impostos diferenciados, conforme o produto, é do interesse privado ao mesmo tempo que dos trabalhadores. As altas cargas tributárias que incidem na produção devem ser passadas, então, para o consumo. Os países modernos têm o Imposto ao Valor Agregado (IVA), que é um imposto no consumo. Com isso acabaria a guerra fiscal. FHC não fez isso, porque os governadores do Nordeste

queriam levar as empresas para lá e, se o imposto não é cobrado na produção, não serviria para eles. Ciro Gomes, como governador do Ceará, usou a guerra fiscal e levou várias empresas para lá. O PT sempre bateu muito contra a guerra fiscal. Se Lula continuar coerente com o que hoje está dizendo, ele fará urgentemente uma reforma tributária.

IHU On-Line – Como avalia as propostas econômicas do candidato Garotinho?

Márcio Schweig – O candidato Garotinho chega a ser incoerente na sua fala. Aumentar o salário mínimo eu acho ótimo, mas ninguém pode fazer isso, se não for dentro de um processo. Como financiaria a previdência, se aumentasse o salário agora? É uma irresponsabilidade. Brinca um pouco com os sentimentos das pessoas. É bem um discurso para atingir as massas populares.

IHU On-Line – Por que o senhor insiste na imprevisibilidade do candidato Ciro Gomes?

Márcio Schweig – Em um momento, Ciro disse que mandaria as contas para fora do País, e o mercado veio para cima dele. No dia seguinte, mudou. Se ele daria calote na dívida ou se bloquearia a poupança, não se sabe.

IHU On-Line – Todos os candidatos dizem que buscarão um crescimento econômico. Como o senhor analisa as estratégias com que cada um fará crescer a economia?

Márcio Schweig – Na década de 1990, o Brasil assumiu o chamado *Stop and go*. Trata-se de um

crescimento oscilatório, segundo o crescimento ou não da economia mundial. Isso é o que faz tão vulnerável a nossa economia. A China cresce 10% cada ano, nos últimos 30 anos, por isso a Ásia é o paraíso dos investidores. E a nossa instabilidade espanta o capital produtivo. Lula disse que diminuirá a instabilidade, acabando com o *Stop and go*, entre outras coisas fortalecendo as instituições, por isso está conversando com todos os segmentos da sociedade. Serra vai manter a opção pelo sistema financeiro, já que ele disse, por exemplo, que vai manter Armínio Fraga no Banco Central, portanto uma taxa de juros elevada e uma vulnerabilidade elevada. Claro, se a economia mundial melhorar, a nossa vai crescer, mas como saber. Garotinho tem pouca responsabilidade nesse sentido, e Benedita assumiu “uma bomba” ao assumir o governo do Rio.

IHU On-Line – As consequências das decisões econômicas do próximo governo levarão muito tempo para serem percebidas, dadas as circunstâncias em que o novo presidente vai encontrar o País?

Márcio Schweig – Para mim a diferença está na concepção política, que é a marca da implementação econômica. Do ponto de vista da política econômica, há uma coisa que devemos ter clara: a economia é um processo histórico e como tal está sujeita a algumas condições. Com isso quero dizer que nenhum dos candidatos poderá fazer uma mudança a curto prazo, mas, no curto prazo, serão tomadas as decisões que marcarão o médio e o longo prazo.

“A opção do governo foi acomodada ou até medrosa, para não dizer covarde”

Entrevista com Ivo Poletto

Ivo Poletto, filósofo, teólogo, cientista social e educador popular, não mede as palavras ao falar sobre a postura do governo Lula com relação ao pagamento da dívida externa brasileira. Para esse gaúcho de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, uma auditoria na dívida liberaria mais recursos para projetos sociais.

*É justamente sobre sua participação no governo que ele fala no livro **Brasil: oportunidades perdidas – Meus dois anos de governo Lula** (Rio de Janeiro: Garamond). Poletto, que foi o primeiro secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra e integra e assessora diversas instituições, entre elas, a Cáritas Brasileira, fala do livro e da sua experiência, ligando tudo isso à crise política atual. Na entrevista concedida à **IHU On-Line**, em 26 de setembro de 2005, Poletto fala das oportunidades perdidas por Lula, nos dois primeiros anos de governo.*

IHU On-Line – Que oportunidades foram perdidas nos seus dois anos de trabalho no governo Lula?

Ivo Poletto – Em primeiro lugar, a oportunidade de fazer um amplo movimento de educação popular, porque o programa Fome Zero em seus vários projetos tem como um de seus objetivos atingir 11 milhões de famílias que não têm ainda garantidas alimentação e nutrição. Podemos fazer isso por meio de um mecanismo que agora se chama Bolsa Família e chegar com um apoio financeiro. Poderia também fazer, ao mesmo tempo, um trabalho de abordagem, de visitas, de diálogo, de levantamento de expectativas e organizar com essas famílias um trabalho de educação popular.

Por que um governo que foi eleito com esta orientação não assume uma perspectiva de educação popular ligada ao Fome Zero? Há ainda o fato de o governo confirmar uma política econômica que é o contrário disso. É uma política de poucos para cada vez menos. Manter essa contradição, fez eu me sentir com falta de condições para continuar apostando em um trabalho no governo e voltar a atuar na sociedade para poder exigir mudanças.

IHU On-Line – Seu livro tem uma posição crítica ao governo Lula?

Ivo Poletto – O livro testemunha esses acontecimentos e coloca-os em debate por meio de uma seqüência de crônicas para ampliar a possibilidade de leitura. Estou interessado na democratização desse debate. É importante deixar claro que o texto é crítico, mas não na maneira como nós compreendemos a crítica, não é apenas negativo, significa compreender nas contradições, nos eventos da história, o que está acontecendo. Comparar o que se faz com o que se poderia fazer. Minha posição crítica é radicalmente contrária à posição crítica dos partidos conservadores que querem menos investimentos no social e mais vantagens econômicas. Quero uma economia que favoreça a todos.

IHU On-Line – Era possível perceber que o PT ia mal?

Ivo Poletto – Nos textos, isso aparece. Eu me surpreendi com a permanência de umas experiências das esquerdas, por exemplo, a facilidade com que os grupos passam da diferença de ponto de

vista para se combaterem uns aos outros, para tornar os outros quase seus inimigos. Isso se percebe, e percebe-se, no governo. As áreas estão loteadas para os diferentes grupos. Há dificuldades para se trabalhar com essa dimensão de universalidades. Agora, honestamente, eu não conseguia perceber que as dificuldades do PT tinham esse caráter que apareceu. Havia quase um excesso de cuidados para evitar que houvesse o mau uso dos recursos públicos. Realmente o que apareceu não é tão estranho para quem acompanha um certo abandono de valores por parte da militância do próprio PT.

IHU On-Line – Que tipo de conflito o senhor enfrentou?

Ivo Poletto – A dificuldade de se conseguir dialogar na base da confiança, da consciência de que temos uma missão comum. Olhamos a realidade e tentamos ver qual é a necessidade. Essa reflexão sempre foi difícil de ser feita, há uma visão fechada sobre o burocrático, sobre o possível. Temos poucos recursos, vamos fazer o mínimo possível. A segunda dificuldade entra aí: não houve possibilidade no governo de discutir a política econômica. O próprio Paul Singer, secretário da economia solidária, diz nunca ter sido convidado a trocar idéias sobre a política econômica do governo federal. Esse isolamento burocrático e ideológico dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Banco Central é complicado. Não precisariam consultar-nos, mas deveriam dialogar conosco. A decisão do que fazer com recursos disponíveis é maior: trata-se de ver o que é essencial, se temos poucos recursos. Melhorar a vida das pessoas ou manter em dia o pagamento de dívidas? Essa discussão foi inviabilizada e impedida pelo governo.

IHU On-Line – O senhor poderia citar nomes?

Ivo Poletto – É difícil citar nomes, porque teria de entrar em detalhes. Prefiro não citar nomes. No livro, mencionei Frei Betto, do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, os grandes responsáveis pelos programas.

Auditoria da dívida é proposta por ex-colaborador do governo Lula

IHU On-Line – Qual é a posição do Presidente Lula em relação aos programas sociais do governo?

Ivo Poletto – O que temos percebido é que ele tem respaldado essa política econômica, assumiu o discurso e a justificativa do grupo da área econômica do governo. Por que fez isso? Não sei. O que sei é que, com relação a alguns programas sociais, ele tem exigido maior eficácia dos ministros. Lula continua, na raiz, ligado à vontade de fazer o melhor possível no trabalho social, mas está estrangulado, porque há uma briga pelos poucos recursos que sobram depois que se faz o orçamento de tudo que é necessário para o governo. Enquanto Lula, ou qualquer outro presidente, não conseguir se livrar do que foi construído historicamente, não vamos dar os passos que enfrentem os problemas da maioria da população brasileira.

IHU On-Line – O senhor não acha complicado dizer: não vou pagar a dívida?

Ivo Poletto – Ninguém diria: não vou mais pagar a dívida. Isso não funcionaria. Agora, há procedimentos para encaminhar a auditoria pública da dívida. Isso é legal e reconhecido internacionalmente. É um estudo da dívida no processo de sua formação. Verificar os títulos da dívida, de onde vieram os recursos, quem os tomou, o compromisso assumido e acompanhar o desdobramento disso. Ver se tudo foi correto ou não. Se não houve acréscimos ilegais. Até hoje, a única auditoria feita foi no governo Getúlio Vargas. Na época, viu-se que não estava correto. Ninguém isolou o Brasil por causa disso. A dívida pode também ir para o judiciário. Na Argentina, a dívida externa foi julgada e condenada como um crime contra a população argentina porque foram os militares que tomaram os empréstimos, que não eram os representantes legítimos do país. Quem empresta a militares sabe que a dívida pode não ser reconhecida depois. Poderíamos ir além disso: estabelecer um amplo debate sobre a utilização dos re-

curso da dívida. Poderíamos fazer um exercício da Auditoria Cidadã da Dívida, coordenado pelos companheiros da Unafisco, sindicato dos auditores fiscais. Eles fizeram um recálculo da dívida a partir de 1978, aplicando 6% por ano de juros. É uma média que fica acima do que os países ricos pagaram entre eles de dívida. Em 1989, o ano em que deveria ter sido feita a auditoria marcada pela Constituição, a dívida já seria zero. No final do ano, teria mais de US\$ 3 bilhões de crédito. Segundo o cálculo, até o final de 2004, teria um crédito US\$161 bilhões. Esse recálculo, que já está feito, pode vir a servir de base para um processo internacional de julgamento da própria dívida externa brasileira.

IHU On-Line – E por que essa auditoria não saiu ainda do papel?

Ivo Poletto – Aí vem a questão fundamental: eleito por 53 milhões de brasileiros, Lula teria três alternativas para governar. Uma seria fazer alianças por cima. Ele construiu alianças e deu no que deu. A outra seria governar com base em um projeto de país, definindo as prioridades e indo para o Congresso quando fosse necessário para propor publicamente mudanças na legislação e para realizar o que fosse essencial para o País. A terceira alternativa poderia ser forçar a regulamentação constitucional do plebiscito e consultar a população sobre assuntos que dizem respeito a ela. A opção do go-

verno foi acomodada ou até medrosa, para não dizer covarde. Preferiu não alimentar o caminho de conflitos políticos. Achou que o caminho melhor seria a construção de uma maioria para governar. Sabemos no que deu esse tipo de aposta. Por essas alianças, não poderia questionar a dívida, por não querer conflito internacional com o FMI e outros países.

IHU On-Line – Plínio de Arruda Sampaio falou no debate A esquerda e a crise política no Governo Lula que esse governo é pior que o de Fernando Henrique Cardoso. O senhor concorda com essa afirmação?

Ivo Poletto – Tenho dito que, se compararmos os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso com os dois anos e meio de Lula nas mesmas políticas, Lula é melhor que o FHC praticamente em tudo. Mantido o mesmo padrão, é melhor na administração da economia, pois toca uma política de exportação eficiente, consegue abrir novos mercados, consegue diminuir um pouco a dívida em dólares. As políticas sociais também. A crítica não é comparar com FHC, mas recordar o motivo por que a população elegeu Lula, e não o candidato de FHC. Elegeu para fazer um governo diferente, com mais participação do povo. Não foi eleito para ser administrador da dívida e da economia do jeito que era feito pelo FHC.

“A política tornou-se irrelevante”

Entrevista com Francisco de Oliveira

Sem grandes esperanças ou expectativas para 2006, o sociólogo Francisco de Oliveira não mediu palavras na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, por telefone, em 6 de abril de 2006: “o ano se desenvolverá da forma como vem se desenvolvendo há 12 anos: medíocre”. É com os mesmos adjetivos que ele define como imagina ser as eleições deste ano: “vai ser uma campanha medíocre e mentirosa”.

Francisco de Oliveira é sociólogo e coordena o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da USP. É também fundador do PT, com o qual rompeu em 2003, e autor do livro **O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003. Sobre este livro, os leitores podem conferir uma entrevista com Francisco de Oliveira na **IHU On-Line** n.º 77, de 29 de setembro de 2003, e outra concedida à **IHU On-Line** na edição n.º 80, de 20 de outubro de 2003, por ocasião de sua vinda à Unisinos, no dia 17 de outubro de 2003, em que participou do **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, abordando o tema Perspectivas do Brasil com o novo governo. Dele também publicamos um artigo na 134ª edição da **IHU On-Line**, de 28 de março de 2005, sobre os 25 anos do PT. O sociólogo Francisco de Oliveira concedeu três entrevistas à **IHU On-Line**, a primeira na 123ª edição, de 16 de novembro de 2004, sobre o impacto das eleições de outubro no cenário político nacional, a segunda na 155ª edição, de 12 de setembro de 2005, sobre a situação política do País e do governo Lula e a terceira na 170ª edição, de 6 de março de 2006, sobre “A política tornou-se irrelevante”.

IHU On-Line – O que podemos esperar para o cenário político em 2006? O PT tentará se manter no posto e o PSDB recuperar o que foi seu? E os outros partidos?

Francisco de Oliveira – A pergunta já definiu qual o eixo principal: PT contra PSDB. Os outros partidos são linhas auxiliares. Eles não têm influência em uma eleição majoritária para presidente. Apenas são importantes para somar tempo de TV, fazer palanques estaduais, mas não terão nenhuma influência no resultado presidencial. São simples acessórios. Não espero nada de bom nem de muito elevado da disputa entre PT e PSDB. Vai ser uma repetição dos últimos 12 anos. Os tucanos vão tentar repetir os seus êxitos passados, e Lula vai repetir o que ele considera um êxito, que é o seu governo não ter caído. Não vai haver nada extraordinário. Lula vai insistir com as chamadas medidas sociais, não vai distribuir renda coisíssima nenhuma. Basta ver o lucro dos bancos para descobrir o que está havendo no Brasil: uma espantosa concentração de renda. Vai ser uma campanha medíocre e mentirosa.

IHU On-Line – O que poderá significar uma eventual vitória de Lula para o País?

Francisco de Oliveira – Vai significar a continuação da mesmice. Lula tem muita chance de se reeleger, mas não vai mudar uma vírgula no programa econômico e vai continuar as suas políticas sociais de remendo. Não há nada novo no horizonte. Do lado dos tucanos, se ganharem, eles também continuarão. Estamos em um ciclo da economia e das relações internacionais que não têm nenhuma novidade, e os dois partidos principais não têm programa para transformar o que aí está.

IHU On-Line – Como a crise política tão fortemente vivida em 2005 afetou a credibilidade do PT e do sistema político dentro e fora do País?

Francisco de Oliveira – Afetou seriamente. Os partidos perderam relevância e a capacidade de

transformação. Sobrou, então, o velho personalismo na política brasileira. O que conta são as personalidades, as lideranças. Ninguém vai à eleição por causa de partido. Essa crise afetou seriamente a credibilidade do sistema político.

IHU On-Line – De que maneira o predomínio da economia sobre a política afetou concretamente a democracia brasileira? O ministro Palocci é um símbolo dessa inversão?

Francisco de Oliveira – Há muito tempo a economia se sobrepõe à política. O PT apenas se rendeu a esse domínio. A política econômica é a principal prioridade de todos os governos, que se transformaram em administradores da política para conter as reivindicações políticas. A economia, portanto, pode navegar em águas soltas. Durante toda a crise do ano passado, o que os jornais, os âncoras de televisão e os líderes políticos diziam é que a crise não podia afetar a economia. Ora, quando a política não afeta a economia, porque é nisso que consiste o poder dos cidadãos, então a política torna-se irrelevante.

IHU On-Line – Há muitas possibilidades de que a história se repita, ou seja, governos de esquerda que dão continuidade às propostas de seus ex-adversários? Como o senhor vê isso no Uruguai de Tabaré Vázquez? Como está vendo Evo Morales, na Bolívia, Michele Bachelet, no Chile?

Francisco de Oliveira – Não sei. Não conheço bastante a situação da Bolívia e do Uruguai. No Uruguai, o governo de esquerda tem uma margem de manobra muito estreita. O caso da Bolívia é mais incógnito ainda para mim. Trata-se de uma sociedade muito complexa, onde relações étnicas têm muita força. A Bolívia é hoje o paraíso petrolífero da América Latina. Resta ver como eles se comportarão. Não podemos esquecer que a Petrobras é responsável por 15% do PIB boliviano. Essa é uma porcentagem que não existe em nenhum outro país do mundo. Veremos como a Pe-

trobras e o governo brasileiro se comportam diante da Bolívia. O Evo Morales tem um discurso promissor, mas tenho poucos elementos para julgar se ele será capaz de cumprir suas promessas ou se voltará ao redil dos governos conformistas da América Latina. Quanto ao Chile, a Bachelet não apresenta mudança nenhuma. Ela continua um programa que os socialistas chilenos já estão seguindo desde que as eleições presidenciais voltaram a ter vigência no Chile. Talvez a única novidade é ter sido eleita uma mulher para a presidência do Chile.

IHU On-Line – Ainda há diversos países que terão eleições na América Latina. O senhor se sente otimista em relação a possíveis mudanças?

Francisco de Oliveira – De maneira nenhuma. Não sinto nenhum otimismo, não vejo perspectiva de mudanças importantes. Um país como a Colômbia, que é tão importante para a América Latina, está inteiramente mergulhado na sua própria crise interna. Não há nenhuma razão para otimismo. O máximo de otimismo é acreditar que o governo Kirchner continuará acertando na política econômica. E, é claro, o elemento de otimismo que existe e ainda persiste em relação à Venezuela. No restante da América Latina, não há nenhum sinal de mudança.

IHU On-Line – O que vai acontecer, em 2006, como seqüência das investigações da CPI dos Correios e da CPI dos Bingos etc.? O senhor acha que o PT deve realmente “andar de cabeça erguida” como disse o Presidente?

Francisco de Oliveira – De cabeça erguida, não, mas não vai acontecer nada. A CPI dos Correios, que é a mais efetiva, vai terminar com um relatório certamente importante, mas nada vai se dar de seqüência às investigações. A CPI dos Bingos, embora a oposição atue mais livremente, é mais limitada, não conseguiu produzir nada com credibilidade. A morte de Celso Daniel¹⁵ vai con-

¹⁵ Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André, foi assassinado em janeiro de 2002. O irmão de Celso Daniel, segundo o noticiário, se transferiu para o exterior. (Nota da *IHU On-Line*)

tinuar sendo abafada. Não vai acontecer nada neste capítulo.

IHU On-Line – O que há de verdade e o que há de mito por trás da imagem de crescimento econômico, PIB crescendo, exportações também, inflação sob controle?

Francisco de Oliveira – De verdade, há o seguinte: a média do crescimento econômico brasileiro nos últimos 12 anos, aí encontraremos a verdade, não passa de 2 ou 2,3%. Como dizia um antigo âncora de televisão: “é uma vergonha”. O crescimento econômico é um mito, é pífio, um dos mais fracos da própria América Latina e, quando comparado com outros países, é uma coisa de envergonhar qualquer um.

IHU On-Line – De que reforma política mais urgente o Brasil precisa?

Francisco de Oliveira – Seria um pouco como os argentinos fizeram: que se vayam todos. Seria uma limpeza geral do quadro político. Isso não vai acontecer. Não há força social capaz de promover isso. Não é acabar com a política, mas renovar os quadros políticos de uma forma radical. Do PT não se pode esperar muita coisa. Elegeu-se uma direção que tem algumas mudanças, como o Raul Pont, mas o cabeça do partido é o Ricardo Berzoini. O PT não vai apresentar nada de novo, nem agora, nem num futuro próximo. O PSDB está imerso nesta disputa irrelevante entre dois pré-candidatos e também não promete nenhuma mudança por aí. O Serra tornou-se um político convencional. O Alckmin é o que se vê nos jornais, é aquele mesmo. Espera-se, apenas, que siglas como o P-Sol cresçam muito, mas não crescerão o suficiente para abalar o predomínio dos dois principais partidos.

IHU On-Line – O que se deve esperar dos intelectuais neste ano tão importante para o País?

Francisco de Oliveira – Dos intelectuais deve-se esperar o que sempre foi tarefa deles: a crítica

ca implacável, sem concessões, que ajude a sociedade. Esse é o papel dos intelectuais, o que eles não têm feito muito bem e não fizeram bem em 2005. É o que se espera deles, mais exatamente porque os movimentos sociais estão muito debilitados. Os intelectuais não podem falar por si só. Eles não são ventríloquos de si mesmos. Essa relação entre os partidos que estão fracos, os movimentos sociais que estão fracos e os intelectuais leva a que não se espere grandes movimentos intelectuais. Agora mesmo, aqui em São Paulo, para tocar num ponto sensível dos intelectuais, acontece um caso que envolve a universidade católica de São Paulo, a PUC. Ela tem uma história muito forte, foi a primeira que elegeu seu reitor pela própria comunidade, em eleições diretas, foi a que ofereceu sua sede para realização da famosa SBPC, de 1977, que foi uma espécie de basta à ditadura¹⁶. Essa universidade está sendo dilapidada e apropriada pelo Bradesco. Vai virar uma espécie de departamento universitário do maior banco brasileiro, e a reação dos intelectuais é muito pífia. A própria reação da imprensa, que deveria ser um veículo de reivindicações intelectuais, é pífia, para não dizer nada pior. O que sobra são os próprios professores, tentando se organizar para resistir a uma demissão avassaladora, e a tentativa de transformar a PUC de São Paulo numa universidade dessas que batem recordes de faturamento e recordes de, ao mesmo tempo, má qualidade. Isso mostra que os intelectuais não se mobilizaram para algumas tarefas importantes em 2006.

IHU On-Line – E o que esperar dos movimentos sociais?

Francisco de Oliveira – Para falar sobre os movimentos sociais, só podemos citar sempre o eterno MST. É só o que podemos citar. Outros movimentos sociais não existem ou estão muito recolhidos. A eleição de Lula a esse respeito foi um desastre, porque ele desarmou a crítica, cooptou movimentos sociais. Ele levou para o Ministério do Trabalho o presidente da CUT. Isso não é à toa. Significa, ao mesmo tempo, que a CUT perdeu

¹⁶ Em 1977, a PUC São Paulo abrigou a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que sempre acontecia nas instituições públicas, e que, na época, havia sido proibida pela ditadura militar. (Nota da **IHU On-Line**)

força e que o governo fez a manobra clássica de cooptar um importante movimento social. Além dos tombos que o movimento sindical leva por conta da economia que não cresce há 12 anos, temos um presidente ex-operário, que fez a operação de cooptação mais descarada da história brasileira pós-Vargas. Depois de Vargas, ninguém fez o que Lula está fazendo com o movimento sindical. Não se deve esperar grande coisa. O ano se desenvolverá da forma como vem se desenvolvendo há 12 anos: medíocre.

IHU On-Line – Qual deve ser o papel de universidades particulares que pretendem ser “públicas não-estatais”?

Francisco de Oliveira – O papel da universidade pública, estatal ou não-estatal, está dado no Brasil há muito tempo. Isso ainda não vai variar muito. É lutar por um ensino de qualidade, pela ampliação daqueles que tenham acesso à universidade pública e fazer dela o lugar de acolhimento do pensamento crítico, ajudar a produzir um pensamento crítico sobre o País. Não faz muita diferença se estatal ou não-estatal. Isso é irrelevante até certo ponto.

IHU On-Line – O que o senhor espera para 2006?

Francisco de Oliveira – Nada. Pelo que já disse nas minhas respostas, não espero nada. Só espero estar vivo e comemorar o próximo Natal. Não tenho nenhuma ilusão, nem esperança.

“Lula não tem idéia de seu papel de presidente”

IHU On-Line – O senhor disse a O Estado de S. Paulo do dia 4 de setembro de 2005 que o Presidente Lula já vive uma situação de impeachment. O senhor acha que a ameaça é real?

Francisco de Oliveira – Um *impeachment* perfeito tem de ser um ato jurídico no qual se destitui o Presidente da República. Isso não será feito porque estão todos interessados em não afetar a economia, e isso de fato afeta. Lula não governa mais, só governa agora com o consentimento do

PSDB e do PFL. Isso acontece desde a reforma da Previdência. Agora, é pior ainda: o Congresso está inteiramente parado. As CPIs são corretas, devem ser feitas, mas estão prolongando as CPIs indefinidamente para ter uma arma, para estabelecer uma queda de braço com o governo. O governo cede em tudo, desde que não se toque na economia. É isso também que os tucanos querem. É como se fosse um *impeachment* político. Lula só governa administrativamente, assina decretos, leis, mas governar, que é escolher, decidir, dar rumo às políticas públicas não faz mais.

IHU On-Line – E a reeleição de Lula? Nem pensar?

Francisco de Oliveira – Existe hoje uma pequena chance de reeleição. O PT irá avaliar se Lula vai concorrer. Ele não tem problema de prazo, isso é só para a filiação de quem vai concorrer. Ele vai esperar o resultado das CPIs para decidir. Eu acho que ele não vai concorrer.

IHU On-Line – Quem iria concorrer no lugar dele?

Francisco de Oliveira – Não sei. É difícil saber. Parece que estão depositando todas as fichas no Palocci... Os outros estão queimados.

IHU On-Line – Inclusive o Tarso Genro?

Francisco de Oliveira – O Tarso acabou de se queimar. Com essa saída do Ministério da Educação, aconteceu a velha história: em vez de ficar com um pássaro na mão, preferiu dois voando. Ele quebrou a cara.

IHU On-Line – O que o senhor quis dizer com dois pássaros voando? Ele estaria interessado em uma possível candidatura à Presidência?

Francisco de Oliveira – Ele estava pensando em uma possível candidatura à Presidência em 2010. Essa era toda a estratégia de Tarso Genro. Não deu certo. Ele parece um político amador. Não percebeu que ali havia uma cama de gato, uma armadilha do grupo do ex-chefe da Casa Civil. Esse grupo continua a dominar o partido. Aquilo é cama de prego.

IHU On-Line – O senhor falou sobre o lulismo. O que seria isso?

Francisco de Oliveira – O lulismo é uma versão do petismo. É esse carisma de Lula combinado com assistencialismo. Esse círculo que cerca Lula que forma isso. É diferente do petismo, mas está dominando todo o petismo. A única reação possível é que a militância faça a diferença para salvar o partido.

IHU On-Line – Tem tudo a ver com a questão do assistencialismo?

Francisco de Oliveira – Claro. Não tem política, na verdade, tem assistência. Isso é segurado pelo carisma da liderança de Lula.

IHU On-Line – Quando o senhor percebeu o lulismo?

Francisco de Oliveira – Isso se tornou claro mais recentemente por causa das políticas sociais, dos altos superávits primários junto com políticas sociais. O fato de, na crise, Lula procurar afastar a imagem dele da do PT. Isso explicitou o que existia apenas como um circuito interno, da gente mais apegada que fazia a corte de Lula. O povo tem essa paixão, virou um mito para muitas categorias sociais, principalmente para os mais pobres.

IHU On-Line – O senhor falou que, no Brasil, hoje, o que rege o país é a economia, e não a política. O que acontece em uma sociedade assim?

Francisco de Oliveira – Acontece um processo de concentração de renda sem que a política tenha condições de corrigi-la. É uma lástima. E o Presidente está se gabando de que a crise política não afeta a economia. Ele devia lastimar isso. Lula não percebe que está dizendo que ele é inútil, que a economia passa bem sem ele, que ele é superfluo. Ele deveria dizer que a economia precisa dele, da direção do PT.

IHU On-Line – Ele não tem idéia de seu papel como presidente?

Francisco de Oliveira – Ele não tem idéia do papel dele de presidente. A idéia é de garoto-propaganda da economia e de agente comercial. Ele

não sabe propriamente o que é política. Não aprendeu. Ele confunde política com negociação. Ele transferiu para a política a concepção que ele tem do sindicato.

IHU On-Line – Governar um país é diferente?

Francisco de Oliveira – Sim. No sindicato, só tem dois lados interessados. Patronato e trabalhadores. A negociação é simples. Governar o País é outra coisa. Não pode ter essa concepção simplória.

IHU On-Line – Em que ponto Lula se perdeu?

Francisco de Oliveira – Não acho que ele tenha se perdido. Ele nunca se achou. Ele fez uma carreira que passou do sindicalismo para a política sem nenhuma mediação. A única vez que ele teve chance de ver a política de outra forma foi quando se elegeu como deputado mais votado para a Constituinte e renunciou, no outro ano, para concorrer à reeleição para deputado, dizendo que é um lugar de 300 picaretas. Não se anotou nenhuma iniciativa marcante de Lula durante a Constituinte. Aconselhou o partido a não assiná-la, o que foi um equívoco formidável. Tudo isso mostra que ele, de fato, tem horror à política. Não sabe o que é política e não sabe como fazê-la.

IHU On-Line – O problema do PT hoje foi causado pela força dos pragmáticos dentro do partido ou havia já um ambiente propício para essa corrupção que estamos vendo agora?

Francisco de Oliveira – Isso é orientação dos pragmáticos. A grande militância não tem nada disso. Não é corrupta. Não é feita de santos e anjos, mas isso é bom. Santos e anjos, Deus deixou para o céu. Aos homens, cabe administrar essa miséria daqui mesmo. Os pragmáticos controlaram o partido, cortaram relações com as bases que não interferem mais nada e vão administrando de acordo com suas teses, concepções e interesses.

IHU On-Line – O que será do PT nas próximas eleições?

Francisco de Oliveira – Vai perder substantivamente bancada, representação proporcional e arrisca-se a perder a eleição para Presidente. Vai se

reduzir a um partido comum, com mais base do que outros, pois tem uma larga base social. Se não tiver, porém, um candidato forte à Presidência, a representação proporcional vai cair muito. Até pelos que vão sair do PT e têm redutos eleitorais importantes.

IHU On-Line – O PT já perdeu o senador Cristovam Buarque. Quem mais vai pular do barco que está afundando?

Francisco de Oliveira – Obviamente, quem está mais à esquerda. Eles vão esperar até a eleição direta do partido. Dependendo do resultado, se for uma confirmação da dominância do campo majoritário, tem, pelo menos, dez deputados que vão sair. Ivan Valente, deputado da Ação Socialista por São Paulo, já está dizendo isso.

IHU On-Line – O senhor, como fundador do PT, está triste com o que está acontecendo ao partido?

Francisco de Oliveira – Tristeza não, não estou com vontade de ficar triste por essas coisas. Vejo um risco para a democracia no País, um risco para a esquerda. Não estou apostando em sua dissolução, apesar de ter saído do partido. A diminuição da qualidade do PT como um partido transformador é visível e, até onde sei, irreversível.

IHU On-Line – Quem seriam hoje os candidatos fortes à Presidência da República?

Francisco de Oliveira – Não são candidatos fortes, são fortes na ausência da candidatura do PT. Todos estão situados no campo dos tucanos. Vão se contrastar com o PT sem querer o *impeachment*. Vão guardar as armas, segredos de CPI e tal, para, a cada momento, tirar da gaveta e atirar na cara do PT e do Lula. Isso é uma tática velha e conhecida e que, provavelmente, vai dar certo.

IHU On-Line – Quem disse para o PT dar tanta munição à oposição?

Francisco de Oliveira – Pois é, o PSDB estava mantido em álcool canforado, e o PT e o Lula deram injeção de vitamina a ele. O PSDB voltou a viver. Estava resumido a FHC, posando de grande estadista. Na verdade, ele é um sócia do Bill Clin-

ton. Agora, voltou a ter espaço, voltou a ter o que falar. Ele é muito prudente, está se pondo como reserva. Deixando o Alckmin e o Serra se pegarem para sair como solução de conciliação.

IHU On-Line – José Dirceu queixou-se, em artigo à Folha de S. Paulo intitulado Fuzilamento Político, da maneira como tem sido tratado pela imprensa.

Francisco de Oliveira – Ah! Sim. Mas e ele, tratava como? Ele é um tremendo de um trator. Não respeita nada. Os caras estão devolvendo a ele o que ele deu. Ele não tem amizades, tem fidelidades. Os italianos sabem o que quero dizer com isso.

“O PT não compreende o país que governa”

IHU On-Line – O senhor tem sido um dos críticos mais ácidos do governo federal. A sua obra destaca a complexidade do processo de desenvolvimento brasileiro e demonstra como os modelos explicativos tradicionais não desvendam a realidade nacional. Diante da complexidade da cena brasileira, que a sua obra ilumina, o senhor não estaria sendo muito rigoroso nas críticas que faz ao governo, passados apenas nove meses da posse?

Francisco de Oliveira – Eu procuro evitar que a minha crítica seja dogmática, sectária ou irrefletida, mas eu não tenho paciência com o governo Lula, porque nós estamos com uma longa acumulação de resistência dos setores populares, das classes médias, da universidade, desde a ditadura. No final dos anos 1970, uma das forças desse enorme complexo, dessas forças democráticas, transforma-se no Partido dos Trabalhadores, que se alimenta disso, reforça o processo e dá uma contribuição notável para a democratização. Portanto, agora ele tem a obrigação de mudar o País, daí a minha falta de paciência.

IHU On-Line – Logo depois da eleição de Lula, o senhor disse que não se podia esperar milagre, que as transformações deman-

dariam acordos e consensos, chamou a atenção para os interesses internacionais, que rapidamente poderiam se tornar hostis. O governo não está agindo de acordo com essas observações?

Francisco de Oliveira – Acho que o governo está esquecendo disso. Eu dizia isso por entender que o Brasil não é um país menor, sem importância. Não somos irrelevantes nem na América Latina nem no mundo. Atento a tudo isso, eu não peço milagres ao governo, mas tenho pouca paciência com a lentidão do PT. Na verdade, ele não está atento à complexidade nacional, ele está rendido à complexidade nacional. Com isso, ele desmente a acumulação histórica da qual ele foi, ao mesmo tempo, o produto e um fator estruturante.

IHU On-Line – Mas já se trata de uma capitulação ou de uma luta para sobreviver à “orfandade de novas teorias” que o senhor também registra?

Francisco de Oliveira – Acho que é uma capitulação. Nós estamos órfãos de novas teorias, é verdade. Nessa orfandade, contudo, que a esquerda mundial assinala, o PT era uma das poucas novidades num quadro mundial de uma esquerda que se estiolava e que, na Europa havia sucumbido ao êxito, pois a esquerda européia não deixou de ser radical por fracasso, mas pelo êxito. Além disso, temos o estiolamento trágico, dramático, da esquerda liderada pela União Soviética. Na América Latina, depois da tragédia chilena, a esquerda latino-americana perdeu-se. Neste quadro, o PT era a única novidade. Portanto, a história do PT informa que é possível romper, que é possível, mesmo sem uma teorização muito acabada, inventar novos caminhos na história. Ao não fazer isso, ele rompe com a sua história e desmente a novidade que ele é.

IHU On-Line – Lula está fazendo história sob circunstâncias que lhe foram legadas e transmitidas ou ele sequer percebe essas circunstâncias?

Francisco de Oliveira – Ele faz a história segundo circunstâncias que lhe foram legadas e transmitidas. Essas circunstâncias e essa herança são pesadas. O PT, durante os oito anos do governo

FHC, avaliou mal e subestimou o que estava se passando. Parte dos problemas que o PT enfrenta no governo deriva do fato de não ter entendido o que se passou. Julgava que tudo era questão de política econômica, que mudando-a, que mudando a vontade política, tudo mudaria. Isso foi o que disseram, de forma insistente os porta-vozes do PT na economia, durante os dois mandatos de FHC. Acontece que a coisa é muito mais complicada, porque, no governo Fernando Henrique, mudou-se profundamente o caráter do estado brasileiro, a sua potência regulatória, a composição de forças dos capitais, dos empresários, da burguesia, dos trabalhadores organizados. Então, há o problema do legado, da herança recebida, mas há muito mais o problema de não ter entendido o que se passou. Esse conjunto de enormes modificações não pode deixar supor que a política econômica é facilmente mudada. Em decorrência dessa má avaliação, o PT capitula e prefere continuar fazendo o mesmo que o governo anterior, para não se arriscar. Portanto, há um encontro entre uma pesada herança e uma má avaliação. O PT subestimou essa pesada herança, e foi surpreendido com o fato de que o País que ele encontrou para governar era profundamente diferente daquilo que ele supunha que era.

IHU On-Line – Mas as derrotas anteriores do PT não se deveram, em boa medida, à pouca importância que o partido deu para as questões econômicas, como foi no caso do Plano Real? Esse apego à questão econômica não seria uma reação aos equívocos do passado?

Francisco de Oliveira – Sem dúvida, seguidas vezes, o PT subestimou a economia, não a compreendia. Não foi esse, porém, o fator primordial. E o comportamento de hoje é uma reação ao passado, nas palavras do próprio Presidente Lula. Ele diz que as coisas ditas antes eram bravatas. Se é assim, não precisava mudar, pois a equipe econômica de Fernando Henrique fazia a mesma coisa. Se houve uma mudança eleitoral, foi porque a sociedade concluiu que os rumos da política econômica não eram mais satisfatórios nem suficientes para reconduzir o País ao crescimento econômico.

IHU On-Line – O senhor tem alertado para as conseqüências danosas da reivindicada autonomia do Banco Central, lembrando que a moeda é a maior ferramenta do Estado. Ao mesmo tempo, o senhor diz que, a rigor, não temos essa moeda que atue como ferramenta, assim como os Estados Unidos fazem com o dólar. O governo usa a mesma justificativa para relacionar-se de maneira ortodoxa com o mercado financeiro. Como se explica esta contradição?

Francisco de Oliveira – A presença do Brasil no comércio mundial não chega a um por cento. O Brasil já foi muito importante no comércio internacional, hoje é ridiculamente desimportante. Somos desimportantes também do ponto de vista da circulação internacional de capitais. Para que serve essa desimportância? Serve para nos aproveitarmos dela. Não precisamos ter uma moeda tal como as moedas hegemônicas. Isso é uma vantagem, porque nos permite ter uma política quase monetária que não esteja parametrizada por aquilo que é exigido de uma moeda nacional com projeção internacional. Enquanto nós pensamos que tínhamos uma moeda, até os anos 1930, inserida na órbita da libra esterlina e depois na órbita do dólar, nós tivemos uma política livre-cambista, não-protetionista e um crescimento econômico que só não foi zero graças ao café. Depois dessa fase, o Brasil consolidou-se como o segundo país capitalista do mundo a sustentar a segunda maior taxa de crescimento econômico durante um século, como demonstram as estatísticas do IBGE. Fizemos isso sem a pretensão de ter uma moeda. Fizemos pela política fiscal, política estatal. Aí, os neoliberais inventaram que nós precisamos ter uma moeda com esse rigor monetário, ficam querendo administrar a moeda como se nós tivéssemos a responsabilidade de pautar o comércio internacional. Nós não precisamos disso, é um privilégio não precisar disso, não uma desvantagem. Os neoliberais desconhecem a vantagem que é ser periferia no cenário internacional. Aí, os neoliberais querem um rigor monetário para uma moeda que não tem importância internacional. Isso é uma bobagem, a história do País mostra isso. Nós não temos uma moeda importante, e é bom não

ter. Existe a contradição, mas ela joga a nosso favor. É preciso aproveitar aquilo que é específico dessa complexidade e entendê-la. Não temos que controlar e regular a alocação de recursos por meio de moeda. Isso só existe em esquemas e fórmulas. Um país da periferia faz diferente. Então, quem quer a autonomia do Banco Central a quer para que ele seja infenso à política, como se pudesse haver política monetária sem política.

IHU On-Line – Com freqüência, o governo alega que não há antecedentes históricos para o enfrentamento de uma situação social como a do Brasil...

Francisco de Oliveira – Há, sim. Muitos estudos mostram como se faz redistribuição de renda, e mostram que quem faz isso é o Estado, o mercado não pode fazer. Não existe a auto-regulação do mercado. O mercado é regulado pelo social, que fornece parâmetros e previsibilidade ao sistema. O mercado opera dentro de uma previsibilidade que é dada pelo social, por meio da política.

IHU On-Line – Quais os pontos básicos da política que o PT deveria implantar?

Francisco de Oliveira – Nós não precisamos buscar taxas elevadas de crescimento, mas de uma fortíssima redistribuição de renda, até para viabilizar o crescimento econômico. Recentemente a *Folha de São Paulo* publicou uma matéria sobre o professor Darc Costa, muito ligado à Escola Superior de Guerra, que é o atual vice-presidente do BNDES, no qual exerce muita influência. Ele publicou recentemente um livro, resultado de seus estudos acadêmicos, onde diz que, para a economia brasileira sair da atuação atual, deve atingir uma taxa de crescimento de dez por cento, durante os próximos vinte anos, e um coeficiente de investimento sobre o PIB de trinta e quatro por cento, sendo o coeficiente de hoje de dezoito por cento. Acho que estas projeções são um delírio. Ele mesmo reconhece que nenhum país da América Latina logrou jamais nada parecido. No mundo, resultados desse porte só foram conseguidos em regimes totalitários, à exceção do Japão. Suas projeções não são compatíveis com a democracia. É preciso muito mais redistribuir do que tentar al-

cançar essas taxas, nós não precisamos dessas taxas, mas de uma fortíssima distribuição de renda.

IHU On-Line – Por quê?

Francisco de Oliveira – Porque, com o padrão de política econômica adotado, com a distribuição de renda atual, haverá maior exclusão e não maior inclusão. Com a distribuição de renda atual nós não vamos a lugar nenhum. Veja o Programa Fome Zero. Eu não posso ser contra. Embora eu não seja religioso, a minha formação é cristã, e isso me diz que eu não posso ser indiferente àqueles que passam fome. Além disso, eu sou socialista, e para o socialismo a miséria é um desafio, não é um estorvo. Ela é um estorvo para os liberais. Por isso, o Programa Fome Zero me comove. Mas eu o crítico, por quê? Como uma família no interior do Piauí gasta o dinheiro que ganha ou o que o governo lhe dá? Ela vai gastá-lo em alimentação, isso é uma conhecida lei estatística: à medida que a renda cresce, a curva de gastos indica que, num primeiro momento, os gastos vão para a alimentação. O que o Programa Fome Zero pode fazer com uma família pobre no interior do Piauí? Recebendo cinquenta reais por mês, ela vai gastar no quê? Em alimentação. Qual alimentação? A produzida no Piauí, vai comprar mais farinha de mandioca. Isso move o País? Isso é deixá-la no mesmo nível, isso não é distribuição de renda. Essa é a minha crítica.

IHU On-Line – Onde esses recursos deveriam ser aplicados?

Francisco de Oliveira – Se pegarmos esses recursos e outros mais e os aplicarmos em programas mínimos de habitação, nos vários aglomerados metropolitanos do País, aí temos um setor que muda a distribuição de renda real da sociedade. Basta fazer um programa de habitação popular rigoroso e massivo. Quanto as pessoas gastam com

habitação? As estatísticas mostram qual é o peso da habitação no orçamento mensal de uma família. Por aí se pode fazer redistribuição de renda. Basta usar a Caixa Econômica, nós não vamos fazê-la falir: em vez de pôr o programa de distribuição de comida no orçamento, põe-se no orçamento o dinheiro para a Caixa Econômica, que o empresta, segundo regras bancárias. Isso redistribui renda poderosamente, ativa toda a cadeia industrial da construção civil, o efeito é outro. Por que diabos não fazem isso, enquanto o Ministério das Cidades morre à míngua, e ninguém sabe que ele existe?

IHU On-Line – Qual a sua avaliação sobre a política internacional do governo Lula? Ela se distingue da política interna?

Francisco de Oliveira – Sim. Ela tem sido uma exceção à regra, mas já estão “fritando” o Ministro das Relações Exteriores, porque ele está sendo o condutor de uma política externa independente, autônoma, de um país que quer ser alguém nas discussões internacionais. E essa política, que é a jóia do governo Lula, está sendo “fritada” e não se agüentará por muito tempo se estiver em dissonância com a política interna. Como poderemos auxiliar a Argentina, por exemplo, o que seria saudável, se a política interna se mantiver restritiva, com seu dinamismo sufocado.

IHU On-Line – Quem está “fritando” o Ministro das Relações Exteriores?

Francisco de Oliveira – Conforme a imprensa, são verbalizadores das posições contrárias ao Itamarati, sobretudo na questão da Alca, os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento e Indústria. São setores que acham que, com a Alca, o agronegócio brasileiro crescerá. Parece que se vêem contrariados com a condução criteriosa e autônoma que o Itamarati vem dando à questão da Alca.

Quadro político atual: um resultado das opções econômicas e das alianças do governo Lula

Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio

Plínio de Arruda Sampaio questiona a maneira de o Presidente Lula governar o País. Em entrevista, por telefone, à IHU On-Line, em 22 de agosto de 2005, o advogado e economista fala sobre conjuntura política, sem poupar críticas ao governo federal e ao atual comando do PT. A respeito da recente reforma ministerial, é direto: “Ministro tem de ser uma liderança, uma referência, não simplesmente uma forma de conseguir votos no Congresso”.

Sampaio é um dos fundadores do partido e ex-deputado federal constituinte. Especialista na questão fundiária no Brasil, participou, antes de 1965, da construção do Partido Democrata Cristão (PDC). Trabalhou durante 30 anos na FAO (órgão da ONU voltado para a agricultura e a alimentação).

IHU On-Line – Como o senhor descreveria a situação atual de crise?

Plínio de Arruda Sampaio – É uma crise política que está adquirindo contornos de crise grave, institucional. Estão sendo publicados atos de irregularidades muito fortes, atingindo parlamentares e até ministros do governo, é de muita gravidade mesmo. A raiz dela é uma enorme decepção política, uma enorme surpresa política decorrente do fato de que temos um presidente e um partido que sobem ao governo com uma história e um programa que representam 25 anos de trajetória. E esse governo executa uma política completamente distinta dessa história. Isso provocou uma ruptura grande na unidade do partido. Isso se reflete nessa dificuldade atual.

IHU On-Line – Como o senhor avalia o pedido de desculpa feito pelo Presidente Lula e a forma como ele está se posicionando ante a crise atual?

Plínio de Arruda Sampaio – O pedido foi fraco, não esclareceu muita coisa. Foi um pouco retórico, sem convicção. Eu acho que Lula não está se posicionando bem. Deveria ser mais firme, ter tomado providências mais severas. É onde está o erro. A idéia dele de defender o governo e sua política econômica a qualquer custo é um erro gravíssimo. As irregularidades que vemos hoje são decorrentes da política econômica adotada pelo governo. Essa política que exige uma governabilidade baseada no Congresso Nacional, na qual tem que se entender com esses partidos que contaminaram o próprio Partido dos Trabalhadores (PT).

IHU On-Line – Quais seriam as providências severas?

Plínio de Arruda Sampaio – Lula deveria ter modificado o governo já na época do escândalo do Valdomiro Diniz. Sobretudo deveria ter modificado a política econômica. Essa política dá como resultado esse tipo de quadro político e seu sistema de alianças. Agora acabou de fazer uma reforma ministerial. Só que tenho certeza de que ninguém sabe o nome dos novos ministros. Figuras absolutamente opacas, indicadas pelos partidos sem qualquer referência na sociedade. Não é possível, ministro tem de ser uma liderança, uma referência. Não simplesmente uma forma de conseguir votos no Congresso.

IHU On-Line – Que tipo de política econômica o senhor sugere?

Plínio de Arruda Sampaio – Uma política de renegociação da dívida externa, essa é a raiz de tudo. Suspender o pagamento, abrir uma auditoria e chamar os credores a uma negociação.

IHU On-Line – Uma suspensão do pagamento da dívida não traria conseqüências mais negativas do que positivas para o País?

Plínio de Arruda Sampaio – A experiência não é bem essa. Os argentinos acabam de fazer isso. Desvalorizaram a dívida em 80%, só começaram a pagar depois do acordo e estão crescendo mais do que o Brasil. Não consigo pensar em uma represália que seja tão devastadora a ponto de impedir essa suspensão. Entretanto, há também o aspecto da soberania da nação. Não se pode viver sob ameaça. Assim o Brasil não é uma nação, é uma colônia.

IHU On-Line – A situação do Presidente pode se tornar politicamente insustentável?

Plínio de Arruda Sampaio – Vai depender do andar das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Até agora, não tem nada de concreto nessa linha. Se houver indício da participação do Presidente em qualquer ilegalidade, vai estar configurada a situação do *impeachment*. Isso depende das investigações.

IHU On-Line – Muito se fala em limpeza interna do governo e do PT. Por onde ela começaria e até onde poderia ou deveria chegar?

Plínio de Arruda Sampaio – Eu defendo a tese de que a maioria do diretório, os dirigentes da chapa majoritária, não têm condições políticas de dirigir o partido. Demonstraram enorme incompetência. Deveriam sair todos. Com isso, seria possível reconstruir penosamente uma imagem construída em 25 anos e arrebatada em menos de 15 dias.

IHU On-Line – É necessária uma refundação do PT?

Plínio de Arruda Sampaio – A palavra refundação virou uma espécie de panacéia. Tarso Genro fala em refundação, Cristovam [Buarque] fala em refundação. Eu não estou pensando em refundar o PT, mas quero, sim, trazer o partido para ser o que era antes. O que precisamos é voltar à proposta original do partido que foi distorcida pelo grupo que tomou conta do PT há dez anos.

IHU On-Line – Podemos continuar falando em Partido dos Trabalhadores quando há tantos desempregados?

Plínio de Arruda Sampaio – O desempregado é um trabalhador na condição presente da falta de emprego. Não é um comerciante, um empresário. A denominação é muito correta. Indica claramente a natureza do partido, que busca polarizar a luta de classes contra o pólo capital.

IHU On-Line – Parece irônico o senhor dizer hoje que o partido existe para polarizar a luta de classes contra o pólo capital...

Plínio de Arruda Sampaio – É uma tragédia. Até certo ponto da vida do PT, até 1995, o partido polarizou a luta de classes. Eram todos e o PT. Depois, com a ampliação de alianças, com o programa mais adocicado, aconteceu essa confusão. Hoje é difícil dizer que o PT polarize a defesa dos trabalhadores.

IHU On-Line – Quando a situação ficou crítica dentro do PT?

Plínio de Arruda Sampaio – Tenho uma posição de oposição a essa direção há mais de dez anos. Declarei que isso iria acontecer em 1998. Sou contra a campanha feita por meio do marketing político. É um expediente para dourar a pílula. E a pílula do PT não é fácil de ser dourada. Se oferecemos a pílula dourada e, depois, demonstramos o que é, acontece um choque violentíssimo. Para não haver esse choque, a pílula acabou, na verdade, sendo modificada. O exemplo mais típico é a reforma agrária. Na cabeça de todo o mundo, até dos adversários, estava a idéia de que o PT faria a reforma agrária. A minha proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (em 2003) foi

entregue ao Presidente, e ele cortou-a pela metade com a alegação de falta de recursos. A proposta era de assentarmos um milhão de famílias em quatro anos. Essa meta foi reduzida pela metade e nem isso está sendo cumprido. Hoje, temos ainda 130 mil famílias acampadas na beira de estradas e em terras ocupadas.

IHU On-Line – Como o senhor avalia os posicionamentos dos diversos movimentos sociais ante a atual crise?

Plínio de Arruda Sampaio – O processo é de tomada de consciência. Alguns tomam antes, outros, depois. A decepção é grande, a surpresa é grande. Compreende-se a demora. As pessoas precisam de tempo para perceber que realmente houve uma mudança completa de rumos. Todo o mundo quer salvar a figura da liderança porque tem uma afeição grande por ela.

“O Brasil está na fase de doente terminal, achando que vai dar tudo certo”

Entrevista com Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo é professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) e doutor em economia pela mesma instituição em que trabalha, com tese intitulada *Um Estudo Sobre a Crítica da Economia Política*. Entre seus livros publicados, citamos ***Depois da Queda – A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Belluzzo concedeu uma entrevista por telefone à **IHU On-Line**, no dia 26 de setembro de 2003. O economista faz um resgate de aspectos da Era Vargas e aponta alguns caminhos para o desenvolvimento do País.

IHU On-Line – Qual é a leitura que o senhor pode fazer hoje do projeto de desenvolvimento nacional tão presente na Revolução de 1930?

Luiz Gonzaga Belluzzo – A revolução de 1930 ocorre no momento de transformação de um país rural e oligárquico que estava embalado por um movimento mundial de crise profunda do capitalismo. A crise dos anos 1930, a chamada grande depressão, foi um dos fatos mais dramáticos do século XX, que teve conseqüências importantes, como a descoberta das políticas anticíclicas e as brutais relações econômicas promovidas pelo nazismo e pelo fascismo. Ademais havia a experiência soviética, que parecia imune aos efeitos da crise. A Rússia havia iniciado uma industrialização forçada sob o comando brutal do stalinismo. Para o mundo capitalista, porém, parecia uma trajetória inalcançável. Então, as políticas nacionais ganharam, naquele momento, uma grande impor-

tância. A economia alemã, que estava com 44% de empregos, só saiu da crise com uma grande intervenção do Estado, e o Brasil captou essas influências muito fortemente, com uma adaptação local dessas propostas industrializantes de incentivos da economia nacional que se prolongaram durante os anos 1930, sobretudo depois do golpe de 1937 e durante a guerra. Nesse momento, começou uma política de reformas: Getúlio fez a reforma do serviço público, criou a carteira de crédito industrial do Banco do Brasil, houve o projeto da Companhia Siderúrgica Nacional, que se completou durante a guerra numa negociação com os americanos. O nascimento e o desenvolvimento de projetos nacionais prosseguiram com a guerra por conta das reformas que foram feitas na economia internacional, e depois, pelo consenso de que era preciso, no caso dos países desenvolvidos, manter o pleno emprego e incorporar as massas às normas de consumo capitalista. Nos países periféricos, o correspondente eram os projetos nacionais de industrialização. O Brasil emergiu da Segunda Guerra, com projetos de redemocratização e, depois, com a volta de Getúlio ao poder, com um projeto nacional de desenvolvimento que teve seqüência, com os militares. Eles interromperam o processo democrático, mas não perderam o rumo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, ao projeto nacional. Isso só entrou em crise, realmente, nos anos 1980 e se esfacelou completamente nos anos 1990.

IHU On-Line – O novo cenário internacional permitiria um projeto de desenvolvimento nacional?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Se olharmos o mundo no final do século XIX, ou mesmo no século XX, o consenso era que a economia precisava se ajustar aos estrangulamentos externos. Havia a concepção liberal de que, à economia internacional, devia-se colocar o mínimo de obstáculos possíveis. Isso era o equivalente à globalização. Eu suspeito que, neste momento, estamos vivendo uma crise muito mais profunda da globalização do que podemos imaginar. Há uma pressão, porém, muito grande dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos e dos países europeus, contra a China, que foi a principal beneficiária desse processo de globalização. Surgem pressões protecionistas nos Estados Unidos, para que se preserve a manufatura americana e os empregos de melhor qualidade na indústria. Entramos numa crise muito profunda de projeto globalitário, comandada pelas grandes corporações americanas e pelos mercados financeiros. Penso que essa crise vai contaminar a política. O debate nos Estados Unidos, no período eleitoral, vai ser centrado nessas questões. Eu não sei se vamos voltar, nos mesmos moldes, aos projetos nacionais, mas vai haver uma ênfase maior sobre as economias nacionais. Ou se reforma completamente o sistema internacional e encontra-se uma forma de integrar as economias nacionais sem destruí-las, ou vamos assistir a uma crise sem precedentes, tão profunda, não com a mesma morfologia, mas, tão profunda quanto a crise dos anos 1930. Isso vai colocar as forças sociais na busca de uma solução melhor para a integração das economias nacionais, numa economia internacional mais regulada.

IHU On-Line – Que tipo de projeto de país está sendo construído atualmente. O governo do PT tem um projeto de desenvolvimento nacional?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Acho que não. O PT nunca teve isso muito claro. O PT tinha duas correntes, uma sindical, mais pragmática, que é a que está no poder, e que tem uma visão de que é possível, por meio de política das alianças, criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento. A outra corrente, mais socialista, não pensou a administração de uma economia capitalista. Eu sem-

pre brinco dizendo que o operário no poder não quer dizer o poder dos operários. O PT sempre foi muito reativo à idéia de um projeto nacional e muito negativo na avaliação do chamado período populista. A continuidade de um projeto de desenvolvimento nacional não faz parte da cultura do PT.

IHU On-Line – O que é necessário reverter mais urgentemente nas políticas do governo atual?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Em primeiro lugar, reduzir muito a dependência do financiamento externo. Participamos de dois tipos de endividamento externo: um na década de 1980, e o outro em 1990. Eles submeteram a política econômica, e o País teria que, rapidamente, reduzir isso, mas a circunstância não é tão fácil assim, porque estamos entrando numa etapa de maior protecionismo dos países desenvolvidos. Há um conflito comercial de grandes proporções. O País, porém, não pode submeter sua política econômica a um reajuste imposto por um endividamento externo excessivo e por uma dívida interna que tem dificuldade de ser paga, até porque as taxas não caem em função do endividamento externo muito alto e dos compromissos em moeda estrangeira que não vamos conseguir pagar. Essa é a questão central. Suspeito que não é fácil combinar a necessidade de redução com o crescimento mais elevado da economia.

IHU On-Line – A moratória da dívida externa será algo inevitável também para o Brasil?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Isso é o que vai acabar acontecendo, porque a dívida é muito onerosa para a economia brasileira. Reestruturar a dívida atualmente até está sendo aceito pelo FMI.

IHU On-Line – Como o senhor vê os passos que o Governo Kirchner, na Argentina, está dando nesse sentido?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Pode parecer paradoxal, mas o governo Kirchner tem uma grande vantagem em relação a nós, porque a Argentina decretou moratória. É impossível para o governo argentino ter outra atitude que não seja propor a

reestruturação da dívida. Desde o período da pós-independência até agora, a história de América Latina é um pouco essa, uma história de crise, endividamento e moratórias. As pessoas não querem admitir isso, porque não estão informadas, ou as que estão informadas, agem de má fé. Acho que há uma complacência – que os países asiáticos, por exemplo, não têm – com esses ciclos de financiamento externo que se esgotam, às vezes, de forma catastrófica. Nós já tivemos dois, mas parece que a experiência não é uma boa guia das políticas de endividamento externo. Kirchner está dizendo o óbvio, o FMI foi cúmplice da política de convertibilidade, que a Argentina ia ter uma crise cambial financeira, era óbvio, qualquer pessoa com um mínimo de experiência em história econômica e história financeira sabe que o modelo argentino estava fadado ao desastre. Isso ficou mais claro ainda depois da crise mexicana e da crise asiática. É impossível, sem um desconto na dívida, que a economia argentina volte a ter um mínimo de viabilidade. Agora vai depender muito de como o Kirchner vai administrar a economia doméstica. Espera-se que a economia retome o crescimento. O Brasil está ainda naquela fase em que o doente terminal está achando que vai dar tudo certo. É meio chocante, mas é verdade.

IHU On-Line – Acha que o presidente argentino foi mais ousado que o brasileiro?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Não tenho certeza que seja uma questão de ousadia. Acho que, no caso de Lula, ele ficou muito impressionado pela rapidez com que a situação internacional mudou. Ela que, aparentemente, estava fora do controle no período eleitoral, foi colocada sob controle, até porque a situação internacional melhorou muito espontaneamente.

IHU On-Line – Como o senhor vê as críticas do governo anterior e do atual à Era Vargas?

Luiz Gonzaga Belluzzo – O Presidente Fernando Henrique fez uma avaliação incorreta do que foi a Era Vargas. A idéia dele de que, na verdade, quem moveu o desenvolvimento no Brasil foi o capital estrangeiro é um erro de interpretação. Foi a convocação entre o Estado Nacional, a criação

do empresariado nativo, autóctone e forte e o capital estrangeiro. Soube combinar as três coisas junto com políticas que buscavam proteger o processo de desenvolvimento nacional dos solavancos da economia internacional. Ajudou também o fato de que o mercado internacional de capitais estava praticamente desmontado. No entanto, a idéia de que o Brasil pudesse fazer uma integração nacional de tipo liberal, como Fernando Henrique propôs, reproduzindo fórmulas que já tinham sido experimentadas e que não tinham dado certo, tem uma origem muito paulista. São Paulo foi o estado que mais se beneficiou com a estratégia nacional desenvolvimentista, e, na verdade, que gerou a mentalidade mais hostil a essas políticas, por causa do cosmopolitismo paulista. E é um paulista quem está fazendo essas afirmações. São Paulo sempre ergueu a bandeira das reformas liberais e mesmo a esquerda paulista sempre foi mais liberal que o resto da esquerda brasileira. Muito mais liberal que a esquerda gaúcha, que é muito mais nacionalista, e o PT nasceu aqui, no ABC. Uma vez, há muitos anos, Lula dizia para mim “Se a empresa é nacional ou internacional não me interessa”, é tudo igual. Essa idéia de terminar com a Era Vargas e equiparar isso ao processo de modernização do Brasil é um equívoco. Pode-se superar a Era Vargas no sentido hegeliano, superar conservando. Agora destruir a Era Vargas é uma besteira monumental, porque isso é constitutivo do País. É possível superá-la, mas é impossível dar um salto para a contemporaneidade ignorando o fato de que Brasil é um país periférico, fato essencial na percepção dos ideólogos do varguismo. Na cabeça deles, estava muito claro que o Brasil precisava de políticas muito distintas das dos países desenvolvidos.

IHU On-Line – Onde estão os herdeiros da busca de um projeto de desenvolvimento nacional?

Luiz Gonzaga Belluzzo – São muitos grupos, mas muito dispersos e muito enfraquecidos do ponto de vista de sua capacidade de influenciar. Temos a formação partidária nos partidos políticos, tanto de esquerda como de direita. Na intelectualidade, há muita gente que a imprensa retra-

ta mal, porque a imprensa também é cosmopolita. Há, por exemplo, na Universidade de Campinas, um núcleo interessante de pessoas que pensa as questões estratégicas, assim como há também no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, assim como nas Forças Armadas, que teve um papel importante no período desenvolvi-

mentista. Além disso, a juventude brasileira está começando a perceber, depois de ter passado por um período de reeducação de valores liberais muito individualistas que o futuro dela está muito ligado ao do País, que não adianta se mudar para Miami, particularmente a da classe média.

Um governo sem rumo?

Entrevista com Pedro Cezar Dutra Fonseca

*Pedro Cezar Dutra Fonseca é diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política e doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). É autor de **Vargas: o Capitalismo em Construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989, entre outros. Suas pesquisas abrangem a economia brasileira e a história do pensamento econômico. Pedro Cezar concedeu entrevista à **IHU On-Line**, no dia 13 de outubro de 2003, destacando os rumos da política econômica do governo.*

IHU On-Line – Os economistas brasileiros, em várias ocasiões, alertaram o governo para a necessária retomada dos investimentos nas áreas públicas, a redução dos juros, o desenvolvimento de uma política voltada para o mercado consumidor interno. O senhor acha que o governo começa a se mover nessa direção?

Pedro Cezar – Eu acho que sim, embora timidamente. Isso sugere que mais do que ter convicção com relação a isso, o governo está sendo pressionado a ir nessa direção. É bom, porém, que o governo comece a baixar os juros, a sinalizar para uma retomada dos investimentos e que tenha uma perspectiva de maior crescimento no ano que vem.

IHU On-Line – Quem está pressionando o governo?

Pedro Cezar – Essa pressão vem de vários lados. De pessoas historicamente ligadas ao PT, que se sentem decepcionadas e esperavam um outro tipo

de política, embora na campanha eleitoral o candidato Lula tenha dito que faria algo parecido com o que ele está fazendo hoje. Há uma frustração vinda da esquerda. Há também uma crítica vinda dos empresários, de grupos que não se afinam ideologicamente com a esquerda. O próprio vice-presidente da República, às vezes, externa essa crítica, vinda de grupos que imaginavam uma economia em crescimento, esperavam uma mudança na orientação em favor do desenvolvimento. O discurso de Lula na campanha eleitoral, aliás, era muito parecido com o de [José] Serra. Parte dos empresários achou que o discurso de Lula era mais sincero, resolvendo apoiá-lo. A pressão vem de vários lados, vem da própria mídia. A comparação com a Argentina, por exemplo, deixa o governo em uma situação complicada. Parece que aquele país está sinalizando para um lado mais radical do que o Brasil.

IHU On-Line – Pode-se dizer que o governo ainda não sabe para onde vai?

Pedro Cezar – Essa é a minha principal crítica. O problema das taxas de juro é temporário, tópico, não é o principal. O governo, porém, deveria acenar com uma perspectiva de longo prazo. Definir qual a política industrial, por exemplo. E a substituição de importações, prometida na eleição, ocorrerá? Em quais ramos? Vamos exportar o quê? Quais são os nichos do Brasil no comércio internacional? Qual será a política agrícola? Haverá financiamento? Por meio de bancos públicos ou privados? Está faltando essa repactuação, isso é essencial. Essa é a grande lacuna: a inexistência, ainda, de uma política de desenvolvimento.

IHU On-Line – Nas suas manifestações, o senhor tem dito que, quanto ao desenvolvimento, não se deve esperar que o Estado desempenhe o mesmo papel que exerceu no passado. Ao mesmo tempo, o senhor tem afirmado que o governo deveria criar instituições que assegurassem as bases para um novo ciclo expansivo. Nesse caso, qual seria o papel do Estado?

Pedro Cezar – Eu não imagino que o Estado vá induzir o desenvolvimento por meio de empresas estatais, ou de organismos financiadores como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como no passado. Acho difícil que o Estado tenha condições de bancar financeiramente uma arrancada para o crescimento. O Estado, contudo, pode criar condições propícias para isso, com uma política fiscal mais adequada, por exemplo, por intermédio de certos incentivos para determinadas áreas. O Estado pode fazer certas políticas a favor de setores que se queira desenvolver. No entanto, não imagino que isso ocorrerá por meio das estatais, por exemplo.

IHU On-Line – O sociólogo Francisco de Oliveira tem chamado a atenção para a ausência de intelectuais no governo, o que dificultaria a formulação de planos para o desenvolvimento. O senhor acha que os intelectuais têm um papel mais ativo a desempenhar?

Pedro Cezar – A relação de intelectuais com o governo é algo muito delicado. O papel dos intelectuais não é estar dentro do governo, embora isso possa ocorrer. O que cabe ao governo é ouvir os intelectuais, dialogar com eles. O governo atual está tentando fazer isso, pelo menos com os intelectuais petistas. Talvez outros pudessem ser ouvidos. Essa crítica, porém, não deve ser feita, não é papel do governo chamar os intelectuais para ajudar a governar. Nenhum governo tem essa responsabilidade. Como disse, os intelectuais devem ser ouvidos, essa é a contribuição deles.

IHU On-Line – Com frequência, os governantes do País chamam a atenção para o ineditismo da situação brasileira, para a

inexistência de precedentes históricos, indicando a saída da situação vivida pelo Brasil. O governo tem condições políticas e teóricas para a formulação de um plano de desenvolvimento? Esse plano deve ficar nos marcos do capitalismo ou deverá ter contornos socialistas?

Pedro Cezar – Acho que o governo tem condições, sim. Temos amplas condições de desenvolver o País, por meio de um projeto que poderá ser capitaneado e gerenciado pelo governo, num amplo consenso nacional. No entanto, está fora de questão que esse projeto não seja capitalista, não vejo as mínimas condições para um projeto socialista. Pode haver elementos de uma economia solidária, de distribuição de renda, de maior igualdade social, de melhora de indicadores sociais. O governo pode bancar isso. Esse projeto é possível, mas eu só o vejo como um projeto capitalista.

IHU On-Line – O senhor considera satisfatória a política externa praticada pelo governo?

Pedro Cezar – Temos desajustes, problemas macroeconômicos, mas o Brasil tem condições de liderar internacionalmente vários segmentos produtivos. Em vários ramos, temos produtividade, obrigando os países líderes a inventarem barreiras sanitárias, sociais ou com o propósito explícito de barrar os produtos brasileiros. Isso nos dá uma certa confiança no Brasil. Não é possível desejar que o País pague a sua dívida regularmente e não possa exportar. Essa negociação pode ser feita. A rigor, nem na política interna, nem na externa, o atual governo difere muito do anterior. No governo do Fernando Henrique Cardoso, já se dizia que ele era de esquerda quando saía do País e aqui dentro era conservador. A política internacional do Presidente Lula, às vezes, é um pouco mais agressiva na linguagem, mas é basicamente a mesma, é uma política de independência, mas negociada. Essa é a política que deve ser feita. Há um grupo de países intermediários, que não se confunde com a grande massa de países marginalizados, como os do continente africano. Os países médios podem ocupar um grande espaço, e a liderança do Brasil é oportuna. Acho que o Presidente da República está se saindo muito bem.

“Não esperávamos do governo tão poucas e pouco ousadas ações”

Entrevista com Gláucia Campregher

*Gláucia Campregher é professora na área de Ciências Econômicas da Unisinos. Ela é graduada em Ciências Econômicas, mestre e doutora em Economia pela Unicamp, com tese intitulada Contribuição à crítica da economia política do não-trabalho. Gláucia concedeu entrevista à **IHU On-Line**, em 13 de outubro de 2003, sobre as ações do governo.*

IHU On-Line – O sociólogo Francisco de Oliveira tem se referido ao modelo econômico e social que está sendo desenhado pelo atual governo como um “ornitorrinco”, devido às suas características esdrúxulas. Essa metáfora lhe parece adequada? O que caracterizaria as desproporções do referido modelo? Quais os seus equívocos?

Gláucia Campregher – Sim, a metáfora faz algum sentido, porque parece que o governo tem agido com o sinal trocado para além do que se poderia esperar. Mesmo que já esperássemos um governo mais *soft* – dado o enalacre que nos foi deixado e dada a pouco profunda discussão da campanha eleitoral –, não esperávamos tão poucas e pouco ousadas ações em todas as áreas (social e econômica) em meio a tanto esforço para a realização de reformas para “mercado ver”. Veja bem, a crise fiscal do Estado é mesmo séria, e teria de fato de ser enfrentada. Além disso, o PT sempre prezou finanças públicas saneadas, como o demonstram suas administrações anteriores ao governo federal. Entretanto, isso não justifica o conteúdo pouco diferenciado (em relação ao governo FHC) das reformas tributária e previdenciária. Ou seja, há falta de *links* com um projeto alternativo para o desenvolvimento nacional, como, por

exemplo, com a redistribuição de renda, ou o financiamento do investimento produtivo, ou a democratização da gestão. O que está acontecendo não é, a meu ver, só uma questão de “desproporção” – muita atenção às reformas e pouca às questões sociais mais amplas (ou seja, além do “Fome Zero”). É que ambas não se cruzam em ponto algum! Veja, quando se faz uma lei para o Fundopem (como o PT fez aqui no RS, e agora está sendo desfeita...), que previa incentivo só para investimentos novos e geradores de emprego, a questão fiscal está casada com a questão socioeconômica maior: de desconcentrar o incentivo nos grandes de sempre e de estimular o mercado interno (via gastos dos trabalhadores futuramente empregados). Logo, é de se pensar que a desproporção vem da natureza das “reformas que acalmam o mercado”, que não têm nada a ver com as “reformas que põem o país para andar”.

IHU On-Line – Em sua defesa, o governo tem alegado que a experiência brasileira é inédita, inexistindo acúmulo teórico para dar conta, a curto prazo, das contradições que caracterizam o Estado e a sociedade brasileira. Quais as lições que podem ser extraídas do cenário internacional, em benefício de uma mudança nacional em favor dos pobres e excluídos?

Gláucia Campregher – Esta alegação faz e não faz sentido. Não faz, se pensarmos que o acúmulo teórico é enorme, quando o volume de experiências históricas de diferentes países em construir modelos alternativos aos da dominação do capitalismo central é também bem grande. Veja, Alemanha, Japão e até os Estados Unidos são países que

se tornaram capitalistas, quando a Inglaterra já era uma potência capitalista dominante. Cada um deles desenvolveu modelos bem próprios para a sua industrialização. As experiências socialistas também trazem muito à reflexão, bem como os capitalismo reformados do “bem-estar social” do pós-guerra. Isso sem falar dos “tigres asiáticos” e, mais recentemente, de casos regionais de desenvolvimento em meio à riqueza (Europa) e mesmo em meio à pobreza (Índia). A lição é sempre a mesma: estado com clareza de objetivos estratégicos, desconcentração da propriedade e da renda e investimento nas capacitações humanas (leia-se educação). Agora, faz sentido se pensarmos que o mundo de hoje, cuja dominação do capitalismo central é “extratentacular” – é cultural, financeira, militar, tecnológica, e muito mais! –, que este mundo deixa poucas opções para países onde as burguesias nacionais são míopes, os intelectuais, distantes, os trabalhadores bem formados (cultural e politicamente), poucos e os miseráveis, muitos. O “cenário internacional”, nestes novos tempos, não tem apresentado nenhum projeto nacional de sucesso. China e Europa são muito mais que nações. Justo por isso, temos causado tanta curiosidade e mesmo sucesso; e, talvez isso não seja pouco. Nesse mundo da “política como espetáculo”, talvez Lula, o *show man*, seja o nosso maior trunfo.

IHU On-Line – Há espaços, no cenário internacional, para o desenvolvimento de um projeto nacional? A senhora acredita que os dirigentes do País reúnem condições para formulá-lo? Qual o papel que caberia aos movimentos sociais e aos trabalhadores?

Gláucia Campregher – Para mim, hoje, ou o nacional é melhor articulado dentro (regionalmente) e fora (continentalmente), ou ele não tem futuro. Por isso, eu dizia que talvez o que o governo esteja fazendo de melhor seja projetar o Presidente. Atrair todas as atenções, viajar muito, articular e articular, talvez seja algo de fato estratégico. Só duvido desta estratégia, porque para dentro não adianta só criar um espaço de “diálogo para concertação”. O pacto federativo teria de ser repensa-

do de verdade, como o pacto social. Os poderes das oligarquias locais, dos grandes monopólios empresariais, dos grandes controladores das finanças nacionais, isso tinha de estar sendo colocado em cheque. O governo tinha de estar identificando os não-míopes entre os empresários, os não-corporativos entre os sindicalistas, os bem-intencionados entre os críticos... E todos os movimentos sociais devem se esforçar para fazer avançar o debate dentro dos espaços abertos pelo governo e também para além deste.

IHU On-Line – Ao considerar que o governo está em desacordo com as expectativas dos que elegeram Lula, o citado sociólogo sustenta, mesmo, que estaria surgindo uma “nova classe” de dirigentes, oriundos dos sindicatos, mas desvinculados dos interesses históricos dos trabalhadores. Esta abordagem não está presa a um modelo antigo de análise, que atribuía à classe operária um papel transformador?

Gláucia Campregher – Não teria como responder a essa pergunta em poucas palavras, até porque eu já falei muito sobre esse tema (na minha tese de doutorado). Não vou pela linha dos “interesses históricos” da classe trabalhadora, nem dos motivos por que os trabalhadores eram revolucionários antes, e não hoje, nem o significado de “classe social”, etc. etc. Assim sem complexificar (o que seria necessário) o que é ser trabalhador hoje, vou pela linha da identidade entre os dirigentes petistas e os demais trabalhadores dentro e fora do partido. É verdade que muita gente dentro do PT, ao virar “dirigente” (e daí deputado, secretário, ministro, chefe disso ou daquilo), ganhou uma respeitabilidade quase burguesa. Quero dizer, do mesmo modo como o capitalista organiza a força de trabalho para a produção coletiva (e a apropriação privada), o dirigente partidário acumula privadamente os resultados do trabalho coletivo. Muitos que trabalham com estes, trabalham para estes. Escrevem “para eles”, defendem “suas” posições, etc., etc. Não que estes dirigentes não trabalhem mais. Como os capitalistas, eles se empenham em concorrer uns com os outros, e isso dá um trabalho do cão.

A tragédia do governo Lula

Entrevista com Reinaldo Gonçalves

*Reinaldo Gonçalves é professor titular da UFRJ, doutor em Economia pela University of Reading, diretor da Sociedade Brasileira de Economia Política e da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia. Recebeu o Prêmio Jabuti em 2001, na área de economia, direito e administração. É autor de mais de duas centenas de trabalhos publicados em 18 países. Na entrevista concedida à **IHU On-Line**, no dia 17 de abril de 2006, o economista e ex-filiado do PT, fala da atual conjuntura econômica e social brasileira, não poupa críticas à esquerda do País e considera o governo Lula uma “tragédia”.*

IHU On-Line – O que o senhor definiria como problema principal da conjuntura econômica e política atual no Brasil?

Reinaldo Gonçalves – O governo Lula é uma tragédia moral, política, social e econômica. Nesse quadro, é difícil destacar o principal problema. Podemos mencionar alguns segundo a esfera específica. A tragédia moral está claramente documentada no relatório da CPI dos Correios. A tragédia política se expressa na base política do governo fora e dentro das instituições, inclusive, com o apoio dos rentistas e banqueiros cujos lucros são abusivos. A tragédia social é evidente com a degradação crescente do tecido social, com menos serviços de utilidade pública, mais violência e menos esperança. A tragédia econômica tem várias faces e uma delas é o péssimo crescimento da renda. Em mais de 100 anos de história econômica do Brasil, somente no governo Collor, o País teve um crescimento relativo (comparativamente ao resto do mundo) tão ruim quanto o do governo Lula. O Brasil de Lula está andando

para trás, está cada dia mais atrasado, subdesenvolvido. Enquanto isso, o filho de Lula, o Lulinha, ganha “rios de dinheiro”. Voltamos, então, à tragédia moral.

IHU On-Line – O senhor tem um artigo sobre a análise das esquerdas intitulado *Enterremos Lula e, sem compaixão, deixemos o PT chorar os seus mortos*. O senhor já foi filiado ao PT e hoje não é mais. Está decepcionado com o partido? O que seria “enterrar” Lula e deixar o PT chorar?

Reinaldo Gonçalves – Não estou decepcionado nem desiludido. Entre 1999 e 2002, convenci-me de que o PT era dominado por um grupo dirigente desprovido de um projeto para o País. Eles só tinham um mesquinho projeto de poder. E, portanto, “enterrar” Lula significa derrotá-lo nas próximas eleições. O governo de Lula tem representado não somente a derrota do povo brasileiro diante do neoliberalismo, mas também a humilhação.

IHU On-Line – O que houve com a esquerda brasileira? Isso é um fenômeno mundial?

Reinaldo Gonçalves – Metade dos canalhas é de direita, a outra metade é de esquerda. Isso se aplica à esquerda brasileira. A esquerda brasileira tem a sua própria “canalhocracia”, que apóia os donos do poder e pensa com o bolso. Em compensação, temos em parte da esquerda brasileira um conjunto expressivo de homens e mulheres que não agem segundo ânsias de glória, riqueza, poder e luxúria. O fato é que o PT e seus dirigentes decidiram seguir a “linha de menor resistência” e da pusilanimidade, além, naturalmente, de tentar realizar suas ânsias.

IHU On-Line – Esta é a primeira eleição em que a elite está tranqüila porque os dois principais candidatos são francamente pró-mercado. O que se pode prever com a vitória de um ou do outro?

Reinaldo Gonçalves – É a banalização da mediocridade. É o que denominei em um dos meus livros, a “africanização” do País, ou seja, desestabilização macroeconômica, esgarçamento do tecido social, degradação política e institucional.

IHU On-Line – O deputado e ex-ministro do Planejamento Delfim Netto (PMDB-SP) previu que Guido Mantega seria um ministro da Fazenda “completo, que não veio para tapar buraco” após a saída de Antonio Palocci. O que senhor acha disso?

Reinaldo Gonçalves – Nada. Tenho “respeito qualificado” por esse cidadão, que está sempre agradando aos que estão no poder.

IHU On-Line – O governo francês está sofrendo com as milhares de manifestações estudantis devido ao polêmico contrato de emprego para jovens. Quais são os principais problemas no mundo do trabalho? No Brasil, como avalia as políticas trabalhistas do governo que está encerrando?

Reinaldo Gonçalves – O governo Lula não tem política para o mundo do trabalho. E o neopeleguismo da CUT é uma expressão desse fato. A CUT é uma central sindical desfibrada, invertebrada, uma vergonha para o trabalhador.

IHU On-Line – A crise do capitalismo se aguçou nos últimos anos? Que alternativas temos?

Reinaldo Gonçalves – Temos que escolher grupos dirigentes que, apesar das prebendas e das pressões, têm se mantido coerentes nesses últimos anos. Refiro-me a dirigentes no campo democrático e popular. E, ademais, o povo precisa sair dessa apatia e cobrar coerência, dignidade e responsabilidade dos homens públicos. Daí, o “Lula nunca mais”.

IHU On-Line – A Alca morreu, está agonizando? Que acordos bilaterais ou multilaterais seriam necessários? Há alguma possibilidade de construir o eixo Brasil-Venezuela-Bolívia?

Reinaldo Gonçalves – O Brasil deveria evitar todo e qualquer esquema plurilateral e concentrar sua política externa em esquemas bilaterais, isto é, Venezuela, Bolívia, Argentina, Estados Unidos, China e todos os que passam em testes de “custo/benefício”.

IHU On-Line – Para a América Latina, quais as perspectivas econômicas e sociais que podemos esperar, considerando que haverá eleições em vários países neste ano e que foram candidatos de esquerda que assumiram o poder em países, como Bolívia, Uruguai etc.?

Reinaldo Gonçalves – Imprevisibilidade é o fator marcante. Se formos tomar Lula como exemplo, esses novos dirigentes latino-americanos representaram não somente a derrota como a humilhação do povo.

“O ponto de partida é definir o novo projeto nacional”

Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. é professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), co-editor do Correio da Cidadania e membro dos conselhos editoriais da Revista dos Sem-Terra e do jornal Brasil de Fato. Também integra o Diretório Nacional do PT. É autor do livro **Entre a Nação e a Barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1999, no qual sustenta que, ao manter-se em uma posição de dependência em relação aos países centrais, o Brasil não se construirá como nação, caminhando para uma situação de crise social e de barbárie. Plínio de Arruda Sampaio Jr. concedeu duas entrevistas à **IHU On-Line**, uma no dia 13 de outubro de 2003 na qual defende um modelo de desenvolvimento com bases políticas voltado para os interesses nacionais, e a outra entrevista, concedida no dia 24 de abril de 2006, com o título O governo Lula está entregue de corpo e alma à ordem neoliberal, na qual sustenta que “o governo Lula continuou e aprofundou as políticas neoliberais de seu antecessor”.

IHU On-Line – No artigo que o senhor escreveu para a revista *Reportagem*, (publicado na edição de setembro, intitulado *Desenvolvimento não é apenas crescimento*), o senhor afirmou que o problema do desenvolvimento não é técnico, mas político. Que medidas o governo poderia tomar que expressassem essa vontade política e enfrentassem os obstáculos técnicos?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Os obstáculos técnicos que temos hoje são, de maneira emblemática, a dívida externa e a dívida interna. É esta dinâmica de funcionamento da economia brasileira em função dos pagamentos dos serviços dessas

dívidas, que amarra a economia brasileira. Para poder desobstruir o caminho para o crescimento e para o desenvolvimento temos que enfrentar os interesses externos e internos que sustentam essas dívidas. Teríamos que redefinir a nossa relação com a comunidade financeira internacional, redefinir a relação com os grandes rentistas do País. Esse seria o nó górdio que deveria ser rompido a fim de abriremos horizontes para a economia brasileira.

O que não queremos?

O que queremos?

IHU On-Line – Feito isso, como se desenharia o desenvolvimento que o senhor defende?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Para superarmos o neoliberalismo e organizarmos a economia brasileira em função dos interesses dos brasileiros, nós temos que saber o que não queremos e o que queremos. Não queremos uma economia que funciona em função da lógica do grande capital financeiro. O que, porém, desejamos pôr no lugar do neoliberalismo? O ponto de partida é definir o novo projeto nacional. Hoje, a economia brasileira funciona em função de duas lógicas: a dos negócios do grande capital financeiro e a da modernização dos padrões de consumo. A economia brasileira está organizada para perseguir os estilos de vida dos países centrais. Esse é o projeto que está em curso. Para termos outro padrão de desenvolvimento, precisaríamos de outra agenda, outras prioridades: a terra, o teto, o trabalho e a soberania nacional, ou seja, a reforma agrária, a reforma urbana, uma política de pleno emprego e uma política organizada em função dos interesses

nacionais. Isso exige um movimento político de formação de uma nova opinião pública no País. Não acho que tenhamos, no curto prazo, condições políticas para fazer uma guinada desta magnitude, mas é importante que comecemos a acumular para que ela possa ser feita.

Política externa frágil

IHU On-Line – Os movimentos do governo no cenário internacional estariam começando a desenhar o esboço de uma soberania nacional?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Sinceramente, a política externa do governo Lula é ambígua e frágil. É ambígua porque, nos fóruns internacionais, o nosso governo está pedindo coerência aos neoliberais. Deseja que todos sejam mais neoliberais. Essa é uma política que, no médio e no longo prazo, é mortal para o Brasil, pois não temos condição de competir nos mercados internacionais. É uma política muito frágil. É impossível termos uma política externa autônoma, sendo um país completamente dependente dos capitais internacionais. Essa política é uma espécie de bravata.

IHU On-Line – A implantação de uma política de pleno emprego exige o enfrentamento da desestruturação das relações tradicionais de trabalho e da erosão de uma base social que contribuiu para a vitória do atual governo, por meio do PT. O sociólogo Francisco de Oliveira tem chamado a atenção para o último ponto, especialmente. Que políticas poderiam ser desenvolvidas para enfrentar essas transformações?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Do ponto de vista técnico, a política para gerar emprego é relativamente simples. É preciso fazer a reforma agrária e reduzir a jornada de trabalho, para socializar os empregos existentes. É preciso uma forte intervenção do Estado, criando empregos na área dos serviços públicos. Chico de Oliveira tem destacado a falta de atores sociais para a viabilização de políticas com este grau de radicalidade, que é a necessária para enfrentarmos os problemas pela

raiz, pois a base de organização da classe operária acumulada nos últimos trinta anos, tanto no plano partidário quanto no sindical, está sendo cooptada pelo *status quo*. A esquerda vive um momento bem delicado, que exige a refundação de instrumentos políticos para termos eficácia na luta política. Precisamos construir os atores capazes de fazer isso, começando por gerar empregos.

PT: solução neoliberal para a crise do neoliberalismo

IHU On-Line – O partido que lidera o governo pode se firmar como um partido transformador ou será necessário gerar um novo instrumento?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Acho que, se o PT não resgatar os seus compromissos históricos, portanto protagonizando uma reviravolta dos seus últimos movimentos, só um novo instrumento político seria capaz de estar à altura dos desafios que estão postos pela nova conjuntura histórica. Tal como está no governo, o partido procura dar uma solução neoliberal para a crise do neoliberalismo. Na verdade, o governo Lula está procurando impor o seu movimento ao partido, está procurando enquadrar o partido nessa trajetória. Se ele for bem sucedido nesse esforço, o Partido dos Trabalhadores não será mais um partido de luta. Mas esta é uma questão que ainda está em disputa.

IHU On-Line – Francisco de Oliveira tem dito com insistência que está surgindo uma nova classe social e refere-se à atuação danosa de representantes dos trabalhadores nos fundos de pensões, nos quais eles estariam atuando como administradores de práticas capitalistas que geram desemprego. O senhor acha que está surgindo uma nova classe social?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – O Brasil está passando por grandes transformações, na burguesia e na classe operária. A burguesia, que tinha a sua força lastreada na indústria, subdesenvolvida, mas com um parque industrial forte, passa a assumir negócios de intermediação de

papel, como a compra e a venda de mercadorias no comércio internacional, a compra e a venda de patrimônio nacional, público e privado. Esta é uma burguesia muito mais frágil. Também estamos assistindo a muitas mudanças na classe operária, que enfrenta uma precarização do trabalho e se torna heterogênea. E há este fenômeno detectado pelo Chico, que eu interpreto como sendo uma espécie de neopeleguismo. Uma parte da burocracia dos sindicatos mais avançados foi cooptada pelo sistema, nos fundos de pensão. Os dirigentes sindicais passaram a integrar o Estado onde, como sócios menores, mas estratégicos, passam a impedir que a classe operária influencie o rumo da política.

Um movimento estratégico: aprofundamento do neoliberalismo

***IHU On-Line* – Essas novas características de parte dos dirigentes sindicais e os movimentos ortodoxos do governo não podem ser vistos como preliminares necessárias de um projeto de desenvolvimento nacional, considerando o cenário internacional?**

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Essa é uma boa pergunta. O Presidente tem insistido nisso, tem pedido paciência, dizendo que esses são movimentos táticos, não são movimentos estratégicos. No entanto, eu não leio os movimentos do governo como táticos, eu os leio como estratégicos. Explico: nós enfrentamos uma grave crise e, quando isso ocorre, a sociedade discute como sair dela, que solução dar à crise. Isso significa como distribuir o ônus dessa crise e como definir quem vai ganhar com os novos horizontes de expansão da economia. A cara do País define-se no momento da crise. O mais grave, por exemplo, na política econômica do governo, não é o exagero do aperto fiscal, que jogou a economia numa brutal recessão. O mais grave é a natureza das reformas que estão sendo propostas. Elas sinalizam na direção de um aprofundamento do neoliberalismo. Qual é a estratégia? É ganhar a consciência dos banqueiros, para ver se, com isso, consegue-se a entrada de recursos necessários para reciclar a dí-

vida externa e dar um novo fôlego para o modelo neoliberal. É isso que nós criticamos.

***IHU On-Line* – Mas não há uma semelhança entre os ajustes atuais e a política desenvolvida por Celso Furtado, no começo do governo João Goulart, com o seu Plano Trienal? Ele não sofreu críticas semelhantes às suas?**

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Sim, foram semelhantes, mas injustas. Há uma semelhança e há uma diferença. Qual é a semelhança? Os dois governos assumiram a necessidade de fazer uma gestão econômica num contexto muito adverso, com uma correlação de forças inadequada. Portanto, tiveram de fazer uma política ortodoxa de administração da crise. A diferença é que o Furtado fazia essa política para ganhar tempo e depois sinalizar à esquerda, para as reformas de base, enquanto Lula está ganhando tempo para fazer reformas neoliberais, para uma saída à direita.

***IHU On-Line* – O enfrentamento dos problemas básicos para o desenvolvimento nacional mencionados pelo senhor, como as questões da terra, do teto, do trabalho e da soberania, se enquadram nos marcos do desenvolvimento capitalista. O senhor trabalha com a idéia de uma via sociodemocrata para o desenvolvimento ou acredita que o socialismo detém ainda o poder de transformação que o inspirou?**

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Vou ser bem honesto intelectualmente: eu acho que nós não temos capacidade de dar uma solução para os problemas do Brasil nos marcos do capitalismo. Uma mudança dessa envergadura, enfrentando os problemas referidos, é algo que só pode se dar no contexto de uma transformação muito radical na sociedade. Enquanto o núcleo da economia mundial for controlado por nações capitalistas, quem está na periferia do sistema não tem nenhuma alternativa de sobrevivência sem estruturar o estado nacional, que é um instrumento burguês. As mudanças, porém, deveriam ter o protagonismo dos trabalhadores, e não se restringiriam essas mudanças aos marcos burgueses. Aí, teríamos uma situação tipicamente socialista.

“O governo Lula está entregue de corpo e alma à ordem neoliberal”

IHU On-Line – Levando em consideração o documento *Agenda Interditada – Uma Alternativa de Prosperidade para o Brasil*, houve a esperada guinada na política econômica brasileira ou continuamos num beco sem saída?

Plínio Arruda Sampaio Jr. – No início, o governo Lula justificou a continuidade da política econômica sob o argumento de que não se poderia dar “cavalo de pau” num porta-aviões. O alto comando petista pedia paciência. Todos reafirmavam o compromisso de realizar mudanças, mas ressaltavam que, para evitar aventuras, elas precisariam ser graduais. Não foi o que ocorreu. Na verdade, não havia a menor disposição de mudança. O governo Lula continuou e aprofundou as políticas neoliberais de seu antecessor. Isso fica claro não apenas na orientação ortodoxa da política macroeconômica e na implementação de uma agenda de reformas reacionárias, ditada pelo FMI e pelo Banco Mundial, mas também no caráter da política social, baseada em medidas compensatórias, na natureza de sua política de meio ambiente, subordinada às exigências do *agrobusiness*, na política indigenista, sempre relegada a um papel residual e compensatório etc. Enfim, por todos os ângulos em que se observe o governo Lula, encontraremos uma “continuidade sem continuísmo”, para utilizar o *slogan* de seu adversário de campanha em 2002.

IHU On-Line – O governo Lula abriu-se ao debate solicitado pela *Agenda Interditada*?

Plínio Arruda Sampaio Jr. – Existia uma grande expectativa de que o governo Lula propiciasse maior abertura no debate sobre os rumos da política econômica. Apesar de seu conservadorismo, muitos imaginavam que o governo federal quebraria o monopólio absoluto da agenda liberal. Acreditavam que a marginalização dos postos de comando seria assim como uma espécie de prêmio de consolação, compensada com recursos para a pesquisa. No entanto, nada mudou. Os recursos continuaram canalizados para os centros

de investigação controlados pelos conservadores. A mediocridade e o conservadorismo da produção do IPEA no último triênio é uma prova cabal de que não houve o menor interesse em fomentar um debate qualificado sobre o futuro do Brasil. Tal fato só tem uma explicação: o governo Lula está entregue de corpo e alma à ordem neoliberal. O “medo pânico” em relação a qualquer atitude que pudesse abalar a “confiança” da comunidade econômica internacional levou-o a reforçar a interdição do debate econômico. Após o governo Lula, o senso comum de que não há alternativa de política econômica viável ao neoliberalismo ficou ainda mais forte.

IHU On-Line – Por que a saída de Palocci não representa uma mudança substancial em nossa economia?

Plínio Arruda Sampaio Jr. – Muitos acreditaram na idéia de que o governo Lula estava em disputa. Confundindo a luta pela ocupação de espaço nos aparelhos de Estado com a defesa de projetos políticos distintos, alguns chegaram a identificar uma polarização entre supostos desenvolvimentistas, liderados por José Dirceu, e convictos monetaristas, capitaneados por Palocci. Nada como um dia após o outro para desfazer ilusões. Varrido por uma enxurrada de escândalos, Palocci passou, e a política econômica permaneceu incólume. Ninguém pode ter qualquer dúvida. O verdadeiro fiador da política econômica neoliberal é o próprio Lula. Tanto Dirceu como Palocci não passavam de operadores da política de Lula.

IHU On-Line – Em caso de reeleição, acredita que a política econômica de Lula seja mantida? Se for, quais seriam as consequências para o desenvolvimento do Brasil?

Plínio Arruda Sampaio Jr. – A opção de Lula pelo neoliberalismo é estratégica e não tática. Na eventualidade de um segundo mandato, não tenho dúvida de que não haverá grandes surpresas na política econômica. Podem ocorrer mudanças pontuais e, dependendo da conjuntura internacional, uma atenuação do draconiano ajuste monetário e fiscal imposto ao povo brasileiro, mas não acredito que exista a menor possibilidade de uma

mudança qualitativa de rumo. Os eixos fundamentais da política econômica – abrir oportunidades de negócios para o grande capital; gerar megasuperávits comerciais para pagar a dívida externa; e produzir gigantescos superávits fiscais para alimentar os rentistas do Estado – permanecerão os mesmos. As conseqüências desta política para o Brasil são dramáticas. Ao desarticular o sistema econômico nacional, aumentar o desemprego e a precarização das relações de trabalho, intensificar a desnacionalização da economia, acirrar a crise federativa que ameaça a própria unidade nacional, dismantelar os centros internos de decisões e intensificar o mimetismo cultural, o neoliberalismo desencadeia um processo de reversão neocolonial que coloca em risco a própria sobrevivência do Brasil como sociedade nacional.

IHU On-Line – Como podemos entender a posição do governo Lula em relação ao FMI? É possível fazer alguma comparação com as relações que outros governos mantêm com o FMI, como a Argentina, por exemplo?

Plínio Arruda Sampaio Jr. – O grau de subordinação do governo Lula em relação ao FMI surpreendeu até os seus mais severos críticos. Isso fica patente logo no início da administração quando, antecipando-se ao Fundo, Palocci comprometeu-se com a realização de um superávit fiscal heróico, muito superior ao que o próprio Fundo pediria. E fica evidente também na antecipação do pagamento da dívida com o Fundo – medida que só beneficiou o próprio Fundo. A incapacidade de defender os interesses nacionais diante do Fundo fica ainda mais evidente quando comparamos os termos do acordo obtido pelo Brasil e o conseguido pela Argentina. Mesmo em condições de altíssima vulnerabilidade externa e precária estabilidade política, o governo Kirshner obteve melhores condições em todos os quesitos do acordo.

IHU On-Line – Como entende a condução da questão agrária pelo governo atual?

Plínio Arruda Sampaio Jr. – A atuação do governo Lula na questão agrária é um vexame. Lula conseguiu ser pior do que FHC. É uma façanha. Quem diz isso são os próprios sem-terras. Acaba

de sair uma publicação da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) que corrobora as críticas dos sem-terras. Fica claro que falta ao governo Lula “vontade política” para fazer uma verdadeira reforma agrária. Pior ainda. Ao fazer uma opção preferencial pelo “agronegócio”, o governo Lula começou a remontar uma economia de tipo colonial, isto é, voltada para o atendimento do mercado internacional, baseada em grandes propriedades, monocultura, mão-de-obra barata e depreciação do meio ambiente. Em outras palavras, o governo Lula está fazendo o oposto de uma reforma agrária, está priorizando o latifúndio e as grandes corporações que controlam os negócios que caracterizam a agricultura capitalista contemporânea. Sua política agrária é enxugar gelo. Não mexe nas estruturas responsáveis pela pobreza no campo. Ao contrário, tende a agravá-la.

IHU On-Line – Em relação às reformas propostas por Lula, quais são seus pontos positivos e negativos?

Plínio Arruda Sampaio Jr. – As reformas implementadas pelo governo Lula não possuem aspectos positivos. Elas não foram feitas para ampliar o direito dos trabalhadores e aumentar a autonomia do Estado nacional, mas justamente o contrário. O aprofundamento das reformas liberais atende aos interesses do grande capital internacional, dos organismos financeiros internacionais e do Estado norte-americano. A reforma da Previdência foi feita basicamente para gerar um grande negócio para o capital financeiro. A reforma universitária não apenas incentiva a mercantilização e a privatização do ensino superior como também abre brechas para a sua internacionalização. As medidas tomadas para aumentar a autonomia do Banco Central significam uma usurpação do poder da sociedade brasileira decidir sobre questões monetárias. A parceria público-privada é, por assim dizer, uma nova modalidade de privatização.

IHU On-Line – Há alternativas para a América Latina fugir do totalitarismo do mercado? Quais seriam?

Plínio Arruda Sampaio Jr. – A história não acabou. Cuba é um exemplo vivo de que nem to-

dos sucumbiram ao neoliberalismo. Com tudo que Cuba passou na década de 1990 e que continua passando em razão do cerco econômico imposto pelos Estados Unidos, a taxa de mortalidade infantil é cerca de seis vezes inferior à brasileira e a expectativa de vida do cubano uns cinco anos a mais. Fica claro, portanto, que existem alternativas. O problema é que, para alcançar uma organização alternativa da economia e da sociedade, é preciso fazer uma ruptura profunda com a ordem vigente. Sem rupturas profundas com o capital financeiro internacional, sem uma mudança qualitativa na estrutura de prioridade da sociedade brasileira, é impossível enfrentar o problema da pobreza, da desigualdade social, da falta de autonomia do Estado nacional. Não acredito que tal movimento possa ser feito sem colocar em questão a própria ordem capitalista.

IHU On-Line – Quais são as perspectivas econômicas que se pode aguardar dos novos governos da América Latina, como o de Evo Morales, o de Bachelet, o de Vázquez?

Plínio Arruda Sampaio Jr. – Os últimos anos revelam que o povo latino-americano busca desesperadamente sair do neoliberalismo do qual não é fácil sair. O governo de Hugo Chávez, na Venezuela, é o que tem levado a ruptura com a or-

dem global mais longe, mas ainda lhe resta um longo caminho a percorrer para consolidar uma trajetória alternativa. O governo de Bachelet, no Chile, está perfeitamente enquadrado no neoliberalismo. Bachelet só pode ser entendida como um governo de esquerda, se estivermos falando da esquerda do modelo econômico imposto pelo general Pinochet. Os socialistas chilenos são a esquerda no “pinochetismo”. Nada mais do que isso. O governo Evo Morales, na Bolívia, é uma esperança. Se o movimento indígena e popular continuar mobilizado nas ruas, exigindo reformas a favor do povo, a Bolívia vai abrir uma nova frente de luta contra a ordem global.

IHU On-Line – É possível darmos o atestado de óbito à Alca ou ela ainda pode surgir de outras formas?

Plínio Arruda Sampaio Jr. – A Alca expressa o projeto de dominação imperial dos Estados Unidos na América Latina. Sua implantação representaria uma mudança de qualidade no processo de reversão neocolonial em curso. A Alca, tal como originalmente proposta, pode ter perdido fôlego, mas não está morta. A Alca só deixará de ser uma ameaça no dia em que os povos latino-americanos que se levantam contra o projeto de reversão neocolonial, forem vitoriosos.

“Devemos passar do financeirismo ao produtivismo”

Entrevista com Ricardo Ffrench-Davis

Ricardo Ffrench-Davis é doutor e mestre em Economia pela Universidade de Chicago e engenheiro comercial titulado pela Universidade Católica do Chile.

Em 2005, recebeu o Prêmio Nacional de Humanidades e Ciências Sociais do Chile. Atua como assessor regional principal da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e como professor de Economia no Instituto de Estudos Internacionais e da Faculdade de Economia na Universidade do Chile. Foi diretor de estudos e economista chefe do Banco Central do Chile, além de professor pesquisador nas Universidades de Oxford e de Boston e em institutos da Espanha, França, Itália e Suécia. Na Corporação de Investigações Econômicas para a América Latina (CIEPLAN), com sede em Santiago, foi diretor, vice-presidente e pesquisador. É membro do Conselho de Política Exterior do Chile. Desde 2002, é co-diretor com o professor Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, de um grupo internacional sobre Macroeconomia para o Desenvolvimento.

*Escreveu centenas de artigos técnicos, publicados em oito idiomas e em mais de vinte países. Seus livros mais recentes são: **Reformas para América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, **Para reformar las reformas en América Latina: macroeconomía, comercio, finanzas**. Santiago de Chile: McGraw Hill, CEPAL, 1999, **Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad en Chile**. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2004, e é um dos organizadores da obra **Os fluxos financeiros na América Latina – um desafio ao progresso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. A entrevista a seguir foi concedida à **IHU On-Line**, por telefone, no dia 17 de abril de 2006.*

IHU On-Line – Quais os pontos fortes e quais os pontos fracos do novo governo do Chile?

Ricardo Ffrench Davis – É muito interessante que o Chile tenha uma presidenta mulher, é um elemento novo que faz parte da modernização, um reconhecimento à significação do gênero. Este é um novo governo, depois de três governos da “concertação”, nos quais tem havido um desenvolvimento econômico importante, com uma notável diferença de crescimento médio nos 16 anos da “concertação”, em que o crescimento é de 5,6 % por ano, versus um crescimento de só 2,9 % nos 16 anos da ditadura do Pinochet, ambos são 16 anos, é muito interessante, ou seja, uma diferença notável, com uma distribuição de renda que na ditadura tinha determinado/worsened enormemente e na “concertação”, do governo democrático, tem melhorado levemente, mas a distribuição de renda ainda deve melhorar. Michelle Bachelet tem feito fortes pronunciamentos sobre a igualdade, sobre combater a desigualdade nas suas distintas expressões: no gênero, na distribuição de renda, na participação, na educação, na saúde, que há diferenças de acesso para os diversos setores sociais, apesar das melhorias que têm havido nesses 16 anos da “concertação”. É necessário ainda fazer correções, mais correções ao modelo econômico que a democracia herdou da ditadura. Devemos passar de um enfoque que tem ingredientes neoliberais a um enfoque com ingredientes de crescimento com equidade, e isso passa pelo apoio à pequena e média empresa, que ela tenha acesso ao mercado de capitais e no campo da macroeconomia a ênfase é de passar com maior intensidade de uma macroeconomia, que se preocupa com a inflação e com a responsabilidade fiscal, a uma macroeconomia, que também se preo-

cupa fortemente que os empresários não tenham que se defrontar com acelerações e freadas muito intensas. Essas aceleradas e freadas têm estado no cerne das crises financeiras que tem sofrido a América Latina e na crise que o Chile enfrentou de 1998 a 2003. É uma correção que passa da macroeconomia neoliberal a uma macroeconomia para o desenvolvimento produtivo.

IHU On-Line – Podemos esperar mudanças reais na política econômica dos governos de esquerda que assumiram ou assumirão o poder na América Latina?

Ricardo Ffrench-Davis – Estamos em um momento maduro para fazer correções. Minha idéia não é começar do zero, é reformar a reforma, reformar coisas que estão mal feitas. A América Latina, de 1990 a 2005, cresceu apenas 2,7% por ano. É um fracasso. Hoje temos 13 milhões de pobres a mais que em 1990. Devíamos ter reduzido fortemente a pobreza. Estamos investindo pouco produtivamente. Fizemos reformas privatizadoras, e o setor privado não nos responde investindo. Acredito que chegamos a essa situação porque houve falhas muito graves na reforma que não foram amigáveis com os investidores produtivos. As reformas foram amigáveis com os especuladores, mas não com investidores produtivos, com os inovadores, com os modernizadores. Devemos passar do financeirismo ao produtivismo.

IHU On-Line – Quais seriam os pontos estratégicos que teríamos que corrigir?

Ricardo Ffrench-Davis – Acredito que o primeiro é o comércio internacional, o segundo, as reformas financeiras internas e nossa conexão financeira com o exterior, e para a maneira de fazer a macroeconomia, nesses três terrenos, nós temos propostas. Foram liberalizadas as exportações e não fizemos o esforço de melhorar a qualidade das exportações. Esse esforço deve ser feito. O tipo de câmbio foi deixado à mercê do fluxo do capital, que é muito instável. Isso é péssimo para o desenvolvimento produtivo, para a qualidade das

exportações e para exportações com valor agregado. Temos que passar a uma política cambiária administrada pela autoridade econômica, se quisermos ter desenvolvimento produtivo. É uma mensagem que vale para o Brasil, para o Chile e para outros países. O dólar vai baixando e castigam-nos os exportadores com valores agregados, ficamos exportando recursos naturais, e isso não dá emprego produtivo, não dá equidade nem inovação tecnológica.

IHU On-Line – Quais as mudanças no sistema financeiro que o senhor propõe?

Ricardo Ffrench-Davis – Toda a América Latina tem desenvolvido o *overnight*¹⁷. O desenvolvimento produtivo não se faz com *overnight*, isso é um desenvolvimento financeirista. Isso significa reforma do mercado de capitais que a institucionalidade cria para longo prazo, com preferência para a pequena e média empresa. Se deixarmos a economia totalmente aberta aos fluxos de capitais, seremos dominados pelas crises financeiras, o auge de 1996-97, a queda de 98-2003, o auge de 2004. No futuro, continuarão as aceleradas e freadas nos mercados financeiros das economias emergentes como as latino-americanas.

IHU On-Line – Como fica a política diante de uma economia tão aberta aos fluxos financeiros?

Ricardo Ffrench-Davis – Isso é profundamente preocupante para a democracia. A democracia sente que a economia neoliberal é dólar, conta quem tem mais dólares e não as pessoas. Há uma contradição profunda entre uma visão economicista e uma visão democrática. Não basta uma política econômica que constitua iniquidade. Por isso, podemos afirmar que não há uma economia, há várias economias: uma neoliberal, outra algo neoliberal, outras que privilegiam muito fortemente o crescimento com equidade. No mundo, o mercado estadunidense não é igual ao canadense, que não é igual ao francês, que não é igual ao suíço ou que não é igual ao sueco, há variantes.

¹⁷ Overnight: Depósito interbancário vigente do dia da negociação até o dia seguinte, ou, nos fins de semana, de sexta para segunda-feira. (Nota da **IHU On-Line**)

Não podem dizer que há um só caminho na economia, é o que nos diz o Fundo Monetário Internacional. Há opções. Devemos gastar nossa inteligência e vontade política em optar por crescer com equidade e sair das receitas neoliberais que dizem que devemos ter um câmbio livre, os capitais abertos totalmente, e o Estado deve ser neutro. Não! A sociedade deve escolher seu caminho. Economia de mercado sim, não há opção. Mas que a economia de mercado devemos escolher? Democracia é optar.

IHU On-Line – Como vê integrações regionais como o Mercosul?

Ricardo Ffrench-Davis – Eu sou um entusiasta da iniciativa do Mercosul, apesar dos muitos problemas. São muito importantes para a América Latina os esforços de integração regional. Acho que as ali-

anças devem caminhar mais na direção de construir uma globalização integradora. A atual é uma globalização que conspira contra a democracia.

IHU On-Line – Não acha que há uma contradição, no caso do Chile, em ter acordos com os EUA e estar inserido no Mercosul ao mesmo tempo?

Ricardo Ffrench-Davis – Eu vejo que há espaços para coexistências importantes, e o Chile já tem isso e sobre isso tem que construir. A cooperação regional na América Latina deve ser mais bem impulsionada em diversos âmbitos: comercial, macroeconômico, de transporte, normatização do comércio. Ainda há dificuldades para que cheguem alguns produtos do Brasil ao Chile por terra, por exemplo. Isso já deveria estar resolvido. Temos uma tarefa intensa que deve ser feita

O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista

Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho

*Daniel Aarão Reis Filho é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Daniel é graduado e mestre em História pela Université de Paris VII, da França, e é doutor em História Social pela USP, tendo sua tese o título As organizações comunistas e a luta de classes no Brasil – 1961-1968. Fez livre-docência na UFF, e sua monografia intitulou-se A crise dos projetos socialistas contemporâneos – a social-democracia e o socialismo soviético. Daniel Aarão Reis Filho ainda obteve dois pós-doutorados, sendo um pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, em Paris, na França, e outro pela Université de Paris VIII, também na França. É autor de **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. A entrevista a seguir foi concedida à **IHU On-Line** no dia 1º de agosto de 2005.*

IHU On-Line – A partir de um determinado legado getulista, como é possível a sociedade brasileira avançar, refletindo sobre esse legado?

Daniel Aarão Reis Filho – Em primeiro lugar, em relação ao legado, Getúlio Vargas representa um conjunto de tradições, como o projeto nacional desenvolvimentista, o projeto de afirmar e construir o Brasil. Há muitos que dizem que o Brasil foi inventado a partir de 1930, talvez seja um certo exagero, mas, sem dúvida, a partir de 1930 e, sobretudo durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, e mais uma vez depois no governo democrático de Getúlio, houve um investimento muito consistente na construção do estado nacional bra-

sileiro. Foi todo um investimento na defesa da sua autonomia, da sua afirmação. Getúlio tem a ver com essa afirmação nacional do Brasil, que teve múltiplos aspectos. Não foi só o desenvolvimento econômico, mas também a afirmação de uma cultura nacional. Houve todo um investimento no rádio, no teatro, no patrimônio histórico nacional, no mito das três raças. Investiu-se na defesa do estado nacional e na defesa do Brasil como país, na instauração da auto-estima do brasileiro, orgulhoso de sua nacionalidade. As ações vão muito além do desenvolvimento econômico, que também, naturalmente, foi bastante afirmado. As grandes companhias estatais no mundo da economia, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Petrobras – duas delas foram recentemente privatizadas –, durante muitos anos foram um símbolo da busca da autonomia desenvolvimentista. Então há essa tradição do desenvolvimento econômico do estado nacional, do Brasil como país. Há a integração dos trabalhadores, como cidadãos, à legislação trabalhista. O símbolo disso é a Consolidação das Leis do Trabalho e, sobretudo no governo de 1950 a 1954, houve um investimento, que começou a partir de 1943, na mobilização e organização dos trabalhadores urbanos. A tradição getulista não alcançou o campo, embora no segundo governo, de 1950 a 1954, Vargas tenha começado a querer integrar a dimensão agrária, com a modificação das relações de trabalho no campo. Mas o peso, a força da tradição, foi mais consubstanciada na legislação trabalhista. Esse também é um aspecto muito importante da tradição varguista. Finalmente menciono, como projeção de tudo isso, o aparecimento

do Brasil na cena internacional, com um estilo próprio, tentando dialogar de igual para igual com as grandes potências do momento. Vargas procurou brechas nas rivalidades dessas potências para fazer valer o interesse nacional. Ele também buscou uma dimensão em que o Brasil poderia se situar internacionalmente em uma experiência singular, que pudesse desempenhar algum tipo de liderança naquilo que, depois da Segunda Guerra Mundial, foi se chamar de Terceiro Mundo. Temos aí tradições muito fortes, que têm a ver com a modernização do Brasil.

IHU On-Line – Como a característica autoritária presente no governo Vargas se confronta com o sonho de democracia do povo brasileiro?

Daniel Aarão Reis Filho – Existem aspectos que nem sempre os admiradores de Getúlio gostam de lembrar, mas que é preciso lembrar, que é uma tradição basicamente autoritária. É uma tradição que está associada à ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, em que as oposições foram reprimidas, em que o Estado foi todo-poderoso, em que houve censura à imprensa. O Departamento de Imprensa e Propaganda, o famigerado DIP, que desempenhou, no País, um papel simultaneamente de estímulo e repressão, é símbolo disso. Embora Getúlio tenha sido eleito pela maioria do eleitorado em 1950, voltando ao Palácio do Catete nos braços do povo, a verdade é que essa tradição hierárquica, de cima para baixo, de transformações articuladas verticalmente, autoritariamente, é parte muito importante desse legado. O desafio atual da sociedade brasileira, é como lidar com esse legado. É possível, nos dias de hoje, de intensa globalização, de uma, cada vez maior, interdependência entre as economias e os estados, com a construção de megamercados e de comunidades supranacionais, manter aquela perspectiva de estado nacional autárquico e autônomo? É possível, nestes tempos atuais, manter o estado intervencionista? Até que ponto isso é essencial à preservação do País na sua identidade? Isso tudo hoje está sendo discutido. Até que ponto esse estado intervencionista traz com ele o autoritarismo? Não traz com ele, necessariamente, a tentação da

ditadura, que é algo do qual a sociedade brasileira parece estar querendo se livrar? Desde os anos 1980, temos, apesar de todas as imperfeições, a construção de um projeto democrático. Pelo menos aparentemente, nenhum partido, nenhuma força política consistente, colocou em questão os valores democráticos que a sociedade brasileira vem tentando construir a partir dos anos 1980. Até que ponto esse legado varguista é compatível com uma sociedade que se aperfeiçoa do ponto de vista democrático?

IHU On-Line – Como o senhor analisa a projeção internacional de Vargas e suas negociações com os Estados Unidos e a Alemanha?

Daniel Aarão Reis Filho – Esse jogo do Estado Novo, essa política de barganha entre os Estados Unidos e a Alemanha nazista, tem que ser compreendida de vários ângulos. De modo geral, os admiradores da tradição de Getúlio gostam de apresentar apenas o aspecto de um jogo inteiramente ordenado e orientado em função dos interesses nacionais do Brasil, que estaria procurando encontrar uma brecha entre as grandes potências. Desse ponto de vista, o jogo é claramente legitimado pelos admiradores de Vargas. É importante lembrar certos elementos que são muito importantes para compreender a conjuntura dos anos 1930 e início dos anos 1940, em que os valores liberais estavam profundamente enfraquecidos. Eles vinham sofrendo um processo de enfraquecimento antes da primeira grande guerra. Nesta, com a economia de guerra nas várias potências beligerantes, eles sofreram um recuo. Depois nos anos 1920, esses valores ganharam um novo alento. Em 1929, houve a grande crise introduzida pelo *crack* da bolsa de Nova Iorque. Isso enfraqueceu de modo fundamental o culto aos valores liberais. Isso aconteceu até nos Estados Unidos e na Inglaterra, que são grandes trincheiras dos valores liberais. Pelo *new deal* do presidente Roosevelt, esses valores, de certo modo, foram redefinidos. A conjuntura dos anos 1930 é o contrário da conjuntura em que vivemos hoje. Aquela era uma conjuntura de desprestígio muito acentuada dos valores liberais. Ergue-se, como alternativa aos

valores liberais, o corporativismo, que aparece na Europa Central e em vários países do Terceiro Mundo, inclusive aqui no Brasil. Aparece também o fascismo italiano, o nazismo alemão, e, finalmente, a economia planificada soviética, a ponto de certas lideranças intelectuais liberais dos anos 1930 acreditarem que o liberalismo estava destinado à extinção. É preciso repor nesse contexto o governo Vargas dos anos 1930, com o centralismo e a tentação autoritária. Na equipe de Vargas, é notório que havia pessoas que admiravam profundamente o sistema militar hierarquizado alemão. É o caso do general Góes Monteiro, que, embora sempre se dizendo antinazista, confessa claramente sua simpatia pelo *establishment* militar, com sua eficiência, ordem, hierarquia e autoridade, elementos centrais do ponto de vista do *establishment* militar alemão. E, além dessa simpatia que havia pelas tradições do exército alemão, pela sua organização, havia elementos no governo Vargas que simpatizavam abertamente com os corporativismos mais autoritários e até mesmo com o fascismo italiano ou com o nazismo alemão. Era o caso, por exemplo, de Filinto Müller e Francisco Campos, um jurista que elaborou a constituição de 1937. Outros próceres importantes do governo Vargas não escondiam sua simpatia pelos regimes italiano e alemão, não apenas do ponto de vista da sua organização militar, mas da sua organização política. Essa barganha que Vargas opera nos anos 1930, não é apenas um Estado Nacional barganhando entre duas potências. É realmente um Estado Nacional que estava, de certo modo, dilacerado entre uma aliança com os Estados Unidos, não apenas com a potência Estados Unidos, mas com os valores que representavam, e a aliança com o nazi-fascismo, representada não apenas como uma potência econômica, mas como um modelo de valores. Portanto, o legado que essa política externa traz e é, muitas vezes, recuperado, é apenas do estado nacional barganhando entre duas potências. É preciso, no entanto, integrar a essa análise que havia ali não apenas um jogo para ver o que o Brasil podia levar de melhor na barganha entre os Estados Unidos e a Alemanha. Havia também uma dilaceração de preferências por modelos políticos ideoló-

gicos. Isso geralmente os admiradores de Vargas não gostam de lembrar, mas é preciso lembrar para se ter uma adequada visão da história.

IHU On-Line – O senhor considera que Getúlio Vargas teve inclinações nazi-fascistas?

Daniel Aarão Reis Filho – Vargas, como personalidade, nunca pareceu ter uma empolgação com o nazismo ou com o fascismo. Ao contrário, sempre teve certas reservas claras. Vargas foi um homem ligado a uma tradição positivista, castilhistas, aqui do Sul do País, que é favorável à ordem, à hierarquia, mas também à justiça social, à integração social. Ele não precisava do fascismo para pensar, como o fascismo pensou, a integração dos trabalhadores em uma ordem corporativa. Vargas tinha uma tradição própria brasileira, gaúcha principalmente, que é a do positivismo, que oferece a ele esse quadro de referências que cultivou. Vargas nunca se empolgou com o fascismo brasileiro, assumido a partir dos anos 1930 pela Ação Integralista Brasileira. Ele se aliou com essa facção, não reprimiu os seus próceres, alguns homens de confiança que tinham simpatias abertas pelo fascismo. Ele estabeleceu alianças com a Ação Integralista Brasileira, sobretudo para eliminar o comunismo, a Aliança Nacional Libertadora. Depois, ele se livrou da Ação Integralista Brasileira em 1938, quando esta, insatisfeita porque ele havia dissolvido os partidos políticos, tentou assaltar o poder e inclusive matá-lo. A partir daí, no entanto, apesar de se livrar da Ação Integralista, ele manteve as portas abertas para a aliança com o nazi-fascismo. Manteve também elementos do seu governo que tinham essa simpatia. Só muito mais tarde, já na Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil entra ao lado dos aliados, através da aliança estabelecida com os Estados Unidos, é que essas tradições, essas inclinações para o nazi-fascismo serão um pouco varridas para debaixo do tapete. Procurando resumir: Vargas, como líder, pessoalmente, não parece nunca ter tido nenhum empolgação com o nazi-fascismo, mas conciliou, cultivou e manteve, no seu governo, elementos que tinham essas inclinações, de sorte que sua política externa de barganha, de jogo entre potências, não pode ser vista apenas, insisto nisso, valorizando

esse lado da afirmação nacional e de uma sociedade relativamente fraca que tenta, no jogo internacional, barganhar entre dois modelos. Isso houve, essa dimensão existiu, mas não se pode esquecer a dimensão política, ideológica, cultural que fazia realmente o governo hesitar entre os valores liberal-democráticos e os valores do corporativismo, do nazismo e do fascismo.

IHU On-Line – Tendo negado o legado trabalhista, o senhor acha que a esquerda brasileira vai conseguir construir uma ponte, unindo o que Vargas deixou de bom às necessidades futuras da nação?

Daniel Aarão Reis Filho – As esquerdas brasileiras, desde os anos 1980, com a redemocratização do País, enfrentam esse grande desafio. Como articular essa tradição nacional estatista-desenvolvimentista, com a opção por um desenvolvimento econômico sustentado, por um desenvolvimento integrador? Como resgatar essa tradição, articulando-a com os valores democráticos que se tornaram o patrimônio das esquerdas brasileiras a partir dos anos 1980? As esquerdas brasileiras tinham antes dos anos 1980, como todas as forças políticas brasileiras e, sobretudo

como as direitas, valores autoritários, que consideravam a democracia apenas um instrumento para chegar ao poder. As esquerdas brasileiras começam, a partir dos anos 1980, a cultivar e a elaborar os valores democráticos. O grande desafio é saber se é possível e como fazer para articular essa tradição nacional estatista-desenvolvimentista com os valores democráticos, presentes em segmentos importantes da sociedade brasileira, sobretudo entre as camadas mais populares, que se mantêm muito ligadas a essa tradição nacional estatista. As pesquisas recentemente realizadas flagram a permanência da popularidade de Getúlio Vargas. Ele e a princesa Isabel, associada ao abolicionismo, são duas figuras na história do Brasil que se mantêm no imaginário popular com muita força. É possível resgatar essa tradição combinando-a com os valores democráticos? Esse é o grande desafio, porque, de modo geral, essa tradição nacional estatista-desenvolvimentista foi associada historicamente no Brasil ao autoritarismo, a formas ditatoriais de controle da sociedade e do pensamento. Como resgatar isso sem esquecer os valores democráticos? Essa é a questão que as esquerdas brasileiras terão diante de si ao longo do século XXI, ou pelo menos nas primeiras décadas do século XXI.

Um projeto de país para o Brasil em eleição

Entrevista com Gilberto Dupas

Gilberto Dupas é o coordenador geral do Grupo de Conjuntura Internacional (Gacint) da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI). É membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e co-editor da Revista Política Externa. Foi professor em várias universidades brasileiras nas áreas de Política Econômica e Planejamento Estratégico, membro do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e de seu Comitê de Planejamento Estratégico e professor no European Institute of Business Administration – Insead (França). Foi secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e presidente da Caixa Econômica do mesmo estado. É autor de vários livros nas áreas de economia, de globalização e de desenvolvimento, entre eles: **Economia Global e Exclusão Social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999; **Ética e Poder na Sociedade da Informação**. São Paulo: Unesp, 2000; **Hegemonia, Estado e Governabilidade**. São Paulo: Ed. Senac, 2002; **Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz & Terra, 2003; **Renda, Consumo e Crescimento**. São Paulo: PubliFolha, 2004; **Atores e Poderes na Nova Ordem Global**. São Paulo: Unesp, 2005. Dupas proferiu a conferência de abertura do Simpósio Internacional Terra Habitável sob o título Terra habitável: um desafio para a humanidade, que aconteceu na Unisinos, em maio de 2005.

Ele foi entrevistado, por telefone, pela revista **IHU On-Line**, no dia 6 de março de 2006, sobre

as perspectivas para 2006, na política e na economia do Brasil, da América Latina e do mundo. Em suas respostas, reforçou o que já vem afirmando há algum tempo: a necessidade de um projeto de país para o Brasil. “O compromisso com o crescimento econômico e com uma taxa de juros compatível deveria ser a meta de um projeto nacional e não a meta de inflação, que é burocrática, importante, mas que não pode ser colocada de forma a sufocar a alternativa de um crescimento mais rigoroso, com responsabilidade”, disse Dupas.

IHU On-Line – 2006 é ano eleitoral. O que esperar para o Brasil?

Gilberto Dupas – 2006 é um ano muito importante porque ele poderá marcar uma alteração de rumos nos últimos 15 anos de evolução do País. Estamos inseridos no contexto latino-americano em um período muito pobre quanto ao crescimento econômico e social. Nos últimos 15 anos, o PIB brasileiro cresceu 32%, o que significa uma taxa de 2,1% ao ano. Como a população cresceu aproximadamente 1,4%, o crescimento real do PIB foi 0,6%, valor insignificante para as necessidades do País. Sabemos que um país como o Brasil, para poder minorar a condição social de emprego e de renda, e poder iniciar um processo auto-sustentável de crescimento, cujos benefícios se extravasem para toda a população, precisa crescer na ordem de 5%. Neste mesmo período de 15 anos, países que se assemelham ao Brasil em padrão de desenvolvimento, conseguiram ter um crescimento bastante elevado, mesmo na América Latina. O Chile e a Coréia, neste período, cresceram 130%, e a China, 250%, enquanto o Brasil cresceu 32%.

A falta de um projeto de país

Trata-se, no fundo, de uma situação na qual, numa sucessiva rodada de governos, pós-período ditadura militar, acabamos nos conformando em esquecer a idéia de um projeto de país. Abrimos a economia para o exterior. Acreditamos que bastava abrir, privatizar e estabilizar, que tudo o mais nos seria dado por acréscimo. E não nos foi dado, porque nos faltou o elemento fundamental: não esquecer a idéia de que a economia global é um dado irreversível para participar do jogo global, e não ficar só com os prejuízos, mas também com as vantagens desse jogo. É preciso não perder a perspectiva de ter um projeto nacional de inserção que utilize as vantagens comparativas que o País tem, para que ele possa crescer de uma maneira relativamente autônoma, com forças próprias, e com isso equilibrar o jogo da globalização. A Índia fez isso, a China e a Coréia do Sul também. Nós não o fizemos e tivemos esse crescimento medíocre. O resultado foi um crescimento geral do desemprego que praticamente dobrou nesses últimos dez anos. O aumento da informalidade, que não é um fenômeno só brasileiro, mas fundamentalmente um crescimento econômico muito pequeno, significa um aumento da concentração de renda. Por isso tudo, o ano de 2006 é bastante decisivo para verificarmos se finalmente nessa campanha eleitoral que aí virá, a questão de um projeto para o País será efetivamente levantada como um elemento de diferenciação. Eu espero com muita força que isso ocorra.

IHU On-Line – O que falta para que tenhamos no Brasil um projeto de país?

Gilberto Dupas – É preciso, em primeiro lugar, que o Brasil compreenda as suas especificidades, as características que podem beneficiá-lo e como ele pode jogar essas características a favor de um projeto de inserção global. A China não apenas lembrou que o desenvolvimento tecnológico é um dos fatores fundamentais para agregar valor de um país na sua lógica de integração com o mundo. Ela criou 53 centros de pesquisa espalhados pelo país todo, e seis desses centros são os motores do desenvolvimento tecnológico da China.

Hoje, na balança comercial brasileira/chinesa e de serviços, exportamos *commodities* para a China, produtos com baixo processamento, e importamos da China produtos de tecnologia, o que mostra bem a diferença do processo dos dois países. A Coréia, neste período, também acreditou na possibilidade de ter uma indústria nacional forte e passou de uma dinâmica de produção para terceiros para marcas próprias e liderança em segmentos importantes dos produtos globais. A Coréia, portanto, em uma geração, basicamente, transformou-se de um país pobre, como era, parecido com o Brasil, em um país rico, que tem hoje uma renda per capita de 18 mil dólares por ano, comparável à renda de vários países europeus importantes.

Os novos caminhos da Índia

A mesma coisa fez a Índia, que, neste mesmo período, acabou descobrindo a sua vocação para o grande centro de serviços mundial em que se transformou com base na sua qualificação em software e em matemática e a do entendimento da importância e da influência que a língua inglesa passou a ter no país, encontrando, assim, o seu espaço. O Brasil continuou esperando para além da sua agricultura, do seu *agrobusiness*, que é muito competente e adiciona alguma tecnologia. O País marcou passo, e isso mostra como há muitos espaços que podem ser explorados. A Coréia do Sul, por exemplo, é hoje um dos grandes fabricantes de navios do mundo. Por que a Coréia do Sul pode ser, e o Brasil não foi capaz de ser? São escolhas que um país faz quando governos competentes percebem que a decisão sobre o projeto nacional é fundamental e precisa mobilizar a sociedade em torno de características e de vantagens comparadas que o país não tem ou não pode desenvolver.

IHU On-Line – Que diagnóstico o senhor faz sobre o estado atual da economia brasileira?

Gilberto Dupas – A economia brasileira atual passa, sob o ponto de vista clássico da interpretação ortodoxa dos parâmetros monetários e fiscais,

por um período de estabilidade. Só que esse período de estabilidade é reforçado porque existe um imenso saldo comercial que abarrotava de dólares o País e como o País não cresce a uma taxa razoável, ele não tem o que fazer com esses dólares. O nível de importação é baixo. Isso deprime a moeda local e, a médio prazo, pode causar, inclusive, problemas de exportação, mas esse é o ângulo do investidor externo. Sob a lógica financeira, o País está em fase equilibrada e estável, só que conformado, discutindo se vamos crescer pouco mais ou pouco menos do que 3% ao ano, quando deveríamos estar nos perguntando como fazer para crescer 6%. Do ponto de vista do investidor externo e da visão internacional, dos que ganham com a taxa de juros absurda que continuamos a ter no mercado interno e que faz o paraíso dos rentistas e dos investidores, mas não da atividade produtiva, nós estamos bem. Só que isso é muito pouco para um país que tem o nível de desemprego e informalidade que tem e que precisa encontrar maneiras de empregar seus jovens e de continuar a crescer. Nós precisaríamos estar discutindo o País em outro patamar, e não estarmos felizes e conformados com o crescimento da ordem de 3%. Precisamos discutir como poderíamos encontrar um patamar bem mais elevado de crescimento. O Chile, que praticou políticas de natureza bastante ortodoxa nesses últimos anos e foi visto até como um exemplo, tem uma meta de inflação mais alta que o Brasil e tem uma intervenção do Estado, por exemplo, no fluxo do capital externo também maior do que a brasileira.

IHU On-Line – O que ainda se pode esperar nesse último ano do governo Lula?

Gilberto Dupas – O governo Lula demonstrou uma capacidade surpreendente de reação à imensa crise que aconteceu no ano passado, principalmente em relação à figura do presidente, que surpreendeu muitos analistas políticos quando retomou o controle do governo depois daquela crise que despedaçou o seu partido em função da corrupção e retomou o eixo de governo. Este ano, Lula entra no processo eleitoral com chances bastante fortes de poder ser reeleito, porque conseguiu reaglutinar o núcleo do governo e está fazendo uma política na área econômica muito mais or-

todoxa do que se esperava. Ele tem os seus defensores e uma política externa vivaz, ativa, com uma inserção internacional interessante, como é o caso da presença no Haiti. O governo Lula entra, no final do seu mandato, razoavelmente revigorado e com o Presidente mostrando uma capacidade de recuperação bastante importante. A política econômica é conservadora, e, embora muito elogiada pelos círculos financeiros nacionais e internacionais, tem dificuldade de promover um crescimento, uma taxa alta. Uma das razões fundamentais disso é, além do excesso de ortodoxia, o fato de não conseguir articular um projeto de país que mobilize efetivamente o Brasil em torno de projetos nacionais de envergadura que permitam ao País um foco na sua inserção global.

IHU On-Line – Que aspectos fundamentais, em sua opinião, não poderiam faltar nas propostas econômicas dos partidos políticos, para que haja um projeto de país?

Gilberto Dupas – Evidentemente, antes de tudo, temos uma situação absolutamente anormal e inaceitável, que é a taxa real de juros da economia nacional. Ela só beneficia os rentistas, aqueles que vivem de juros, e o capital internacional, que ganha muito bem com isso. Para o País, isso é muito ruim, porque inibe o consumo e os investimentos, o que obriga o governo a ter gastos imensos no seu orçamento só para pagar os juros e, portanto, acaba causando uma inibição grande da sua capacidade de investir, que deveria ser, com o setor privado, um dos vetores para que o País retomasse esse crescimento econômico no patamar necessário de 5 a 6%. Isso exige investimento público, que hoje está baixíssimo, porque o orçamento não tem condições de gerar o superávit que ele precisa para estabilizar e ao mesmo tempo pagar os juros e ainda sobrar para o investimento. Aqui aparece a necessidade de um investimento externo e interno privado. O externo é desmotivado, nesse momento, pela cotação do dólar, e o interno é desmotivado pelo taxa de juros, que é um fator crítico e fundamental para que possamos mudar este quadro. Não tenho dúvidas de que, nesse ponto, as taxas de juros poderiam ter cedido muito mais rapidamente.

O desemprego e a informalidade

A segunda questão fundamental é retomar o foco de que o crescimento ou a estabilização do nível de desemprego e de informalidade no País, na situação atual, gera tensões de natureza psicossocial extremamente graves. Também gera uma zona crescente de anomia do Estado, em que a informalidade se mistura com as atividades ilegais ou clandestinas. Isso acaba em zonas em que o Estado não mais controla e que são propícias para a acomodação do grande desemprego da juventude brasileira em atividades que certamente nós gostaríamos que estivessem longe dos nossos olhos. O compromisso com o crescimento econômico e com uma taxa de juros compatível, deveria ser a meta de um projeto nacional e não a meta de inflação, que é burocrática, importante, mas que não pode ser colocada de forma a sufocar a alternativa de um crescimento mais rigoroso, com responsabilidade.

IHU On-Line – E no âmbito internacional, o que a conjuntura atual prevê para o decorrer de 2006? E quais os impactos mais diretos no Brasil?

Gilberto Dupas – O governo Lula se beneficiou de uma conjuntura internacional bastante favorável nesses últimos três anos em que, ao mesmo tempo em que o mundo crescia empurrado pela China e sua parceria exótica com os Estados Unidos, o preço das *commodities* e a sua demanda cresciam, e a taxa de juros internacional se mantinha bastante baixa, só agora está começando a crescer ligeiramente. Esse era um quadro importante do qual alguns países da Ásia, e mesmo aqui da América Latina, se beneficiaram, conseguindo uma taxa de crescimento maior, mais do que o Brasil nesse período. Essa é uma situação que não deve ter grandes surpresas este ano. Tudo indica que a economia internacional operará, em um cenário mais provável, com uma ligeira queda de crescimento e com um ligeiro aumento da taxa de juros. Se esse for o quadro, continuaremos em 2006 um período internacional razoavelmente benévolo. Isso certamente ajudará o Brasil, embora as nossas exportações estejam caindo por conta da diminuição da competitividade em função des-

sa taxa de dólar absurdamente inconveniente. Ainda assim, se o cenário for esse, será um ano ainda em que o Brasil crescerá empurrado, entre outras coisas, agora pelo aumento do salário mínimo, pelas transferências do governo para programas sociais e também pelos programas especialmente na área educacional. Como é um ano eleitoral e, por isso, um ano normalmente aquecido, tudo indica que, sob esse aspecto, se não houver nenhuma surpresa na área internacional, 2006 será um ano de crescimento econômico bastante razoável, talvez melhor do que o ano passado. Isso é um ponto a mais no governo Lula na busca da sua reeleição. Espero ainda que exista neste páreo um candidato da oposição que possa discutir com a situação atual do governo alternativas de projeto de país e que não fique meramente na retórica típica eleitoral ou em discursos pasteurizados, meramente gerenciados.

IHU On-Line – Quem são os atores protagonistas hoje no cenário global?

Gilberto Dupas – Não há dúvida de que a China continua a ser o grande fator dinâmico da economia mundial. A China é um país que tem uma trajetória recente extremamente vigorosa, é o maior demandador dos acréscimos, dos crescimentos da demanda mundial por *commodities*. Ela precisa gerar dez milhões de empregos por ano para absorver a população que vem do campo. E está fazendo seu jogo global com muita inteligência. A China é um fator de impulsão importante, mas vamos lembrar que o Japão, finalmente depois de mais de uma década de estagnação, volta a dar sinais de crescimento. Cresceu 2,8% e é a segunda economia do mundo hoje, com 6 trilhões de PIB. Portanto, deve ser considerada a possibilidade de o Japão ser um fator diferencial. Os Estados Unidos, no entanto, com seu PIB gigantesco de quase 12 trilhões, continuará crescendo a uma taxa de 3,5 a 4% o que é um fator certamente de impulsionamento da economia mundial, uma vez que a Europa tem crescido numa taxa mais baixa. A Índia é um país a se observar, porque tem continuado a crescer a uma taxa de 6% ao ano em um período bastante longo, e este é um bom exemplo de referência para o Brasil.

IHU On-Line – De que maneira o senhor vê acordos como o Nafta e a Alca? O senhor acredita que haverá novidades sobre a Alca em 2006? E sobre o Mercosul?

Gilberto Dupas – Acho que não haverá novidades sobre a Alca. Os Estados Unidos desistiram temporariamente da Alca, e isso foi muito positivo para o Brasil, porque a Alca era prejudicial a países do tamanho do Brasil, já que ela afeta fundamentalmente mercados muito importantes em que nós somos muito competitivos, como todos os *agrobusiness*. Os Estados Unidos não estão dispostos a fazer concessões com seus mercados que nos compensem. Se a Alca era um projeto interessante para pequenos e médios países da América Latina, era um projeto muito perigoso para o Brasil. Ela não avança além do que já avançou. A linha sinérgica por onde se pode avançar, especialmente aqui na América do Sul, é a criação de um mercado sul-americano de nações, aproveitando imensas sinergias que existem em pelo menos três eixos principais.

Os três eixos de sinergias na América do Sul

O primeiro deles é o eixo energético. Juntando Brasil, Bolívia e Venezuela, somamos o gás da Bolívia, o petróleo da Venezuela, os recursos hídricos e a biomassa do Brasil. Assim temos grandes espaços para criar sinergias em projetos de integração nesta área que podem avançar. O segundo eixo é o projeto amazônico de desenvolvimento sustentável. A Amazônia é uma região tipicamente transnacional. São sete ou oito países sul-americanos que participam da Amazônia e, portanto, sem colocar todos na mesma cesta, não há como desenvolver um projeto amazônico. A região tem sinergias importantes, tendo em vista a sua condição ambiental mundial altamente diferenciada. Se nós não tomarmos conta da Amazônia aqui na América do Sul, outros pensam eventualmente em fazê-lo por nós. O terceiro eixo é a saída Pacífico – Atlântico, que permitiria não só ganhos sinérgicos de transporte para a Ásia do centro-oeste brasileiro, como também permitiria à

Bolívia algumas vantagens por ser um país de passagem e permitiria, eventualmente, à América do Sul lidar com um problema político-histórico grave, que são as tensões entre Peru, Chile e Bolívia por conta da saída para o mar. Há espaços muito grandes de sinergia que poderiam avançar num projeto sul-americano se os governantes sul-americanos deixassem de lado a luta pela defesa das suas pequenas soberanias e conseguissem encarar que há grandes vantagens na sinergia entre esses países. Isso permitiria soberanias de outra escala, numa visão regional, que permitiria à América do Sul uma inserção global pesada e de poder internacional. O Mercosul é muito pequeno para isso. Sozinho, ele não dá conta dessa tarefa.

IHU On-Line – Qual o lugar da América Latina no contexto de desenvolvimento mundial que hoje vivemos? Como esse lugar influi e repercute sobre as possibilidades de desenvolvimento do Brasil?

Gilberto Dupas – A América Latina vem de duas décadas perdidas, fundamentalmente, em que ela cresceu muito pouco, teve seu nível de pobreza, de violência, de marginalização, atingindo recordes mundiais. Aqui estão alguns dos países que têm a pior distribuição de renda do mundo, aqui há um acúmulo de pobreza muito intenso, zonas intensas de anomia, em que o Estado se recolheu e uma nova onda de esquerda latino-americana que varia no seu tom de retórica, mais ou menos radical, de Lula a Chávez, mas que busca, na área econômica, caminhos que ainda não encontrou, uma vez que todos esses países são um pouco prisioneiros das regras internacionais ortodoxas e não conseguem encontrar espaços para definir uma taxa adequada. A América Latina marcou passo nessas últimas décadas.

EUA não têm proposta para a América Latina

Os Estados Unidos revelam hoje que não têm mais proposta para a América Latina. Acham que deixaram de entender a América Latina. A última proposta foi o Consenso de Washington, que

eles mesmos declaram que fracassou. Portanto, os Estados Unidos hoje se preocupam com a questão da droga e para que não haja novos Chávez. São as duas fixações americanas com relação à América Latina. Esta pouca prioridade que os Estados Unidos dão à América Latina é uma vantagem. Para o governo Lula também está sendo uma vantagem, porque ele pôde mobilizar com inteligência, um certo papel de mediador dessas novas tensões da esquerda latino-americana que lhe deu um papel importante adicionado à questão do Haiti. A América Latina está em busca de um caminho, de uma inserção no mundo global, que até agora lhe trouxe mais desvantagens do que vantagens.

IHU On-Line – Quais são suas expectativas pessoais para 2006?

Gilberto Dupas – Espero, em primeiro lugar, no Brasil, que tenhamos uma campanha eleitoral em que debatamos não em um estilo de crônicas de Nelson Rodrigues, não ficando restritos às questões relativas à crônica do submundo da política, mas que debatamos efetivamente um projeto para esse País, o que nós não soubemos fazer nesses últimos 15 anos. Precisamos discutir quais são as

premissas para construir uma nova sociedade baseada em uma estrutura que privilegie uma taxa de juros baixa, um crescimento econômico de bom padrão. O papel dos políticos é apresentar soluções. Efetivamente eu espero que o debate eleitoral deste ano possa ter posições divergentes claras, mas que incluam fundamentalmente um projeto para o País. Espero também que, na área internacional, nós possamos ter uma diminuição dessas tensões absurdas que estão causando um enorme risco de fragmentação da sociedade mundial, que é o crescimento da intolerância de natureza cultural e religiosa, seja motivada por radicalizações do lado do fundamentalismo americano, seja motivada por radicalizações do mundo islâmico. Precisamos encontrar um espaço de entendimento das diferenças e de diminuição da radicalização que só serve para causar clivagens e fragmentação nesse cenário mundial já tão cheio de problemas. Espero que a realidade internacional possa, durante esse ano e a partir do ano que vem, encontrar caminhos para uma maior tolerância e compreensão das diferenças culturais e religiosas, criando espaço para realmente encontrarmos um caminho para a recuperação, especialmente dos países mais pobres, que precisam de espaço para crescer.

Políticas econômicas e sociais devem dialogar **com políticas ambientais**

Entrevista com Luciana de Almeida

*Luciana de Almeida é professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Na entrevista concedida à **IHU On-Line**, no dia 6 de março de 2006, Luciana fala sobre as políticas ambientais brasileiras e sua importância neste ano de eleições.*

Luciana é graduada, mestre e doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Sua dissertação de mestrado intitula-se Instrumentos de Política Ambiental: Debate Internacional e Questões para o Brasil, e sua tese de doutorado leva o título Harmonização Internacional das Regulações Ambientais. Um Estudo da Petroquímica Brasileira.

Para a professora, o desafio principal que o próximo governo do Brasil terá pela frente, no que diz respeito às políticas ambientais, é o de “conciliar a construção do desenvolvimento sustentável no País com a adoção de políticas econômicas e públicas que priorizam um modelo de desenvolvimento condenado do ponto de vista ambiental”. E ela chega à conclusão de que, “hoje, com as inúmeras evidências de problemas ambientais globais, temos que pensar em uma orientação de desenvolvimento que priorize a sustentabilidade”.

*Luciana de Almeida é autora de **Política Ambiental: Uma Análise Econômica**. Campinas: Papyrus, 1998 e co-organizadora de **Globalización y medio ambiente: Lecciones desde las Américas**. Santiago: RIDES GDAE, 2005.*

IHU On-Line – Quais seriam as principais consequências das políticas ambientais que norteariam o atual governo? O que podemos esperar ainda para 2006?

Luciana de Almeida – A política ambiental da ministra Marina e do governo Lula, de modo geral, se orienta por um princípio correto, de que, há muito tempo, vários pesquisadores já ressaltavam a importância: o da transversalidade. Esse princípio também pode ser visto como a necessidade de integração da política ambiental com as políticas priorizadas nos outros ministérios, ou nas agências ambientais estaduais. Essa orientação, de pensar a política ambiental não como um instrumento de responsabilidade só do Ministério do Meio Ambiente, ou de secretarias estaduais do meio ambiente, mas como um compromisso a ser assumido pelas diversas áreas de política pública, é um princípio correto. Em alguma medida, o governo conseguiu avançar, mas isso é no plano do discurso. Na prática, essa integração não ocorreu de forma efetiva, ou pelo menos não tanto quanto se esperava.

A área ambiental e o agronegócio

Esse discurso, para sua eficácia na prática, esbarra no problema estrutural. Esbarrou, de forma mais direta, ao se conflitar com interesses exportadores agrícolas brasileiros. Esse também é um tema que apareceu com certa frequência na imprensa. A dificuldade de assumirem-se compromissos mais rigorosos, estritos, na área ambiental, esbarra nos interesses do chamado setor do agronegócio e, principalmente, no fato de que o Brasil é fortemente dependente da geração de dólares pela via da exportação de produtos do agronegócio. Sabemos muito bem que a exportação de

commodities agrícolas, produzidas em larga escala, intensivas em atividade de monocultura, trazem, ao menos potencialmente, problemas ambientais sérios para os especialistas que analisam os riscos ambientais. Obviamente, temos estruturalmente um país que depende dessa atividade, como chave para gerar rendas internamente e, especialmente, para gerar divisas. Estamos presos a um padrão de produção para exportação que, em princípio, não é, em si, benéfico para o meio ambiente. Todas as vezes que o Ministério do Meio Ambiente tentou introduzir medidas que atendiam o propósito de proteger o meio ambiente no País, mas isso tinha algum potencial de conflito com os interesses do setor agrícola, contribuía para a famosa controvérsia entre a ministra Marina e o ministro Roberto Rodrigues.

O controle do desmatamento da Amazônia

Outra iniciativa feita pelo Ministério que merece destaque por ter sido razoavelmente bem-sucedida em 2005 é o controle do desmatamento na Amazônia. Em 2003 e 2004, estava batendo recorde de desmatamento e em 2005 conseguiram reduzir cerca de 30% a taxa de desmatamento na Amazônia. Isso se deve a medidas de fiscalização e às iniciativas de criação de unidades de conservação na região amazônica. Aumentou a fronteira consolidada de áreas protegidas e, com isso, conseguiu-se algum sucesso no controle do desmatamento. Obviamente, ainda aquém do ideal, mas já foi um dado um pouco melhor. Na questão da Amazônia, obtivemos esse relativo sucesso. No entanto, permanece uma outra ameaça por conta do padrão produtivo e das atividades priorizadas na região e na fronteira que já se avizinha: a expansão da fronteira de produção de soja para a exportação. A produção de soja e até mesmo cana-de-açúcar está penetrando com força no cerrado também. Essas grandes atividades de monocultura agrícola já avançaram a fronteira do Sul, Sudeste e em direção ao Centro-Oeste e, segundo alguns analistas, já estaria se aproximando muito de áreas ecologicamente muito sensíveis, inclusi-

ve com risco para a região amazônica. De novo, é o problema de que, por mais que o governo se esforce para tomar medidas de política ambiental explícitas, específicas, esbarra no padrão produtivo ou no padrão de uso e ocupação do solo. No caso da Amazônia, é a pecuária em larga extensão o grande fator causal do desmatamento no local.

O Brasil e o Protocolo de Quioto

O Protocolo de Quioto, que discute o problema do aquecimento global e o efeito estufa entrou em vigência no início do ano passado e está completando um ano. Esse acordo ambiental multilateral, que teve adesão do Brasil, é uma iniciativa muito interessante para o nosso país, apesar de o Brasil não ser enquadrado nos compromissos de redução de gases causadores do efeito estufa, que normalmente são medidos pela emissão de dióxido de carbono (CO₂). No entanto, o Protocolo de Quioto é muito importante para o Brasil, porque traz a possibilidade de se desenvolverem projetos. A iniciativa privada, a iniciativa pública, o governo ou as ONGs podem elaborar projetos com o intuito de reduzir a emissão de CO₂ ou de fazer uso de energias renováveis. Esses projetos podem se beneficiar de recursos de países desenvolvidos, que estão submetidos a metas de abatimento de CO₂, podem, em vez de reduzir, nos seus países de origem, investir recursos em projetos de redução de CO₂ em países em desenvolvimento. O Brasil já iniciou a elaboração de projetos nessa área. É o chamado mecanismo de desenvolvimento limpo.

Diversidade biológica

No início deste ano, já houve uma movimentação interessante sobre um problema ambiental que interessa muito ao Brasil e que faz parte também de um acordo ambiental multilateral, que é a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Dos grandes eventos que já estão anunciados para este ano na área ambiental, um dos mais importantes acontecerá no Brasil. Pela primeira vez, haverá uma reunião das partes da Convenção de

Diversidade Biológica (CDB), que é um acordo ambiental multilateral do qual o Brasil também faz parte. A 8ª reunião da CDB ocorreu no final de março, em Curitiba¹⁸. Foi a primeira vez que o Brasil sediou uma convenção das partes da CDB. Com essa reunião, aconteceram diversos outros eventos paralelos que apresentaram novos estudos na área ambiental. Houve debates sobre a perda da biodiversidade do Planeta e, em particular, do Brasil. Esses estudos revelaram dados interessantes e alarmantes. Por exemplo, o dado de que temos ainda um profundo desconhecimento da nossa fauna e da nossa flora. Apesar de alardearmos para todos os cantos, e com razão, temos certeza de que somos um país megabiodiverso. Só não temos certeza alguma da extensão desta megabiodiversidade. Segundo os próprios especialistas da área da biologia, que atuam no Ministério ou que estão na academia, temos um conhecimento pífio sobre nosso grande ativo ambiental. Obviamente, para pensarmos em medidas de proteção da biodiversidade, é fundamental conhecer a biodiversidade que temos. O Brasil conhece apenas 6,17% de todas as nossas espécies animais. A unanimidade é de que há um número muito reduzido de profissionais para realizar esse inventário de biodiversidade. Essa seria uma área estratégica brasileira que mereceria investimento.

IHU On-Line – A senhora considera que os partidos políticos que disputarão as eleições em 2006 têm condições de propor políticas ambientais novas? Quais são as mais necessárias?

Luciana de Almeida – Provavelmente os partidos que estarão polarizados nas eleições desse ano serão PT e PSDB. A linha de atuação do PT, na frente da política ambiental, está mais explícita, por conta da atuação recente do Ministério. O que

viria a ser uma política ambiental do PSDB é algo ainda muito no ar. O que persiste como desafio principal é a necessidade de conciliar a construção do desenvolvimento sustentável no País com a adoção de políticas econômicas e públicas que priorizam um modelo de desenvolvimento condenado do ponto de vista ambiental. Entretanto, é inegável que, do ponto de vista empresarial, privado, houve iniciativas bastante promissoras de gestão ambiental. São iniciativas até certo ponto voluntárias, mas induzidas também por forte regulamentação na área ambiental. Por meio delas, o setor privado passou a mudar a sua cultura de gestão diante das questões ambientais e abandonou, de modo geral, aquela visão mais tradicional de que melhorias ambientais sempre acarretariam custos adicionais para a empresa e trariam prejuízos para a competitividade. Houve uma reorientação desse discurso e passou a olhar-se o desempenho ambiental da empresa como sendo uma oportunidade de negócios.

IHU On-Line – Como se relacionam as políticas ambientais nacionais com o debate internacional sobre o meio ambiente?

Luciana de Almeida – Esse debate tem várias interfaces. Uma delas é a discussão internacional sobre os acordos ambientais internacionais. Além disso, há todo o debate sobre questões ambientais dentro das negociações comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC). Sabemos que a política ambiental brasileira é um tema muito sensível na opinião pública internacional. A Amazônia é um tema que costuma ganhar rapidamente noticiários internacionais, até por conta da imagem de credibilidade do governo. De modo geral, a comunidade internacional passa por adotar um comprometimento mais sério na área ambiental no Brasil.

¹⁸ A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo decisório no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). As reuniões da COP são realizadas a cada dois anos em sistema de rodízio entre os continentes. Trata-se de reunião de grande porte que conta com a participação de delegações oficiais dos 188 membros da Convenção sobre Diversidade Biológica (187 países e um bloco regional), observadores de países não-associados, representantes dos principais organismos internacionais (incluindo os órgãos das Nações Unidas), organizações acadêmicas, organizações não-governamentais, organizações empresariais, lideranças indígenas, imprensa e demais observadores. A COP 8 ocorreu de 20 a 31 de março de 2006, em Curitiba-PR, no Centro de Convenções Expotrade. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Quais as controvérsias existentes hoje entre livre comércio e proteção ambiental?

Luciana de Almeida – Esse é um longo debate. Sendo, contudo, o mais concisa possível, esse é o tema que hoje está batendo forte dentro da OMC. De modo geral, eu poderia identificar dois posicionamentos polarizados. Contra os livres comércios estão os setores ambientalistas de modo geral. Eles acreditam que o livre comércio, ao alimentar os fluxos de comércio internacional, transfere pressões ambientais que seriam localizadas em âmbito nacional. Por exemplo, um país que não tem intercâmbio com o exterior explora seus recursos naturais até um certo limite e pára. Com isso, ele passa a gerar uma produção anual, que vai além do que seus recursos internos são capazes de proporcionar. Esse país acaba chegando a um limite de produção, mais cedo do que aquele país que tem abertura com o comércio internacional. É via comércio que se alimenta um fluxo incessante de produção, que vai além dos recursos naturais retidos internamente. A outra visão é a dos defensores do livre comércio, que é o ideário liberal de sempre, que acredita que as forças libe-

ralizantes induzem a mais competitividade, seleciona empresas mais bem capacitadas tecnologicamente. Portanto, o livre comércio é um indutor de inovações, inclusive em favor do meio ambiente. Há um debate polarizado entre os que acham que o livre comércio é a solução para tudo, e aqueles que acham que o livre comércio pode ser uma grande causa para a destruição ambiental. Obviamente, no meio do caminho, se situam outras visões.

IHU On-Line – Qual a contribuição da economia no debate sobre o desenvolvimento sustentável e em que passo está o Brasil nessa discussão?

Luciana de Almeida – O Brasil tem uma parte estratégica e essencial nessa discussão, dadas as dimensões territoriais e as riquezas naturais que detemos, e também como um líder negociador de interesses de países em desenvolvimento. Ele já tem uma posição destacada em matéria de diplomacia externa nas negociações internacionais. Obviamente, hoje, com as inúmeras evidências de problemas ambientais globais, temos que pensar em uma orientação de desenvolvimento que priorize a sustentabilidade.

“O Brasil só cresceu quando teve coragem para marchar sem o FMI”

Entrevista com Dércio Garcia Munhoz

Dércio Garcia Munhoz, economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), concedeu entrevista, por e-mail, à **IHU On-Line**, no dia 1º de dezembro de 2003. Ex-presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Superior da Previdência Social, Dércio Munhoz é bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, com Mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo. É também professor de Economia no Curso de Pós-Graduação em Economia e Ciência Política, da UPIS – Brasília, e professor de Economia em cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, núcleo de Brasília. Possui cinco livros de economia: **Demografia no Distrito Federal**. Distrito Federal: Codeplan, 1970; **A Renda e a Demanda de Produtos Alimentícios no Distrito Federal**. Distrito Federal: Codeplan, 1971; **Economia Agrícola. Uma Defesa dos Subsídios**. Petrópolis: Vozes, 1982; **Dívida Externa. A Crise Rediscutida**. São Paulo: Ícone, 1988; **Economia Aplicada. Técnica de Pesquisas e Análise Econômica**. Brasília: Editora da UNB, 1989.

IHU On-Line – A partir da herança deixada por FHC, teria havido outras possibilidades para os rumos econômicos de nosso país?

Dércio Munhoz – As restrições decorrentes do Plano Real são grandes e criaram condicionamentos difíceis de superação. Basta dizer que os desequilíbrios externos do País se aproximaram de duzentos bilhões de dólares nos oito anos até 2002, significando três dólares para cada dólar de aumento do PIB. E a dívida pública federal aumentou do equivalente de US\$ 115,0 bilhões ao final de 1994 para US\$ 380,0 bilhões em dezembro de

2002 – perto de quatro dólares de aumento do endividamento para cada dólar de crescimento do PIB. Mas é claro que, se existem caminhos alternativos, estes jamais poderiam ser procurados, mantendo exatamente a mesma política econômica, mantendo as mesmas pessoas no comando da área econômica e financeira, mantendo a mesma linha de pensamento responsável pelo Plano Real.

IHU On-Line – Alguns membros do governo afirmam que foi retomado o controle da economia, que há sinais de recuperação, que a inflação cedeu etc... O senhor concorda com isso?

Dércio Munhoz – Alguns sonham. Ou procuram, com fantasias, fazer os outros sonharem. O brutal aumento da carga tributária, mais os aumentos das tarifas dos setores privatizados acima da inflação, mais a política de internar no País os preços internacionais do petróleo, para atrair empresas estrangeiras, transferiram aproximadamente quinze por cento do PIB para essas áreas favorecidas, o que necessariamente levaria a haver perdas de rendas de outros agentes. E os salários, que é base da renda da família, ficaram desprotegidos num mundo de indexação plena, com o elevado desemprego criado para enfraquecer os sindicatos e os trabalhadores – assim como todos aqueles que vivem da renda do trabalho, como autônomos e pequenos empresários, tiveram de pagar a conta com uma queda de aproximadamente um terço na renda do trabalho. Como crescer sem demanda, que depende da renda e do emprego? Como investir sem que existam compradores? Só o governo, com uma política de investimentos na infra-estrutura urbana e na recu-

peração de rodovias, é que pode iniciar a retomada. Criando milhões de empregos, com investimentos que, alongados em vários anos, são perfeitamente suportáveis. Basta que se retome a capacidade política de tomar decisões na área econômica, e se devolva ao Congresso a capacidade de discutir livremente as grandes questões nacionais, deixando de ser apenas uma instituição submissa às pressões do executivo e mera sancionadora das políticas impostas pelo FMI.

***IHU On-Line* – Como são percebidas as diferentes tendências dentro do próprio governo em relação à política econômica do País?**

Décio Munhoz – O governo atual não assumiu a área econômica. E os que encenam publicamente como se tomassem decisões, não têm a mínima noção do que aconteceu na administração anterior, e nem as causas que levaram ao travamento da economia.

***IHU On-Line* – Não existiriam divergências dentro do próprio governo?**

Décio Munhoz – Se existem divergências, numa frente politicamente tão heterogênea, a preocupação com os cargos e as verbas orçamentárias não têm permitido que aflorem, dando a impressão de uma unanimidade de pensamento e solidariedade total na manutenção das políticas do Plano Real, que marcaram a segunda década perdida, e praticamente já asseguram a desastrosa perda também da terceira década.

***IHU On-Line* – Como avalia a política externa do governo Lula, inclusive as negociações da Alca?**

Décio Munhoz – Parece que aí está o ponto positivo do governo. No entanto, os interesses de grupos internos – especialmente aqueles ligados aos ganhos fáceis com a especulação financeira – se movimentam, buscando fazer o País marchar para uma “união carnal” com os Estados Unidos, o que é um risco para a manutenção da política atual. Também preocupa a tentativa de o governo se posicionar externamente como socialmente avançado, enquanto, internamente, mantém um projeto econômico excludente e dá salvaguarda ao capital financeiro garantido pelos empréstimos-reservas do FMI; que têm a finalidade de dar

aos capitais especulativos a garantia de que o Brasil não vai quebrar e de que a liberdade de movimentação e a remessa dos ganhos não correm riscos.

***IHU On-Line* – Que características da economia e das finanças brasileiras (ou de seus governantes) impediram o Brasil de tomar o caminho que outros países, como a Argentina, adotaram com relação à dívida externa?**

Décio Munhoz – A preocupação do governo anterior foi fazer todas as concessões para, assim, obter o apoio financeiro para o projeto político que custou centenas de bilhões de dólares e exigia financiamento internacional – ou alguma forma de fluxo de recursos para cobrir os déficits, ainda que de capital de curto prazo. A tônica não mudou uma linha – o importante são os aplausos de Davos, o entusiasmo do FMI em ver como a lição é feita com total presteza e fiel submissão, a satisfação do invisível mercado em poder continuar ganhando dinheiro fácil, rápido, sem riscos. Aparentemente sem riscos, pois de há muito o Tesouro foi falido, nem o aumento da carga tributária, nem os cortes mais absurdos de itens essenciais dentro do Orçamento, nem os tais superávits primários, podem fazer o governo, mesmo mantendo o País paralisado, conseguir pagar mais que a metade dos juros reais.

***IHU On-Line* – Quais seriam as prioridades, ou medidas mais urgentes, a serem tomadas?**

Décio Munhoz – Investimentos na infra-estrutura urbana e em rodovias, criando milhões de empregos. Invenção de outros milhões de empregos para os trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação, pintando muros de grupos escolares e paredes de hospitais, na vigilância de prédios públicos, escolas e hospitais, ou simplesmente pintando de cal o meio-fio das ruas. Num programa conjunto União, estados e municípios, talvez com a participação de ONGs, com regime especial de contribuição ao INSS. Assim, se poderia ir saindo do sufoco e melhorar as receitas do governo com paralela redução da carga tributária. Desse modo, poder-se-ia avançar no resgate da dignidade dos milhões de desempregados – cada vez mais agraciados por doações e vales de toda a espécie, que ferem a dignidade humana, porque

transforma milhões de brasileiros em simples párias.

***IHU On-Line* – Na sua opinião, que rumo o Brasil tomará de fato? Haverá alguma mudança a curto ou longo prazo?**

Décio Munhoz – Não se vê perspectiva de mudanças. Depois das recentes declarações do Ministro da Fazenda, de que todos os indicadores apontam no sentido do crescimento – isso no mesmo dia em que se anunciava aumento do desemprego e novas quedas dos salários – como ter esperanças? A esperança é que o Ministro ao menos diga a que país estaria referindo-se, pois pode ser que ali se tenha o que de bom imitar.

***IHU On-Line* – O senhor percebe em alguns setores da sociedade, entre os quais se inclui, uma certa decepção com os governantes?**

Décio Munhoz – A decepção de os governantes não perceberem que o Brasil só cresceu nos períodos em que houve coragem para marchar sem a presença desastrosa do FMI, ou mesmo contra o FMI, com Getúlio e JK, no período do milagre, e de, alguma forma, antes que a crise do petróleo jogasse o País nos colos do Fundo, no início dos anos 1980. Afinal, os quadros do Fundo não são de luminares – haja vista que, há 50 anos, só submete países periféricos, e impõe as mesmas políticas elitizantes, que sempre fecham a conta sobre os que vivem do trabalho e, em consequência, favorece a concentração crescente da renda. E também não somos tão medíocres para não conhecer como realmente funciona a economia, e para não perceber o que realmente favorece o País, e o sentido geopolítico dos modelos que vêm immobilizando e inviabilizando a economia brasileira, e marginalizando o Brasil no quadro da economia mundial.

A ortodoxia leva ao calote

Entrevista com Guilherme Delgado

*Guilherme Delgado é doutor em Economia pela Universidade de Campinas, com tese intitulada Capital financeiro e agricultura no Brasil. Coordenou o plano de estágio da agricultura alimentar na reforma agrária e participou, junto com Plínio de Arruda Sampaio, da elaboração do Plano Nacional da Reforma Agrária. Atualmente assessora programas da área social no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e participa da construção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Guilherme Delgado é um dos economistas consultados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) quando se trata de assuntos econômicos. Ele é co-autor do folheto sobre as Contas CC-5, publicado pela Comissão Brasileira Justiça e Paz, da qual é membro. Na entrevista a seguir concedida à **IHU On-Line**, no dia 1º de dezembro de 2003, Delgado destaca os rumos da economia brasileira.*

IHU On-Line – A partir da herança deixada por FHC, teria havido outras possibilidades para os rumos econômicos de nosso país?

Guilherme Delgado – O que foi executado até agora tem dois momentos. Nos primeiros 90 dias de governo, não se vislumbrava uma maneira mais eficaz de montar o governo que não fosse um compromisso com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para garantir uma certa governabilidade. No entanto, isso se prolongou por um período muito maior do que o necessário. E como consequência se produziu um prolongamento e aprofundamento da estagnação. O mais grave é o prolongamento dessa estratégia, pelo que per-

meia a quarta carta de intenções e a presumível quinta carta de intenções que o FMI está pensando com o Ministério da Fazenda. Eu acho que não é, necessariamente, inevitável a política executada durante estes dez últimos meses. Ela pode ser diferente. Esse conceito de “inevitável”, “irreversível”, é muito idolátrico, de uma postura de alguém que não está querendo ver outra coisa. Se tomarmos o desemprego aberto que herdamos do governo FHC e que se prolonga no governo Lula, não mudou em nenhuma proporção. Nós estávamos com o desemprego aberto em torno de 12, 13% da população economicamente ativa e não reverteu nada. Cadê os dez milhões de empregos que Lula queria criar? Temos uma dívida associada a uma taxa de juros das mais altas do mundo e um PIB que estagnou, mas é evidente que a relação dívida – PIB cresce. Com essa relação crescendo, qual é a “sabedoria” que esta política está gerando? Na realidade, ela está acumulando tensões a curto prazo. Conseguimos atender a voracidade dos credores, por quanto tempo? Se não conseguimos, com sustentabilidade, tornar virtual o regime da economia, como podemos garantir que vamos rolar um serviço dessa dívida que não pode ser atendida por 4,2% do PIB, que tiramos dos superávits primários? É apenas um terço do serviço da dívida. Temos que gerar, 12 ou 13 pontos percentuais do serviço da dívida ou então capitalizar para a frente. Então estamos criando uma bola de neve. Eu não sou tão generoso para dizer que essa política é a única possível. Temos que assumir um compromisso mais forte entre crescimento, igualdade e serviço dessa dívida para que as coisas se tornem viáveis.

IHU On-Line – Alguns membros do governo afirmam que foi retomado o controle da economia, que há sinais de recuperação, que a inflação cedeu etc. O senhor concorda com isso?

Guilherme Delgado – Do ponto de vista dos constrangimentos externos, que eram mais fortes, deste ano e do próximo ano, de certa forma, finaliza um déficit em conta corrente bem menor que o do governo FHC, portanto haveria uma situação de necessidade de financiamentos externos bem menor. Entretanto, há um problema grave de rolagem da dívida interna, que, na estratégia adotada pelo governo, não somente não melhorou, como piorou a situação. Há uma dívida interna maior por causa da alta dos juros. Portanto, essa política agrava os problemas. É preciso sinalizar com alguma recuperação no gasto público para fazer economia e crescer no ano que vem. Assim, estaríamos fugindo do modelo e do desenho ortodoxo adotado nos dez últimos meses e na promessa da quarta e quinta carta de intenções que é de manter um superávit fiscal de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Acho que há perspectivas pela frente, evidentemente tendo que mudar alguns rumos. É claro que mudar rumos é enfrentar riscos, mas manter os rumos atuais tem riscos bem maiores.

IHU On-Line – Quais seriam esses novos rumos?

Guilherme Delgado – Precisamos, do ponto de vista da governabilidade, resolver alguns problemas da segurança social e da segurança da nação, porque temos demandas de segurança social, pública externa, saúde, educação, geração de emprego e desafios da criminalidade que são muito violentos e estão nos apontando uma certa ruptura do tecido social. Não podemos pensar a economia divorciada da realidade. Quando pensamos uma estratégia econômica que aumenta a tensão e a possibilidade dessa ruptura do princípio social, estamos aumentando em riscos de perda de governabilidade. Nós não podemos governar o País pensando só na segurança dos credores. Os credores têm que fazer um compromisso de pensar na segurança da nação. Não vamos dizer que che-

ga de pagar qualquer coisa aos credores, mas temos de fazê-lo, com equilíbrio, para que o Estado possa prover os serviços que ele está impedido de realizar. A infra-estrutura está parada, a segurança pública e social estão precárias, e os investimentos necessários para a economia crescer e voltar a ter um mínimo de sustentabilidade estão constrangidos por conta dessa estratégia de mitigação do gasto público. Ou fazemos esse movimento e corremos os riscos de desagradar os credores para fazer um compromisso com a governabilidade, ou agradamos aos credores, correndo o risco de perder tudo, inclusive a possibilidade de tratar os credores daqui a um ou dois anos com essa benemerência com que vêm sendo tratados.

IHU On-Line – Que características da economia e finanças brasileiras (ou de seus governantes) que impediram o Brasil de tomar o caminho que outros países, como a Argentina e a Rússia, adotaram com relação à dívida externa?

Guilherme Delgado – A Argentina não caiu no *default* por políticas de soberania. Ao contrário, foi pela ultra-ortodoxia do ministro argentino Domingo Cavallo e pela impossibilidade de fazer qualquer pagamento. O mesmo aconteceu com a Rússia. Em 1999, caiu no *default*, porque usou a política ultra-ortodoxa do FMI, assim como alguns países asiáticos. Nós temos agora espaço para manobrar, para fazer uma política diferente e colocar compromissos de segurança social e nacional na frente desse compromisso de segurança dos credores. Do contrário, corremos o risco de não ter segurança de ninguém, como aconteceu no caso da Argentina, ou da Rússia, que aliás, já passados quatro anos não quebraram, continuam funcionando. Meu maior receio é nós postergarmos a política do FMI mais dois, três, quatro anos. Já viemos mantendo-a desde 1998, e sem nenhuma função. Se a política do FMI fosse boa, nós já estamos na quarta carta de intenção, a situação seria diferente. A primeira foi em 1998. De lá para cá, estamos reproduzindo todo ano esse receituário que não permite a economia crescer. Sem crescimento, não se faz uma série de compromissos que a sociedade requer. Temos que fugir da orto-

doxia. Ela nos leva ao *default*. Não é o contrário. Às vezes, a mídia explica bem o contrário. A ortodoxia nos leva ao calote não por opção, mas por absoluta impossibilidade de cumprir. Ou então ela leva a uma crise social de caráter ingovernável. A mídia, muitas vezes, não nos ajuda a fazer ligações entre as diversas instâncias da sociedade. Quando vemos a criminalidade organizada crescendo do jeito que está, pensamos que isso é um fenômeno de polícia, mas não é só de polícia, é de política, ou seja, há um banditismo que envolve narcotráfico, sistema financeiro, contrabando, descaminhos, droga e tudo o mais que, na realidade, está se imiscuindo nesse espaço criado pela falta de esperança e pela falta de política para o País resolver seus problemas de desigualdade. Não se pode tratar a sociedade segmentando-a: a política econômica é boa, a política social é má. A política é péssima, está nos mantendo numa espécie de falso otimismo, porque quase não resolvemos nem enfrentamos os problemas do País.

IHU On-Line – Essa postura reflete o pensamento de uma corrente dentro do governo?

Guilherme Delgado – Reflete a forma de como as pessoas do governo estão dirigindo-o: sem compromisso com a sociedade. O compromisso básico é sustentar um superávit primário que mantenha também os mercados capitalistas financeiros satisfeitos e confiantes. Se nós não temos essa lógica e apresentamos uma outra engenharia

de encaminhar a solução, estamos perdidos. Isso é uma idolatria do sistema financeiro sobre a sociedade.

IHU On-Line – O senhor acredita que possa haver mudança?

Guilherme Delgado – Não pela iniciativa do governo, talvez por alguns setores da sociedade, no sentido de resgatar compromissos históricos do PT, como a carta da reforma agrária, uma negociação mais soberana na Alca, uma tentativa do governo Lula de abrir canais de comunicação internacionais com outros segmentos fora do binômio União Européia – Estados Unidos, por aí talvez possamos vislumbrar alguma coisa. Acho que a negociação da Alca foi uma das poucas iniciativas do governo Lula bem construídas. Ele conseguiu, num gesto de competência, afastar o argumento dos serviços e da Alca total, da agenda de discussão. Demonstrou que o governo, quando sabe para onde quer ir, consegue reverter o jogo de forças. Quando não sabe o que quer, fica subordinado ao jogo ideológico do adversário. A negociação da Alca é um bom exemplo de sabedoria política. É possível, porém, ver que, no governo, há setores que trabalham fortemente contra isso, que defendem um alinhamento automática com os EUA e com a estratégia do FMI. Estou vendo sinais contraditórios. Estou torcendo para que esses sinais se construam, se pavimentem, mas não tenho ainda clareza.

O Brasil regido por um “novo” padrão de desenvolvimento capitalista

Entrevista com José Carlos Braga

José Carlos Braga, professor no Instituto de Economia da Unicamp, decidiu tornar pública a sua diferença no modo de ver a conjuntura nacional com relação a alguns de seus colegas economistas da Unicamp. Na entrevista que concedeu à revista **IHU On-Line**, em 29 de maio de 2006, Braga se contrapõe à opinião de seu colega economista Ricardo Carneiro, que acredita que o Brasil ainda vive numa crise de desenvolvimento desde os anos 1980. Ricardo Carneiro concedeu uma longa e instigante entrevista ao *Jornal da Unicamp* que reproduzimos nas Notícias Diárias, no dia 26-5-06, do sítio www.unisinos.br/ihu.

No entanto, o professor Braga afirma que vê esse debate e essa explicitação pública “como uma riqueza do nosso Instituto”. Braga é professor livre-docente em Economia pela Unicamp e diretor do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais dessa mesma Universidade. Braga publicou, entre outros, o livro **Temporalidade da Riqueza – Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo**. Campinas : Editora do Instituto de Economia da UNICAMP, 2000. A entrevista de Braga contribui para uma análise da situação atual brasileira nos campos da economia e da política.

IHU On-Line – Quais as maiores divergências sobre a realidade brasileira dentro do Instituto de Economia da Unicamp?

José Carlos Braga – Ricardo Carneiro diz o seguinte no Boletim número 7 do Centro de Conjuntura, lançado em abril de 2006: “... a economia brasileira ainda permanece à deriva. (p. 1) ...o padrão *stop and go*, típico dos últimos 25 anos... continuou a caracterizar a economia brasileira no período recente” (p. 17). Pois bem, isso está errado simplesmente. Minha divergência é a seguinte: a partir de 1994, nós temos no Brasil um padrão de desenvolvimento *capitalista* que superou a crise do desenvolvimentismo que teve vigência entre 1980 e 1994. Esse padrão que aí está não é um padrão de que eu goste. Não é um padrão de desenvolvimento furtadiano (de Celso Furtado¹⁹), que é o padrão que eu creio que a maioria dos brasileiros gostaria que existisse. Entretanto, nós não vivemos uma infundável crise econômica. No Brasil, o padrão de desenvolvimento capitalista é medíocre, de baixas taxas de crescimento e baixa inflação, e precisa ser mudado, mas não está à deriva. Os problemas graves são o desemprego e a distribuição da renda, a pobreza e a miséria. A inflação está baixa, não há estagnação econômica, tem superávit de balança comercial. As empresas têm lucro operacional e financeiro. Tem superávit fiscal primário demais. O problema é que é usado para pagar juros demais. O capitalismo não tem compromisso com o emprego, nem com a distribuição de renda e de riqueza, nem com crescimento sustentado.

¹⁹ Celso Monteiro Furtado (1920-2004), bacharel em Direito e doutor em Economia pela Universidade de Paris-Sorbonne, foi o mais importante economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do País ao longo do século XX. Suas idéias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento divergiram das doutrinas econômicas dominantes em sua época e estimularam a adoção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia. (Nota da **IHU On-Line**)

Já temos um sistema financeiro

Para entender as características desse novo padrão, deve-se entender **primeiro** que temos até um Banco Central que, na prática, já é “independente” por ordem do Presidente Lula. Isso é complicado e até indesejável, mas é mais um sintoma de padrão de capitalismo moderno (sic!) de desenvolvimento, queiramos ou não. **Segundo**, já temos um sistema financeiro “novo”. Alguns colegas da Unicamp, como o professor Carneiro, crêem que ainda temos restrições estruturais tais como “dificuldades de mobilização de recursos pelo sistema financeiro doméstico” (p. 19 do Boletim do Cecon). Não concordo com isso também. O que falta no Brasil não é oferta de crédito, e sim, demanda de financiamento, falta demanda de crédito. E isso ocorre porque nós não temos uma política vigorosa de investimento público e assim não há **demanda efetiva** geral já que o setor privado fica “olhando” e “molhando a mão na liquidez da grana fácil com juros pagos pelo setor público”. Falta demanda de crédito ao sistema financeiro, tanto público quanto privado. Os bancos públicos no Brasil já estão prontos para financiar – BNDES, BB, CEF, BASA, BNB. O que falta é um programa ampliado de investimento, tanto público quanto privado.

Já temos uma moeda nacional

Terceiro, nós já temos uma moeda nacional que está refundada desde 1994. Antes disso, nós não tínhamos moeda, estava tudo monetariamente desorganizado. Era o chamado “dinheiro finan-

ceiro”, nas palavras da professora Maria da Conceição Tavares²⁰. A moeda era indexada, dinheiro dos ricos. A crise monetária e financeira que expressou a crise do desenvolvimentismo desdobrou-se entre 1979 e 1994. Belluzzo²¹ e Julio Sergio Almeida analisaram-nas “definitivamente” no livro **Depois da Queda**²². Hoje, não é mais assim. Temos uma moeda que, ainda que seja inconversível internacionalmente, que é o real, junta as três funções básicas. O real serve para medir preços, para ser meio de pagamentos e é reserva de valor internamente. O capitalismo está tão “inovador” e fictício que até já se especula no exterior com o próprio real. Isso ocorre no jogo financeiro dos mercados derivativos dos grandes *players*, dos grandes atores mundiais. É claro que, se o turista brasileiro descer em Paris ou Nova Iorque, e depositar uma nota de real na mesa de bar, o garçom vai chamar a ambulância ou o carro da polícia.

As empresas estão “muito bem, obrigado”!

Quarto ponto: as empresas brasileiras, tanto as nacionais quanto as multinacionais – grandes e média-grandes – que estão aqui dentro do País, estão muito bem, obrigado. Elas estão com seus balanços apresentando resultados muito bons, ganhando muito dinheiro. Todos esses quatro aspectos somados constituem um padrão de desenvolvimento *capitalista*, padrão que está funcionando. Essa história de dizer que não tem padrão de desenvolvimento **capitalista** é uma história velha, de economista que ficou “viúva” do desenvolvimentismo antigo.

²⁰ Maria da Conceição Tavares (1930) é economista portuguesa e naturalizada brasileira. É também professora-titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Filiada ao Partido dos Trabalhadores, Maria da Conceição já foi deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro e é autora de diversos livros sobre desenvolvimento econômico. (Nota da **IHU On-Line**)

²¹ Luiz Gonzaga Belluzzo é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutor em Economia pela mesma instituição em que trabalha com tese intitulada *Um Estudo Sobre a Crítica da Economia Política*. Do professor Belluzzo, **IHU On-Line** publicou um artigo intitulado *Até o FMI já percebeu*, na edição nº 65, de 23 de junho de 2003, uma entrevista exclusiva, com o título *O Brasil está na fase de doente terminal, achando que vai dar tudo certo*, na edição nº 77, de 29 de setembro de 2003 e o artigo *O processo de mercantilização é antinatural* especialmente elaborado pelo professor para a edição da **IHU On-Line** sobre Karl Polanyi, de 27 de junho de 2005, nº 147. (Nota da **IHU On-Line**)

²² **Depois da Queda – A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

As alternativas de saída

O que temos que fazer, em primeiro lugar, é compreender esse novo capitalismo que está aí, acoplado à globalização financeira, desde 1994, com a política de Fernando Henrique Cardoso e de Antonio Palocci. Em segundo lugar, para mudar isso, não temos que fazer (nuances e seqüenciamentos à parte) o que o Deputado Delfim Netto, os senhores das “Garças” (Arida²³, Bacha²⁴ et alii) e até mesmo parte da “esquerda” estão a dizer: que basta corrigir a taxa de câmbio, corrigir o superávit primário e baixar a taxa de juros devagarzinho. Não é isso!

Aliás, um debate à parte seria sobre o pessoal que “fundou” o “socialismo macroeconômico”, segundo a ironia do José Luiz Fiori²⁵. Em vez de discutir uma nova sociedade, ficam discutindo as casas decimais da meta inflacionária, do superávit e da taxa de juros.

Sugestões de mudança

É preciso colocar no centro o trinômio investimento-emprego-distribuição (de renda e de riqueza). O início, por suposto, implica uma mudança negociada com o poder nacional e internacional acerca de alterações substantivas em câmbio-juros e fisco. Aqui não são as casas decimais. É metamorfose mesmo. Por isso, é preciso negociar, pois do contrário vem, aí sim, o “Exocet²⁶”! Para isso mudar, deve haver um programa de investimento público enorme, porém com responsabilidade fiscal. É preciso chamar o setor privado e propor a rediscussão de um programa de investimento público e privado. Temos que liberar os bancos públicos para financiar investimentos, porque eles estão travados pelo Fundo Monetário e pelo Banco Mundial. E travados pelo Tesouro Na-

cional do Ministério da Fazenda do Brasil. Tem que destravar. Os bancos públicos só podem emprestar até 45% do seu patrimônio líquido para o próprio setor público. Isso tem que mudar. O novo presidente, seja ele quem for, tem que rediscutir os critérios de investimento público, liberando espaço para o Brasil na STN, no BIRD, no FMI, nessa ordem. Mesmo que sigamos com um superávit de 3 a 4%, o que for investimento tem que sair da conta de despesa. Essa discussão chegou a acontecer, mas o que nós conseguimos de liberação foram só dois bilhões de dólares, o que é ridículo.

O centro: distribuição de renda e crescimento

Precisamos, além disso, colocar no centro da discussão o crescimento com distribuição de renda. Alguns caíram no falso juízo de que basta retomar o crescimento que depois, na seqüência, vemos o que fazer com a questão distributiva etc. Não, eu penso que não mesmo! Nós já crescemos no passado, com Delfim Netto, que agora está pousando de neodesenvolvimentista, sem que a população tenha se beneficiado rigorosamente do crescimento. Falo do deputado Delfim apenas por ele servir de paradigma para economizar palavras e ficar logo claro qual é a crítica. Temos que discutir, ao mesmo tempo, crescimento e distribuição de renda e a meta histórica de superar o subdesenvolvimento. Esse é o ponto, a essência da argumentação.

IHU On-Line – Quais os maiores problemas que o senhor vê com a divulgação da idéia de que o pensamento dentro do Instituto de Economia tem uma posição única?

José Carlos Braga – Em alguns momentos do Brasil, houve “naturalmente” uma posição única,

²³ Pêrsio Arida é economista e um dos idealizadores do Plano Cruzado, em 1986, no Brasil, durante o governo do presidente José Sarney. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁴ Edmar Lisboa Bacha é economista e diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças e ex-presidente do IBGE (1985/86). (Nota da **IHU On-Line**)

²⁵ José Luiz Fiori é cientista político. De Fiori reproduzimos o artigo *A Bolívia, Honduras e o resto do mundo*, originalmente publicado no jornal *O Globo*, nas *Notícias Diárias* de 26 de maio, no sítio www.unisinos.br/ihu. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁶ Arma de guerra.

porque eram momentos fortes e necessários como o da luta contra a ditadura e o da reconstrução da democracia, após a queda da ditadura. Hoje em dia, porém, a discussão é sobre que tipo de programa de desenvolvimento nós queremos. Então, as divergências se explicitam. Hoje, no Instituto de Economia, temos diferentes visões. Como o Instituto sempre se pautou por um debate intelectual e político muito intenso, o que acontece é que essas divergências evoluem e serão explicitadas publicamente. Eu tomei a decisão, e alguns outros colegas também, de explicitar publicamente essas opiniões. E isso é saudável. Mostra a força intelectual e política do Instituto.

As bases do Instituto de Economia

Porque nós somos uma escola de economia política, cuja força teórica está calcada nos estudos de Marx²⁷, Schumpeter²⁸, Keynes²⁹, Celso

Furtado, Caio Prado³⁰, Florestan Fernandes³¹, Sérgio Buarque de Holanda³², Conceição Tavares e de todos esses autores que pensaram o capitalismo e a sociedade com muita força e liberdade intelectual, essa divisão de idéias é saudável, porque o pensamento único emburrece. E a burrice não é privilégio nem da direita, nem da esquerda. Quando o pensamento vira único, a burrice toma conta. Eu vejo esse debate e essa explicitação pública como uma riqueza do nosso Instituto.

IHU On-Line – Por que o senhor considera discutível a afirmação de Ricardo Carneiro, quando ele diz que somos meramente produtores e exportadores de bens primários e não podemos nos conformar com isso. Que evidências empíricas existem no sentido de desmentir essa afirmação?

José Carlos Braga – Todas. O Brasil é um país que exporta aviões, celulares, automóveis, autopeças etc. Sobre um país que tem esses itens de

²⁷ Karl Heinrich Marx (1818 – 1883), filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, é um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**. A palestra *A Utopia de um novo paradigma para a economia* foi proferida pela Prof.^a Dr.^a Leda Maria Paulani, em 23 de junho de 2005. O *Caderno IHU Idéias*, edição número 41, teve como tema *A (anti)filosofia de Karl Marx*, com artigo de autoria da mesma professora. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁸ Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) é um dos mais importantes economistas do século XX. Nasceu no império Austro-Húngaro, atual República Checa, foi um entusiasta da integração da sociologia como uma forma de entendimento de suas teorias econômicas. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁹ John Maynard Keynes (1883-1946), economista e financista britânico. Sua **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro** (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômica, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. De Keynes, publicamos um artigo e uma entrevista na 139^a edição, de 2 de maio de 2005, outra entrevista na 144^a edição, de 6 de junho de 2005, dois artigos na 145^a edição, de 13 de junho de 2005, e um artigo no *Cadernos IHU Idéias* número 37, de 2005. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁰ Caio Prado Júnior (1907-1990), pensador e político, publicou em 1942 sua obra mais importante, **A Formação do Brasil Contemporâneo**, sofrendo perseguições devido ao seu alinhamento político com orientação comunista, tendo seu mandato cassado dois anos depois da publicação do livro. Seu livro criou, porém, uma tradição historiográfica no Brasil, identificada, sobretudo com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial. Essa obra foi apresentada no evento **I Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, promovido pelo IHU, em 14 de agosto de 2003, pela professora Marica Eckert Miranda, da Unisinos, que concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line** número 70, de 11 de agosto de 2003. (Nota da **IHU On-Line**).

³¹ Florestan Fernandes (1920-1995), considerado o pai da sociologia brasileira, tem como principal obra o livro **A revolução burguesa no Brasil**. Esse livro foi apresentado no **I Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, promovido pelo IHU, em 9 de outubro de 2003, pelo Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva, pesquisador na FEE, que concedeu uma entrevista à **IHU On-Line** número 78, de 6 de outubro de 2003. (Nota da **IHU On-Line**).

³² Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), historiador brasileiro, também crítico literário e jornalista. Entre outros, escreveu **Raízes do Brasil**, de 1936. Obteve notoriedade com o conceito de “homem cordial”, examinado nessa obra. A professora Dr.^a Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, apresentou, no evento **IHU Idéias**, de 22 de agosto de 2002, o tema *O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda e*, no dia 8 de maio de 2003, a professora apresentou essa mesma obra no **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista à **IHU On-Line**, publicada na edição nº 58, de 5 de maio de 2003. (Nota da **IHU On-Line**)

exportação não se pode dizer o que ele disse. Alguém da Unicamp tinha que dizer o contrário para não ficar parecendo que temos um “pensamento único e equivocado sobre um Brasil neoprimário-exportador”. Aí foi a gota d’água! Tomei a decisão: o debate precisa deixar de ser interno à Unicamp. E o professor Ricardo, que é um homem a favor do debate e, quero frisar, grande batalhador na evolução institucional da Unicamp, compreendeu meu posicionamento de forma civilizada como não poderia deixar de ser. Nós, além de produzirmos e exportarmos produtos primários, temos aumentado a nossa pauta de exportação de bens industrializados. Então, o professor Carneiro está equivocado.

IHU On-Line – O senhor fala da hipótese de que existe desde 1994, um novo padrão de desenvolvimento capitalista na economia brasileira coetâneo à globalização financeira. O que seria esse novo padrão de desenvolvimento capitalista, tendo em conta a globalização?

José Carlos Braga – Um padrão de desenvolvimento *capitalista* não pode ser confundido com processo de superação do subdesenvolvimento. O capitalismo não tem nenhum compromisso com a distribuição de renda, de riqueza, não tem nenhum compromisso com o pleno emprego. O capitalismo só tem um compromisso, como nós sabemos, que é com a geração de lucro. Deste ponto de vista, existe um novo padrão no Brasil. Com o real, foi resolvida a crise monetária. Foi fundada uma nova moeda, que cumpre as três funções básicas que eu citei antes. Quando essa moeda fraqueja, como fraquejou durante o governo FHC – 1998/1999, o FMI, os EUA, os países desenvolvidos credores vêm e bancam essa moeda fazendo empréstimos em dólar. Pode ser que um dia os EUA e os outros não a banquem, por isso há um padrão instável e sujeito a crises, mas é um padrão. Eu diria que é um padrão do ponto de vista monetário, que é *neodependente-americano-associado*.

Privatizações e internacionalizações

Esse padrão também abarca a estruturação do sistema financeiro. Os bancos públicos estaduais foram privatizados. Poderiam em parte ter sido reestruturados e seriam mais um instrumento hoje a serviço do desenvolvimento. Hoje os bancos internacionais têm uma participação importante no sistema financeiro privado brasileiro, mas ainda não mostraram os benefícios prometidos. Poderão vir a fazê-lo num novo “modelo” de que falaremos à frente. Já, os bancos privados nacionais foram reorganizados e estão se mantendo muito bem e até comprando parte dos estrangeiros. E o sistema financeiro está pronto para financiar o investimento. O que falta é demanda, falta organizar publicamente o investimento estatal e privado com um determinado perfil de distribuição também.

Quem está bem e quem está mal nessa economia

As empresas que estão comandando essa economia estão muito bem. Quem não está bem nessa economia? São dois conjuntos importantes: as pequenas e média-pequenas empresas e a grande maioria da população. Entretanto, esta até que melhorou com as políticas sociais do governo Lula, o que não é suficiente, óbvio, mas melhorou. A verdade é essa. As pessoas não querem reconhecer isso. Mas por que o Presidente está bem, apesar dos problemas graves que o governo dele tem? Ele está bem porque está fazendo uma política de rendas que está favorecendo o pessoal “de baixo”. As políticas sociais, como o Bolsa Família, estão favorecendo. O povo não está “desavisado”. Se não fosse favorecido, o povo não estaria “direcionado” para o presidente Lula, apesar dos pesares. E bota pesares nisso!

As exportações evoluem bem

Outra característica do atual padrão: apesar de a taxa de câmbio estar valorizada, as exportações caminham muito bem no Brasil. Sim, é verdade que a explosão de crescimento internacional explica boa parte, mas é também porque as empresas brasileiras exportadoras e as multinacionais que estão no País, estão microeconomicamente preparadas para competir e têm uma certa estratégia de participação nos mercados, tendo em conta a “divisão internacional de trabalho” em andamento. Por isso, elas exportam.

***IHU On-Line* – Quais as conseqüências de uma economia em que a taxa de câmbio é corrigida, a carga tributária reduzida, mas os juros praticamente não são reduzidos?**

José Carlos Braga – Diante desse padrão que aí está, podemos usar de novo o “paradigma” Delfim Netto. Ele defende a redução da carga tributária, a correção da taxa de câmbio e a redução gradativa da taxa de juros. Quer reduzir gastos sociais para produzir superávit fiscal nominal para pagar juros e amortizar dívida pública! Quando diz isso, é apenas para ajustar o padrão de desenvolvimento capitalista que acabei de descrever. E ponto final. Isso significaria aperfeiçoar esse padrão de desenvolvimento que está aí, padrão esse que é perverso do ponto de vista da população. Den-

tro desse padrão, a população fica a depender “eternamente” de programas como o Bolsa Família. É um capitalismo, como diz o economista José Roberto Afonso³³, do tipo Bolsa de Valores & Bolsa Família. Não dá para continuar assim!

O projeto de desenvolvimento ideal

A população precisa de um desenvolvimento do tipo idealizado por Celso Furtado que integre os âmbitos monetário-financeiro, produtivo-inovativo, distributivo, nacional e popular. Isso seria superar o subdesenvolvimento. Tão necessário quanto imensamente difícil. Fazer o quê? Continuar! Não se trata, portanto, de aperfeiçoar esse modelo que hoje existe. Nós temos que transformar esse padrão que aí está.

***IHU On-Line* – Então a melhor proposta de projeto de desenvolvimento para o Brasil de hoje seria o desenvolvimento furtadiano?**

José Carlos Braga – Ah! sim. É uma pena que ele já tenha ido, porque a esquerda está ainda por reformular uma proposta. Nós só temos tido propostas muito limitadas, como essa de aperfeiçoar esse modelo perverso neodependente-americano-associado. Conceição Tavares, porém, tem organizado os seminários do Centro Celso Furtado que têm levado adiante os debates e os ideais do mestre enquanto a história segue aberta.

³³ José Roberto Afonso é economista brasileiro. (Nota da ***IHU On-Line***)

